PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

INGRID CAROLINA SOTO ESCOBAR RIBEIRO

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA PAZ NO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

CAMPINAS

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

INGRID CAROLINA SOTO ESCOBAR RIBEIRO

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA PAZ NO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado – em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Zeferino

CAMPINAS

2025

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Soto Escobar Ribeiro, Ingrid Carolina

R484p Promoção da Justiça e da Paz no Conselho Mundial de Igrejas / Ingrid Carolina Soto Escobar Ribeiro. - Campinas: PUC-Campinas, 2025.

109 f.

Orientador: Jefferson Zeferino.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025.
Inclui bibliografia.

1. CMI. 2. Ecumenismo. 3. Diaconia. I. Zeferino, Jefferson. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. III. Título.

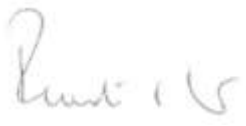
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

INGRID CAROLINA SOTO ESCOBAR RIBEIRO

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA PAZ NO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: **31 de janeiro de 2025**.



PROFA. DRA. RUDOLF VON SINNER (PUC-PR)



PROF. DR. BRENO MARTINS CAMPOS (PUC-CAMPINAS)



PROF. DR. JEFFERSON ZEFERINO – PRESIDENTE (PUC-CAMPINAS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em Sua infinita e inexaurível bondade, pela oportunidade que me foi concedida e por ter sido a testemunha constante dos momentos de esforço e perseverança necessários para dar continuidade a esta pesquisa, mesmo diante das tribulações. Sob a condução do Senhor, compreendo que o amor possui a exigência de aniquilar a vontade própria, transformando-a em algo sublime e transcendente. É por essa orientação divina que encontro contentamento em partilhar os frutos colhidos ao longo deste processo.

Agradeço à minha querida e amada família, bem como aos amigos, por sua caridade e paciência diante dos meus momentos de silêncio e dedicação à escrita. Sou profundamente grata pela preocupação constante com minha jornada e minha saúde ao longo desta árdua caminhada acadêmica. À minha mãe, ofereço os mais sinceros e profundos agradecimentos, por toda dedicação em possibilitar que eu continue trilhando os caminhos da vida intelectual.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, agradeço por compartilharem comigo o trajeto desta pesquisa, pelo apoio durante eventos acadêmicos e pelas conversas enriquecedoras que surgiram tanto nas aulas quanto nos corredores da universidade.

Aos professores Dr. Breno Martins Campos (PUC-Campinas) e Dr. Rudolf von Sinner (PUCPR), manifesto minha profunda gratidão pela generosidade e participação na Banca de Qualificação desta pesquisa. Agradeço pelas valiosas contribuições que orientaram o processo de elaboração desta dissertação, culminando na banca de defesa.

Ao caro professor e orientador, Prof. Dr. Jefferson Zeferino, expresso meu mais sincero agradecimento pela inestimável paciência e cuidado ao longo desta jornada. Seu constante incentivo, desde os primeiros passos antes do ingresso no mestrado, foi determinante para que eu encontrasse confiança em prosseguir. Sou especialmente grata pelas reuniões, pelos cafés e projetos realizados em conjunto, bem como pela sua incansável disponibilidade em esclarecer todas as minhas dúvidas.

Manifesto minha gratidão aos funcionários da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e ao Núcleo de Atendimento Social (NAS) pela concessão da bolsa integral que possibilitou a realização deste trabalho. À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, expresso meus agradecimentos, em especial à secretária Marlei Costa, por sua plena dedicação e eficiência no exercício de suas funções.

RESUMO

Desde sua assembleia de fundação, em 1948, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) enfatiza que paz, justiça e dignidade humana são questões fundamentais a serem debatidas. Ao longo de sua história, o órgão ecumênico tem envidado esforços na formulação de declarações e na realização de ações voltadas à construção da paz e da justiça no movimento ecumênico internacional. Com base nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo tratar sobre a promoção da justiça e da paz no CMI e analisar seu papel no mundo contemporâneo. Para tanto, utiliza-se a análise qualitativa de fontes documentais e bibliográficas para abordar a criação do órgão, bem como a metodologia de Análise Crítica do Discurso proposta pelo linguista Norman Fairclough, na análise dos discursos e diálogos ecumênicos apresentados a partir do 10th Assembly Report, o décimo relatório oficial de assembleias do Conselho que reúne registros da X Assembleia do CMI, intitulada "Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz", realizada em 2013 em Busan, Coreia do Sul. Nesse sentido, a pesquisa examina as atuações do CMI em sua Peregrinação de Justiça e Paz, iniciada como resultado da Assembleia de 2013, analisando os discursos do Conselho, especialmente no período de 2013 a 2022, à luz da ACD. São exploradas as ações diaconais que desempenham papel central na mobilização das igrejas-membro. A análise revela como mudanças na identidade institucional e nos focos discursivos e práticos do CMI permitiram a definição de planos de ação voltados à construção da paz e da justiça para a unidade na *oikoumene*, com base em uma teologia subjacente – a Teologia do Companheirismo, proposta pelo CMI. Os resultados indicam que a atuação do CMI enfrenta uma série de críticas enquanto busca promover unidade em meio à fragmentação cristã. Ao transitar entre os âmbitos político, social e teológico, o CMI expõe tensões entre seu papel histórico e sua adaptação às demandas contemporâneas, configurando-se tanto como um desafio quanto como uma oportunidade para a relevância do ecumenismo no cenário global.

Palavras-chave: CMI. Ecumenismo. Diaconia. Análise do Discurso. Teologia Pública.

ABSTRACT

Since its founding assembly in 1948, the World Council of Churches (WCC) has emphasized that peace, justice, and human dignity are fundamental issues to be addressed. Throughout its history, this ecumenical body has made efforts to formulate declarations and implement actions aimed at building peace and justice within the international ecumenical movement. In this context, the present research aims to examine the promotion of justice and peace by the WCC and analyze its role in the contemporary world. To achieve this, the study employs a qualitative analysis of documentary and bibliographic sources to address the creation of the organization, as well as the Critical Discourse Analysis (CDA) methodology proposed by linguist Norman Fairclough, focusing on the discourses and ecumenical dialogues presented in the 10th Assembly Report, the official report of the WCC's 10th Assembly, titled "God of Life, Lead Us to Justice and Peace," held in 2013 in Busan, South Korea. This research explores the actions of the WCC during its Pilgrimage of Justice and Peace, initiated as a result of the 2013 Assembly, analyzing the Council's discourses, particularly from 2013 to 2022, through the lens of CDA. The study examines diaconal actions that play a central role in mobilizing member churches. The analysis reveals how changes in the institutional identity and in the discursive and practical focuses of the WCC have enabled the definition of action plans aimed at building peace and justice for unity within the *oikoumene,* based on an underlying theology—the Theology of Companionship proposed by the WCC. The results indicate that the WCC's actions face a range of criticisms as it seeks to promote unity amidst Christian fragmentation. By navigating the political, social, and theological realms, the WCC reveals tensions between its historical role of fostering Christian unity and its adaptation to contemporary demands, representing both a challenge and an opportunity for the relevance of ecumenism on the global stage.

Keywords: WCC. Ecumenism. Diakonia. Discourse Analysis. Public Theology.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

APUC - Associação para a Promoção da Unidade da Cristandade

CCIA - Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais (Original em inglês: CCIA - “Commission of the Churches on International Affairs”)

CMI - Conselho Mundial de Igrejas (Original em inglês: WCC - “World Council of Churches”)

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10
1. AS RAÍZES DO ECUMENISMO E A CRIAÇÃO DO CMI..... 14
1.1 - Do Significado Histórico da oikoumene ao Movimento Ecumênico..... 15
1.2 - Os Primeiros Passos à criação do CMI..... 25
1.3 - A I Assembleia do CMI: Organização, Desafios e Impactos.....34
2. DISCURSOS PELA JUSTIÇA E PAZ NO CMI..... 44
2.1 - Diálogo e Cooperação: Paz e Justiça nas Assembleias Gerais do CMI.....45
2.2 A X Assembleia do CMI..... 59
2.3. Tensões e perspectivas na linguagem..... 64
2.4. Síntese da ACD: As funções do CMI.....72
3. O CMI NA OIKOUMENE: IMPACTOS E LIMITAÇÕES.....76
3.1. Análise de registros Pós-Assembleia..... 77
3.2 Uma análise crítica do papel do CMI no passado e na atualidade..... 88
CONCLUSÃO.....100
REFERÊNCIAS.....103

INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa de mestrado tem como objetivo central compreender como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) tem promovido ações de justiça e paz no cenário ecumênico internacional desde sua fundação, com um foco especial nos desenvolvimentos após sua X Assembleia realizada em 2013 em Busan, Coréia do Sul. Para tanto, a pesquisa inicia com uma análise histórica descritiva, traçando o desenvolvimento do movimento ecumênico no século XX e destacando eventos como a Conferência Missionária Mundial de Edimburgo em 1910, que sinalizou as primeiras tentativas de cooperação institucional entre conselhos missionários protestantes. O CMI, formalmente estabelecido em sua Primeira Assembleia em 1948, em Amsterdã, conforme apresentado pelo teólogo e pastor presbiteriano brasileiro Zwinglio Dias (1998, p. 129), "nasceu, dentre outros motivos, como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir".

A promoção da unidade cristã promovida pelo CMI desde 1948 exige uma análise cuidadosa das origens do movimento ecumênico internacional, e, para compreender isto com profundidade, analisamos a etimologia do termo "ecumenismo", o desenvolvimento de seu significado e os esforços práticos que levaram à formação do CMI. A obra de Thomas Fitzgerald, "The Ecumenical Movement: An Introductory History" (2004), é indicada como uma referência central em um primeiro momento, oferecendo uma contextualização histórica detalhada do movimento ecumênico e do desenvolvimento do CMI, desde sua fundação, até suas primeiras assembleias e a expressão de suas principais preocupações, como os direitos humanos, a unidade e a missão da igreja, *diakonia* (diaconia), justiça e paz, respondendo aos danos da Segunda Guerra Mundial e aos desafios globais subsequentes. Dessa forma, o primeiro capítulo apresenta as raízes históricas e teológicas do movimento ecumênico, investigando os concílios, reuniões e eventos que possibilitaram a criação do CMI e suas implicações na promoção da unidade cristã.

Utilizamos artigos publicados pelo "The Ecumenical Review" e pelo próprio CMI para aprofundar a compreensão dos esforços do órgão e das discussões realizadas em suas assembleias gerais, eventos que ocorrem a cada seis a oito anos e abordam temas centrais como a unidade, a paz e a justiça. À vista das razões já abordadas, apresentamos um capítulo que se aprofunda nas discussões e ações do CMI em sua X Assembleia Geral. O evento, sob o tema "Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz", incluiu seis sessões temáticas, grupos de

orações, estudos e diálogos ecumênicos, focando na solidariedade com os cristãos coreanos em busca de reconciliação e paz. Nesta perspectiva, a Assembleia contou com a execução de sessões temáticas, grupos de orações, estudos e diálogos ecumênicos. Em continuidade ao compromisso do CMI com a busca pela reunificação da península coreana, o evento almeja demonstrar solidariedade às comunidades cristãs que anseiam por reconciliação e paz.

Neste capítulo, empregamos a metodologia de Norman Fairclough de Análise Crítica do Discurso (ACD) para examinar os discursos e práticas do CMI em Busan, com o objetivo de entender: 1) como foram negociadas questões relacionadas a paz e a justiça em Busan; 2) as lutas discursivas em campo ideológico; 3) como a identidade do CMI como promotora da justiça e da paz é desenvolvida. A análise guiada pela ACD é de vertente anglo-saxã, na qual parte das contribuições metodológicas e teóricas do professor e linguista britânico Norman Fairclough estão presentes nas obras "Discurso e Mudança Social" (2001) e "Linguagem e Poder" (1989).

A princípio, para compreender os conceitos subjacentes à ACD de Fairclough e sua Teoria Social do Discurso, é crucial reconhecer a ampla diversidade de abordagens presentes nesse campo que, de acordo com Maingueneau (2014), consideram e relacionam as instituições que produzem e geram discursos. Essas abordagens da ACD visam desde a correção de disfunções sociais até a compreensão dos elementos subjacentes presentes nos enunciados ao destacar os impactos construtivos que o discurso gera nas identidades sociais, nas dinâmicas de relacionamento e nos sistemas de conhecimento e crença de uma sociedade. De modo geral, "a ACD combina a crítica do discurso e a explicação de como o discurso figura na realidade social existente como base para a ação para mudar a realidade" (Fairclough, 2019, p. 14, tradução nossa)[1].

O método da ACD de Fairclough incorpora a análise das ações práticas discursivas sociais e a análise de textos e discursos, por meio de uma teoria social que busca compreender o contexto social de suas relações, proporcionando maneiras variadas para compreender questões do mundo físico e social, representados nos textos. A escolha de utilizar o método de ACD em Fairclough se dá pelo fato de que sua metodologia incorpora a análise das ações práticas discursivas sociais, e a análise de textos e discursos a partir de uma teoria social que busca compreender o contexto social das relações discursivas do "falante" e suas ideologias.

[1] No original: "CDA combines critique of discourse and explanation of how discourse figures in existing social reality as a basis for action to change reality."

Outro ponto de interesse na análise de textos a partir da ACD reside na análise do significado das palavras, especialmente na maneira como os sentidos das palavras se envolvem em disputas dentro de contextos mais amplos. Aqui sugere-se que as estruturas específicas que definem as relações entre as palavras e os sentidos atribuídos a elas podem ser consideradas formas de hegemonia, uma vez que delimitam quais significados são legitimados e quais são marginalizados no discurso. Segundo Fairclough (2001), a hegemonia não se restringe à dominação, mas envolve também a liderança nos âmbitos econômico, político, cultural e ideológico.

Dessa maneira, os significados atribuídos às palavras não são neutros, mas resultado de disputas discursivas que refletem e sustentam relações de poder. O discurso, ao naturalizar certos sentidos como universais, contribui para a manutenção da hegemonia ao ocultar sua origem em interesses específicos e torná-los parte do senso comum. Nesta mesma perspectiva, o estudo das metáforas, entendidas como construções discursivas que estruturam a percepção da realidade e reproduzem relações de poder, influenciando a maneira como conceitos abstratos são compreendidos dentro de um determinado contexto, envolve a análise de suas implicações políticas, religiosas e ideológicas, bem como dos conflitos que emergem entre formulações alternativas. Esses elementos constituem etapas essenciais para a compreensão das dinâmicas discursivas.

Posto isto, após a análise do Relatório Oficial da X Assembleia, o terceiro capítulo investiga a Peregrinação de Justiça e Paz, detalhando suas principais iniciativas e avaliando seus impactos nas igrejas-membro e na sociedade civil global. Essa análise baseia-se no relatório “Peregrinos no Caminho da Paz: A viagem do CMI de Busan a Karlsruhe”, em registros audiovisuais do projeto e em notícias que documentam suas repercussões. A partir da análise qualitativa de documentos e declarações do CMI, este capítulo avalia como as mudanças institucionais e discursivas refletem os esforços do Conselho para responder às demandas contemporâneas de justiça e paz, enfatizando o papel da diaconia como prática transformadora. Por fim, ao sintetizar as análises, é apresentada, com foco na relevância do discurso ecumênico, a tensão entre a identidade histórica do CMI e suas adaptações no campo discursivo e prático às demandas globais. Este capítulo também apresenta hipóteses sobre os desafios futuros do Conselho, considerando as críticas à sua atuação e sua capacidade de promover a unidade cristã em um cenário fragmentado.

A pesquisa, então, tem como objetivo geral compreender os esforços do CMI para práticas ecumênicas em busca da justiça e da paz a partir de suas contribuições práticas-discursivas e suas reverberações no cenário internacional. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: 1) tratar sobre as contribuições do CMI para práticas ecumênicas em busca da justiça e paz em uma perspectiva histórica; 2) analisar os discursos e pronunciamentos de construção da paz e justiça no Conselho Mundial de Igrejas e no relatório oficial da X Assembleia "Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz"; 3) apresentar as atuações do CMI na Peregrinação de Justiça e Paz; 4) examinar as tensões e limitações enfrentadas pelo CMI no cumprimento de seu papel de "voz profética".

Sendo assim, os temas abordados ao decorrer da pesquisa são postos como contribuições para a área de Ciências da Religião e a subárea de: História das Teologias e Religiões; a subárea de Ciências da Linguagem Religiosa, uma vez que se utiliza de uma metodologia que possui a análise de práticas discursivas e, principalmente, a subárea de Ciência da Religião Aplicada a partir da relação entre religião e espaço público, contribuição que também é dada ao diálogo na esfera de Teologia Pública como apresentado por Rudolf von Sinner, no qual pretende "(1) abordar questões da sociedade contemporânea, (2) confirmar seu lugar na universidade e (3) ser comunicável à comunidade científica, religiosa e política, particularmente à sociedade civil, mas também à economia."[2] Com isso, a pesquisa busca preencher uma lacuna na literatura acadêmica brasileira, uma vez que são escassos estudos atuais que investigam e analisam especificamente os diálogos ecumênicos a respeito de justiça e paz do Conselho Mundial de Igrejas dado que, temáticas em torno da justiça e da paz, são questões fundamentais em debates públicos atuais acerca da dignidade humana.

[2] SINNER, Rudolf von. **Confiança e convivência**: reflexões éticas e ecumênicas. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 62

1. AS RAÍZES DO ECUMENISMO E A CRIAÇÃO DO CMI

A análise do papel do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) como entidade internacional na promoção da unidade cristã, desde sua fundação em 1948, exige um exame detalhado das origens e desdobramentos do movimento ecumênico. Este movimento, compreendido como uma comunidade de igrejas em busca da unidade visível fundamentada no testemunho de "uma só fé", apresenta um itinerário que demanda uma investigação cuidadosa das razões e circunstâncias que possibilitaram sua formação. Por esta razão, torna-se essencial considerar os aspectos históricos e teológicos que circundam as origens do ecumenismo contemporâneo, buscando ampliar a compreensão sobre os elementos que levaram à criação do CMI, a partir de um percurso histórico-crítico.

Para tanto, este capítulo delineia um percurso que parte da etimologia do termo *oikoumene* e suas variações semióticas, passando pelos esforços históricos e teológicos que resultaram no movimento ecumênico contemporâneo. Nosso enfoque recai sobre a contextualização abrangente do movimento, abordando os eventos que resultaram na fundação do CMI, as mudanças nas prioridades do discurso ao longo do tempo e as preocupações centrais no campo da teologia pública do Conselho, com ênfase na justiça e na paz em âmbito internacional. Assim, este capítulo busca oferecer uma base sólida para a compreensão do papel histórico e contemporâneo do CMI, a CCIA e suas atuações em cooperação com as Nações Unidas.

Como metodologia, utilizamos uma revisão bibliográfica que inclui livros sobre o tema, além de artigos acadêmicos e documentos históricos disponibilizados por fontes primárias e secundárias. A principal referência para o desenvolvimento deste capítulo é a obra do Rev. Thomas Fitzgerald, The Ecumenical Movement: An Introductory History (2004). Fitzgerald, estadunidense, sacerdote do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla e representante em diálogos teológicos e consultas ecumênicas, integrou a equipe executiva do CMI em Genebra entre 1994 e 2000 e foi membro da Comissão de Fé e Ordem. Sua análise histórica detalhada do movimento ecumênico e do surgimento do CMI orienta esta investigação inicial. Entre as fontes basilares desta pesquisa, destaca-se o trabalho de Visser't Hooft (1949), cujo relato sobre a I Assembleia do CMI oferece uma análise abrangente das discussões e desafios enfrentados durante o evento. Outros autores, como Dias (1998) e Saucedo (2021), também contribuem para uma compreensão mais aprofundada da evolução do termo *oikoumene*, ampliando o escopo teórico e metodológico deste estudo.

O CMI, desde sua I Assembleia, realizada em Amsterdã, Holanda, em 1948, manifestou um apelo à paz e ao compromisso com a reparação dos danos causados pela Segunda Guerra Mundial. Conforme o Primeiro Relatório de Assembleias, editado por Visser't Hooft (1949), o evento ocorreu em um cenário de intensas tensões globais, marcadas pela frustração diante das esperanças de paz pós-guerra. O documento destacou a ausência de mecanismos eficazes para a resolução pacífica de conflitos, bem como as violações de direitos humanos e liberdades fundamentais em diversos contextos políticos e econômicos. A conjuntura do pós-Segunda Guerra, foi determinante para o surgimento de iniciativas que buscassem promover o diálogo e a cooperação entre as igrejas.

Assim, por meio do levantamento de textos acerca da criação do CMI, é possível delinear de forma abrangente o seu interesse no cenário internacional, destacando suas contribuições para o ecumenismo e seu impacto na promoção de valores como justiça, paz e unidade cristã. Este panorama inicial da pesquisa, visa proporcionar uma base para a compreensão dos desdobramentos abordados nas próximas seções, permitindo uma análise mais aprofundada do impacto e da relevância do ecumenismo no contexto atual.

1.1 - Do Significado Histórico da *oikoumene* ao Movimento Ecumênico

O termo "ecumenismo", em suas múltiplas dimensões, insere-se em uma composição histórica, política e social intrinsecamente dinâmica. Para apreendê-lo em sua amplitude e profundidade, impõe-se a necessidade de examinar seu desenvolvimento, elucidando as variações de sentido que lhe conferiram contornos específicos. Ao examinar as distintas concepções associadas à palavra ao longo da história, revela-se a configuração de um movimento com o propósito de restaurar e manter a união entre as igrejas cristãs, os processos que levaram à sua projeção global e os elementos que fundamentam a constituição do Conselho Mundial de Igrejas.

"Ecumenismo", derivado da palavra grega clássica "οἰκουμένη" (*oikoumene*), particípio passivo feminino de *oikeo* ("a habitada") refere-se à "Terra habitada"[3]. No cerne desse conceito repousa o termo "οἶκος" (*oikos*), que denota "residência", "vivenda" ou "casa", remetendo à ideia de uma habitação onde se desenvolve uma família sob governo do *pater familias*, diferente da pólis[4]. Segundo Saucedo (2021), em inúmeras civilizações, o termo

[3] οἰκουμένη, της (ἡ). s. (sobrent. γῆ). Traduzido do espanhol: Tierra habitable. - *cf*. YARZA, F. I. S. (dir). **Diccionario Griego-Español**. Barcelona: Editorial Ramon Sopena, 1998. 2 Volumes. p. 955

[4] Do grego antigo οἶκος, του (d). s. Em espanhol: *Casa; habitación; residência. Comedor; alcoba; habitación. Templo, Tumba. Jaula. Colmena. Hacienda; ajuar; bienes; propiedad. Familia, raza, οïκός. Forma jón. us. por*

“casa” transcende sua acepção mais restrita e funcional, ao refletir as dinâmicas de pertencimento e estrutura de vida dentro da comunidade, como observado na cultura da Grécia antiga.

Sua civilização, embora composta por cidades-estado independentes, ainda assim preservava um senso de unidade, “algo que já se vê desde a ‘Ilíada’ (em que reinos gregos se unem para lutar contra troianos) e que ganha relevo, por exemplo, nos enfrentamentos entre gregos e persas” (Saucedo, 2021, p. 383). Sob a superfície dessa acepção primária, a conotação de *oikoumene* gradualmente se amplia, configurando-se em novos horizontes. Em seu artigo “Movimento Ecumênico: História e Significado” (1998), Dias, na esteira de Julio de Santa Ana (1987)[5], traça por meio de um percurso histórico, os variados significados de *oikoumene*, distribuídos em quatro aspectos que serão abordados a seguir.

Inicialmente, o autor menciona que os escritores gregos clássicos utilizavam a palavra de forma essencialmente geográfica, contrastando o mundo grego com territórios habitados por povos desconhecidos. Esta interpretação se estruturou em torno das conquistas de Alexandre Magno no século IV a.C., quando *oikoumene* passou a designar o vasto território helenizado que se estendia do Mar Egeu até as margens do rio Indo. A partir do processo de helenização que envolveu povos tão diversos quanto egípcios, babilônios, sírios, semitas, caldeus e persas, obteve-se na diversidade, a proeminência de um elemento unificador: o ideal do homem helênico, contraposto aos bárbaros, que estavam fora da *oikoumene*. À luz dessa constatação, como resultado em um estágio posterior, a *oikoumene* adquiriu uma relevância cultural (Dias, 1998).

A partir do século III a.C. e da era de domínio romano sobre o mundo mediterrâneo, a ideia de um cidadão cosmopolita como encarnação da verdadeira humanidade, adquiriu notoriedade. Sob essas condições, a separação entre o mundo helênico e os povos bárbaros delineava-se de maneira manifesta, inscrevendo-se no horizonte da época, com a barbárie fora da *oikoumene*. Com a expansão da autoridade romana sobre as terras ao redor do Mar Mediterrâneo, após a morte de Alexandre Magno e a subsequente fragmentação de seu império, a noção de *oikoumene* adquiriu uma dimensão política. A leitura de Dias (1998), sugere que as imbricações entre os aspectos geográficos, culturais e políticos foram

---

ἐοικός, term. neutra de λοικώς, νῖα, ός, part. de ἔοικα, perf. del inus, είκω, con signif. de presente. *cf.* YARZA, F. I. S. (dir). **Diccionario Griego-Español**. Barcelona: Editorial Ramon Sopena, 1998. 2 Volumes. p. 955

[5] *cf.* SANTA ANA, Julio. **Ecumenismo e Libertação**, Petrópolis: Vozes, 1987. p. 18 - 22.

determinantes na consolidação dos sentidos que o termo assume no Novo Testamento[6], "recuperando em algumas delas o sentido de mundo (At 11.28), de cultura helênica (Rm 10.18; Hb 1.6; Ap 12.9), de Império Romano (Lc 2.1)" (Dias, 1998, p. 132).

Neste ponto, ao transitar para as relações bíblicas da *oikoumene*, articula-se um território distinto de discussão. Se, em suas significações iniciais, a *oikoumene* circunscrevia o espaço de uma civilização em oposição às terras externas, seu avanço semântico a transportou, no século IV, para o âmbito eclesiástico, em que, conforme Fitzgerald (2004), passou a designar Concílios Ecumênicos[7], instâncias nas quais bispos e teólogos, reunidos em cidades específicas, buscavam sanar disputas doutrinárias e preservar a unidade do cristianismo no Império Romano-Bizantino.

Para compreender como sua aplicação adquiriu espaço para designar a unidade da igreja[8], torna-se imprescindível abordar, ainda que de forma concisa, os vínculos entre os esforços das igrejas primitivas em se manterem erguidas e a *oikoumene*. Burmann (2019) adverte que idealizar o cristianismo primitivo como um período de harmonia inabalável negligencia a realidade das divisões e controvérsias, tanto entre apóstolos e comunidades quanto no interior dos Concílios Ecumênicos.

Fitzgerald (2004) também observa que o crescimento da igreja primitiva foi marcado por desafios. Dentro dos limites da Palestina, cristãos sofreram perseguições de judeus, e o apóstolo Paulo, antes de sua conversão, foi um dos perseguidores. Entre os anos 58 e 312, as igrejas espalhadas pelo Império Romano experimentaram perseguições em graus diversos. Mas, no ano 313, sob o governo do imperador Constantino, a perseguição formal foi

---

[6] Conforme informações disponibilizadas no site oficial do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a seção dedicada à explicação da logomarca esclarece que o termo *oikoumene*, de origem grega, significa "Terra habitada". A aplicação contemporânea do conceito enfatiza a unidade da criação e o papel de cada indivíduo no ministério de cura promovido pelo Espírito de Cristo. Informação disponível em: https://www.oikoumene.org/resources/logo.

[7] Adicionalmente, em um fragmento consultado do texto "Os concílios ecumênicos" de Josué Callender dos Reis (1964, p. 40 - 44), publicado pela Revista de História da Universidade de São Paulo, o autor observa que a questão do número de Concílios Ecumênicos realizados se revela repleta de incertezas, não apenas pela multiplicidade de encontros convocados, mas, sobretudo, pela necessidade de seu reconhecimento formal pela Igreja. Isso implica que não basta a simples convocação de um Concílio, mas sua aceitação como legítima manifestação do consenso eclesiástico. A este respeito, os oito primeiros Concílios, amparados pelos imperadores romanos do Oriente, são um exemplo claro de como a autoridade imperial se entrelaçou com o processo eclesiástico, conferindo-lhes um caráter oficial. A partir do cânone 5 do Primeiro Concílio de Niceia, que estipulava a realização de dois Sínodos anuais, é possível perceber que os sínodos episcopais já estavam se consolidando como uma prática institucional contínua, refletindo o novo papel que a Igreja passava a desempenhar na estrutura do Império Romano. A questão do reconhecimento, portanto, não se limita à convocação de um Concílio, mas ao entendimento de sua relevância e aceitação dentro da *oikoumene*, ou seja, no mundo da cultura greco-romana que, com o Édito de Milão, passava a se ver imerso em uma nova configuração religiosa, política e social.

[8] O termo empregado não designa uma igreja em particular, mas sim, o conjunto formado por cristãos.

interrompida, resultando em uma nova configuração entre a igreja e o Estado. Em 380 Teodósio oficializou o cristianismo como a religião do império e assim, "com o fim da perseguição e o crescimento dramático de membros ao longo do quarto século, a igreja continuou a estruturar sua vida organizacional interna" (Fitzgerald, 2004, p. 23, tradução nossa[9]). Ao longo dos séculos, a igreja encontrou-se frente a uma realidade composta por diversas tradições e passou a promover uma busca pelo diálogo e coesão. E nesse meio, surgem ocorrências das primeiras reuniões ecumênicas como concílios.

Em decorrência disso, cabe frisar que não se trata, neste contexto, de uma introdução para uma abordagem aprofundada das doutrinas debatidas nem dos argumentos filosóficos e teológicos formulados nos primeiros Concílios Ecumênicos. No entanto, é incontestável que o conteúdo de tais discussões, apesar de periféricas ao escopo deste tópico da presente pesquisa, mereçam atenção à medida que contribuem para a compreensão do quadro geral. Seguindo o argumento de que, "sem dúvida, o grupo dos quatro primeiros concílios ecumênicos caracteriza-se por uma continuidade histórica real e representa, por isso mesmo, também sob esse aspecto, uma unidade consistente" (Alberigo, 1993, p. 19, tradução nossa[10]). Desta maneira, coloca-se como problemática central a seguinte indagação: qual foi a contribuição dos Concílios para a evolução do conceito de *oikoumene* e para a formação da corrente ecumênica?

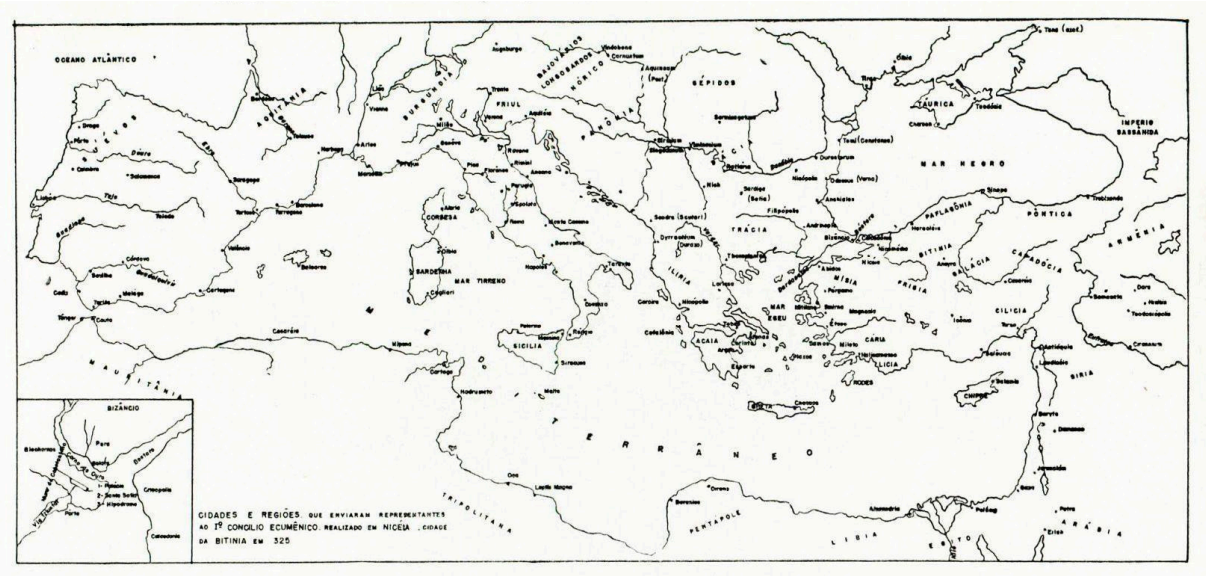
Ao apresentar os principais pontos discutidos, com o intuito de situar a dinâmica dos encontros e as respostas do corpo eclesial, considera-se que, desde o princípio, há uma coexistência de diversas interpretações sobre tópicos relacionados ao cristianismo. De forma resumida, Fitzgerald (2004), ao tratar sobre "O desafio da divisão[11]", especifica que os debates no século IV se concentraram em debater heresias de natureza trinitária, sendo estas: o arianismo (que afirmava que Cristo era uma criação divina e não compartilhava da mesma essência e eternidade de Deus Pai, sendo inferior a Ele em natureza), o apolinarismo (que defendia que Cristo não possuía uma mente humana completa, pois esta teria sido substituída pelo Logos divino) e o pneumatomaquismo (que negava a consubstancialidade do Espírito Santo com o Pai e o Filho, considerando-o inferior em divindade e essência). Com o surgimento dessas doutrinas, enfrentou-se o exame profundo do que seria a Trindade,

[9] No original: "with the end of persecution and the dramatic growth of members throughout the fourth century, the church continued to structure its internal organizational life".
[10] No original: "sin duda, el grupo de los cuatro primeros concilios ecuménicos se caracteriza por una real continuidad histórica, y representa por eso mismo, también bajo este aspecto, una unidad consistente".
[11] No original: "The challenge of division".

buscando uma terminologia que a definisse de maneira coerente. Esse esforço exigiu uma interpretação cuidadosa tanto das Escrituras quanto da tradição eclesiástica, que via a necessidade de preservar a integridade da fé transmitida pelos apóstolos. Logo, o que ocorreu na Niceia no ano de 325 surge como o marco formal desta questão.

Em seu artigo “Relendo Niceia (325). Uma pincelada teológica sobre os impactos do Primeiro Concílio Ecumênico e da Sinodalidade” (2023), o arcebispo metropolitano da Arquidiocese Ortodoxa Grega de Buenos Aires e América do Sul, Iosif Leandro Bosch, ressalta que o acesso aos debates do evento realizado em Niceia da Bitínia é limitado pela escassez de registros formais, sendo possível apenas inferir certos aspectos com base nos relatos de Eusébio de Cesareia, Eustáquio de Antioquia e Atanásio de Alexandria. Coube ao imperador Constantino articular uma solução que transcendesse os conflitos doutrinários, convocando, portanto, aproximadamente trezentos bispos. Por outro ângulo, merece atenção o registro das regiões que enviaram representantes ao concílio, uma informação que será enriquecida pela imagem abaixo adicionada. Retirada do texto “Os Concílios Ecumênicos”, de Josué Callander dos Reis, essa ilustração oferece uma perspectiva da amplitude geográfica envolvida.

Figura 1 - Cidades de representantes no Concílio de Niceia



Fonte: REIS, 1964, p. 9[12].

[12] REIS, Josué Callender dos. Os concílios ecumênicos. **Revista de História**, São Paulo, v. 28, n. 57, p. 29–67, 1964. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1964.122665. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122665. Acesso em: 18 out. 2024.

Siedeliske (2019) situa a controvérsia do arianismo no momento em que Ário, diácono em Alexandria, articulou uma doutrina que rejeitava a plena divindade de Cristo. Durante o concílio de Niceia, três grupos se destacaram no debate: os discípulos de Ário, comprometidos com sua visão; os seguidores de Atanásio, que afirmavam a ortodoxia de que Cristo partilhava da mesma substância (*homoousios*) do Pai, preservando, porém, sua distinção pessoal; e os representantes de Eusébio de Cesareia, que tentavam elaborar uma síntese capaz de acomodar as posições conflitantes. Os bispos reunidos, em sua maioria, mostravam-se inquietos com o risco de fragmentação causada pelo confronto entre Ário e Alexandre. As decisões sobre a natureza divina e humana, geraram novos problemas que seriam revisados mais tarde.

No ano de 381, durante o Primeiro Concílio de Constantinopla, o historiador italiano Alberigo (1993) aponta que a primeira questão debatida dizia respeito à estrutura da Igreja de Constantinopla, que, apesar de ser a capital do império, ainda carecia de um líder. E, para o povo da época, não se tratava de uma mera formalidade: a Igreja de Constantinopla deveria ser reconhecida como a principal autoridade no que tange à fé, tendo, portanto, um papel central na definição da ortodoxia cristã. Nas etapas finais do concílio, que se estenderam após o meio de junho de 381, foi tomada a decisão de nomear um sucessor para a sede de Constantinopla. Sob a orientação do bispo Diodoro de Tarso, a escolha recaiu sobre Nectário, oficial da administração imperial. O que torna este evento intrigante é que, no momento de sua eleição, Nectário não ocupava uma posição clerical e também ainda não havia sido batizado, o que gerou certa perplexidade entre os participantes da assembleia, dado o caráter de sua nova função e as expectativas associadas ao cargo.

O evento de 381, conforme Siedeliske (2019), não se limitou à revisão do Credo de Nicéia ou à reafirmação da divindade do Espírito Santo. Também teve como uma de suas realizações a condenação definitiva do arianismo. Além disso, foi crucial para esclarecer a natureza humana de Cristo, rejeitando qualquer concepção de uma humanidade parcial ou idealizada. Assim, Cristo possuía, em sua totalidade, a natureza humana, sem carências ou distorções, mas também sem a presença do pecado.

No desenvolvimento desses encontros, é possível inferir que os dois concílios possuem um inter-relacionamento de questões doutrinárias e teológicas que se complementam. Essa relação pode ser observada nas contribuições que cada um deles trouxe,

refletindo a dinâmica e os desafios enfrentados pela Igreja naquele período. Como aponta o historiador Giuseppe Alberigo:

> Embora [os dois primeiros concílios] mantenham perfis claramente distintos, devido às diversas modalidades do acontecimento conciliar, ambos são dominados pelo mesmo problema dogmático, e, por assim dizer, dão respostas complementares. De fato, ao se observar o desenvolvimento dogmático e teológico mais amplo, percebe-se que a ênfase dada a Éfeso é, de certa forma, compensada e reequilibrada pela Calcedônia. Ademais, cada um desses dois concílios marca um momento de ruptura entre as Igrejas: unida em grande parte após o ano de 431, a ruptura ressurge após Calcedônia, dando lugar a uma separação na Igreja do Oriente entre os monofisitas e os calcedonenses, a qual perdura até os dias atuais. Por fim, os dois concílios podem ser associados pela relação especial que mantêm com a tradição de Niceia e, através dela, com a regra de fé que fundamenta a autoridade de suas respectivas decisões. (Alberigo, 1993, p. 67, tradução nossa[13])

No Concílio de Éfeso que ocorreu no ano de 431, conforme aponta Siedeliske (2019), a unidade da pessoa de Cristo foi afirmada de forma resoluta, estabelecendo que Cristo é uma única pessoa, cuja constituição abarca duas naturezas — divina e humana. Já no Concílio de Calcedônia (451), as discussões voltaram-se para refutar a doutrina monofisita de Êutico de Constantinopla, que, baseando-se na união das naturezas divina e humana de Cristo na encarnação, sustentava que, após essa união, Jesus passou a possuir uma única natureza. Tal visão, ao eliminar a coexistência das naturezas e sugerir sua fusão, foi rejeitada com vigor. O Concílio, assim, buscou resolver o que causava tribulação, assegurando a plena distinção entre as naturezas divina e humana, ambas presentes na pessoa de Cristo.

No entanto, essas distinções teológicas foram com frequência intensificadas por contextos políticos e culturais, que imprimiram novas dimensões e complexidades às discussões teológicas. Dessa forma, conforme Saucedo (2021), a busca pela unidade se viu no terreno das disputas sobre o conteúdo da fé e na influência que o cenário político e social exercia sobre a interpretação e aceitação dos dogmas estabelecidos.

As disputas teológicas, intensificadas por fatores políticos e culturais que marcaram o início dos encontros ecumênicos, evidenciam como a "unidade dos cristãos" enfrentou desafios contínuos, refletindo a complexidade das interpretações sobre ensinamentos fundacionais. Tais divergências originaram-se, em grande medida, das diferentes leituras das

[13] No original: "Aunque mantienen un perfil claramente distinto, debido a las mismas modalidades diversas del acontecimiento conciliar, los dos están dominados por el mismo problema dogmático y le dan, por así decirlo, respuestas complementarias. Efectivamente, si se atiende al desarrollo dogmático y teológico más amplio, se ve que el acento que pone Efeso queda, en cierto modo, compensado y reequilibrado por Calcedonia. Además, cada uno de estos dos concilios señala un momento de ruptura entre las Iglesias: unida en gran parte después del año 431, la ruptura volverá a aparecer de nuevo a continuación de Calcedonia, dando lugar a una separación en la Iglesia de oriente entre los monofisitas y los calcedonenses que dura hasta nuestros días. Finalmente, los dos concilios pueden ser asociados entre sí por la relación especial que los une con la tradición de Nicea, y mediante ella con la regla de fe sobre la que fundamentan la autoridad de sus propias decisiones".

Escrituras e da tradição. A luta pela coesão doutrinária, todavia, não se esgota nos debates conciliares, uma vez que as divisões persistiram ao longo dos séculos, retratada, inclusive, no processo de fragmentação após a Reforma Protestante e a reconfiguração da *oikoumene* no século XVII. Como observa Saucedo (2021), a dimensão religiosa do termo alcança sua concretização mais plena, sendo indissociável dos novos contextos históricos e da fragmentação decorrente das transformações e disputas teológicas daquele período. Impulsionada por personalidades críticas à Igreja Católica, a mobilização reformista redefine a compreensão sobre a integridade e a pluralidade da cristandade.

Antes mesmo desse evento, em 1054, ocorreu o Cisma do Oriente, que levou à ruptura da Igreja Católica. "1054 é frequentemente identificada como a data do cisma, pois representantes de Roma e Constantinopla trocaram excomunhões[14] limitadas. No entanto, a maioria dos historiadores da igreja contemporâneos rejeita essa data como o momento de um cisma permanente" (Fitzgerald, 2004, p. 39, tradução nossa[15]). A separação entre a Igreja Ortodoxa e a Igreja Católica Romana é fruto de um distanciamento contínuo que se estendeu entre os séculos IX e XV, tendo início com a ruptura nas relações entre a Igreja de Roma e a Igreja de Constantinopla.

Assim, para compreender o significado da *oikoumene* como ecumênico, relativo ao movimento pela conciliação das igrejas cristãs, é prudente entender o quadro histórico que se desenrola entre os séculos XVII e XX. Nesse intervalo, pode-se dizer que a significação do termo se desenvolve, sendo moldada por novas articulações e debates intelectuais, uma direção que forjou os alicerces teóricos e práticos que deram suporte a discussões teológicas contemporâneas. Como assinalado no verbete "Ecumenismo", publicada no "Dicionário do pluralismo religioso" (2020):

> O sentido moderno da palavra refere-se ao empenho pela unidade das igrejas cristãs, sendo assim compreendido a partir do filósofo luterano alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), em correspondência com o bispo francês Bossuet (1627-1704), vislumbrando uma igreja universal que abrangesse em seu seio uma diversidade e expressões da vida e da fé cristã. No mesmo século, em 1626, o teólogo e educador luterano Peter Meiderlin (1582-1651) cunhou um importante princípio ecumênico que diferencia artigos de fé de fundamental importância de outros mais periféricos, variáveis para delinear o limite entre unidade e diversidade: *In necessariis unitas, in non necessariis libertas, in utrisque caritas* ("unidade no necessário, liberdade no não necessário, amor nas duas"), muitas vezes atribuído já a Agostinho de Hipona

[14] A excomunhão representa o ato de exclusão formal que priva uma pessoa dos seus direitos na comunidade eclesiástica.

[15] No original: "is frequently identified as the date of the schism because representatives of Rome and Constantinople exchanged limited excommunications. Most church historians today reject this as the actual date of a permanent schism".

> (345-430), mas, de fato, não se encontra nos escritos dele. Em sua Encíclica Ad Petri Cathedram (n. 38), de 29 de junho de 1959, o então papa João XXIII (1881-1963) citou a fórmula da seguinte forma, referente à liberdade de teólogos de expressar-se: *in necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas* ("nas coisas necessárias, unidade; nas duvidosas, liberdade; em todas, caridade"). No século XX, o arcebispo luterano sueco Nathan Söderblom (1866-1930) começou a falar de forma mais conceituada do ecumenismo como zelo pela reconciliação e unidade das igrejas até então separadas (Sinner, 2020, p.1, grifo do autor).

Como aponta Fitzgerald (2004), diferentes ações buscaram reconstituir a comunhão da Igreja em momentos de fragmentação cristã[16]. Uma etapa inaugural nesse sentido no século XIX, foi a fundação, em 1857, da Associação para a Promoção da Unidade da Cristandade (APUC), dedicada a fomentar a reconciliação entre as Igrejas Anglicana, Católica Romana e Ortodoxa, além de incentivar orações em prol de sua unidade. No curso deste empreendimento de conciliação, a busca pela harmonia entre as tradições cristãs alcançou novo fôlego. A realização da Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, em 1910, cujas implicações, ainda que inicialmente voltadas à missão, abriram caminho, para apelos cada vez mais incisivos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, pela constituição de um "conselho ecumênico de igrejas" ou uma "conferência ecumênica de igrejas":

> A Conferência Mundial de Missão (Edimburgo 1910) criou um modelo de busca de comunhão e missão, com traços tipicamente protestantes: aberto à participação, com verdadeira disposição de troca de experiências, com espaço para o confessional e o ecumênico, e criando bases para superação de preconceitos e diferenças, a partir da fé comum em Jesus Cristo. Por isso, foi logo seguida pelo Congresso Missionário Latino-Americano, realizado na cidade do Panamá, Panamá (1916), que estruturou a presença e atuação dos missionários de Igrejas evangélicas de traço evangelical na América do Sul. Do mesmo modo, essa conferência colocou as bases que possibilitaram o nascimento do Conselho Internacional da Missão, criado em 1921, após o fim da Primeira Guerra Mundial, e sob o impacto dos seus mais de 20 milhões de mortos. Essas conquistas foram fundamentais e decisivas para a criação do Conselho Mundial de Igrejas, impelindo à criação da Organização das Nações Unidas, após o fim da Segunda Guerra Mundial, e à reflexão, por parte de lideranças políticas, religiosas e dos diferentes povos, sobre seus mais de 50 milhões de mortos. Os impactos das duas guerras mundiais em menos de meio século interpelam a consciência cristã, fato visível na temática debatida, sobretudo porque países tidos como de cultura cristã compunham as partes litigantes. (Ribeiro, 2014, p. 135)

Segundo as ponderações apresentadas por Fitzgerald (2004), o estabelecimento dos movimentos "Fé e Ordem" e "Vida e Ação", coordenados com o movimento "Missão", na

[16] Visamos adentrar, neste momento, a origem do ecumenismo cristão como a busca empreendida por igrejas Ortodoxas, Católicas Romanas, Anglicanas, Velho-Católicas e Protestantes pela unidade na fé e reconciliação. Fitzgerald (2014), por intermédio de uma abordagem teológica, discorre sobre a relevância da fé apostólica em eventos que visam esse objetivo. Seguindo a linha de raciocínio em que a falta de acordo entre os adeptos da fé cristã mina a eficácia do testemunho cristão no cenário global, "A verdadeira unidade cristã" - em inglês, "True Christian Unity" em Fitzgerald (2014, p. 10) - conforme a perspectiva ecumênica não pode ser sustentada por um mero consenso superficial, que apenas aparenta concordância em assuntos fundamentais. Em vez disso, é imprescindível que essa unidade seja fundamentada em uma compreensão autêntica e na aceitação genuína dos ensinamentos legados pelos apóstolos de Jesus Cristo em união.

década de 1920, que começou a aproximar teólogos anglicanos, protestantes, vetero-católicos[17] e ortodoxos, resultaram em contribuições para a criação do Conselho Mundial de Igrejas em 1948. A expressão "movimento ecumênico" assume uma conotação eclesiológica que visa à unidade entre as igrejas cristãs "sob o mesmo Cristo" por meio de reuniões que congregam seus representantes para delinear perspectivas sobre os ensinamentos que levam em conta as visões das igrejas sobre questões teológicas e práticas.

> O termo ecumênico continha elementos que não eram fáceis de lidar, no meio protestante e ortodoxo no início do século XX, por conta da utilização que a Igreja Católica Apostólica Romana fazia em seus concílios ao longo dos séculos. Houve inclusive a proposição de se utilizar o termo pancristão, para evitar confusão de entendimento. No entanto, vencida esta celeuma, a Conferência Universal do Cristianismo Prático Vida e Ação ocorreu em 1925, em Estolcomo. Neste evento, o termo "movimento ecumênico" passou a ser adotado "para o conjunto dos esforços em prol da unidade cristã" (GISEL; KAENNEL, 2016, p. 533).

O teólogo luterano Brakemeier (2001) sustenta que, apesar das dúvidas que possam surgir quanto à união e ao significado atribuído a "ecumênico", a unidade se torna imperativa para a igreja. Mas sabe-se que, "o termo 'ecumênico' distingue-se claramente de expressões como 'interdenominacional' ou 'interconfessional', que têm sido historicamente utilizadas para descrever, principalmente, as relações entre igrejas protestantes" (Fitzgerald, 2004, p. 4, tradução nossa[18]). O movimento ecumênico refere-se à busca pela reconciliação cristã e sua unidade — se a igreja é uma, a unidade se configura como uma tarefa que não deve ser menosprezada. Em contraste, as relações inter-religiosas dizem respeito aos contatos entre cristãos e membros de outras religiões, promovendo entendimento e respeito mútuos.

Sendo assim, pode-se afirmar que o movimento ecumênico que emergiu no século XIX e se consolidou ao longo do século XX reflete um desdobramento de várias iniciativas voltadas a questões essenciais do corpo eclesial, como missão, ação e doutrina, e se concretiza por meio de conferências que exigem planejamento contínuo e preparo cuidadoso para as etapas seguintes. No entanto, o ecumenismo promovido pelo CMI, ao evidenciar seu compromisso não apenas no campo teológico, mas também nas esferas práticas e sociais globais, destaca-se por sua ênfase na ação social e política, estabelecendo uma diferença clara em relação aos primeiros concílios ecumênicos. Ao institucionalizar esse formato de ecumenismo, o CMI redefine sua atuação, marcando uma transição para um movimento mais

[17] Mais do que um movimento de resistência às mudanças decorrentes do Concílio Vaticano I, os vetero-católicos se consideram parte da tradição católica, rejeitando a autoridade suprema do Papa, especialmente no que se refere à jurisdição, e buscando preservar doutrinas que consideram fiéis às origens da Igreja.

[18] No original: "The term ecumenical is clearly distinguished from such terms as interdenominational or interconfessional. These have been used in the past to describe primarily relationships among Protestant churches".

envolvido com as questões sociais e internacionais, contrastando com os focos mais eclesiásticos e doutrinários dos ecumenismos anteriores.

1.2 - Os Primeiros Passos à criação do CMI

No anseio da tarefa ecumênica, como detalhado nas análises de Fitzgerald (2004), um número considerável de líderes religiosos começou a destacar a importância de aplicar os princípios cristãos nas relações internacionais e no fortalecimento do direito global. Guiadas pela participação conjunta de líderes políticos e religiosos, as Convenções de Haia, um conjunto de tratados internacionais, de 1899 e 1907, configuraram-se como respostas institucionais às demandas por estabilidade global, com a participação conjunta de líderes políticos e religiosos. Em um contexto de expansão mundial, incluindo o imperialismo e o colonialismo, e de crescente integração, como exemplificado pela associação mundial dos correios e pela comunicação por telegrafia, esses tratados consolidaram debates sobre a necessidade de princípios que orientassem as relações entre as nações, especialmente em tempos de guerra. De acordo com Ribeiro e Cunha (2013), em 1910, a realização da Conferência Missionária Mundial em Edimburgo expandiu as práticas colaborativas entre as sociedades missionárias em sintonia, criando as condições para o surgimento de novas estruturas e iniciativas internacionais voltadas à paz e à cooperação.

A partir da Primeira Guerra Mundial, muitas igrejas do hemisfério norte mostravam-se preocupadas com suas responsabilidades pela paz e justiça no mundo e assim, em 1914 foi fundada em Constança (Alemanha) a "Aliança Universal para a Amizade Internacional Através das Igrejas". Encerrado o conflito, a prioridade das igrejas passou a ser a instauração de uma paz justa e a elaboração de uma perspectiva cristã para os desafios da ordem internacional. Nesse espírito, conforme relata Visser't Hooft (1982), em 10 de janeiro de 1919, o Santo Sínodo do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla tomou uma decisão histórica: promover um convite oficial a todas as igrejas cristãs para a formação de uma "liga de igrejas". Assim, a Igreja de Constantinopla tornou-se a primeira igreja a planear um órgão permanente de comunhão e cooperação entre as igrejas.

Nesse itinerário ecumênico, a criação da "Liga das Nações" encontrou respaldo entre líderes eclesiásticos que, não apenas apoiaram sua missão de proteger o direito da liberdade religiosa, mas também nutriram a expectativa de que sua influência se estendesse ao

fortalecimento do direito internacional. Desde os primeiros delineamentos desta proposta, para Fitzgerald (2004), estava claro que a aliança criada demonstrava preocupações que transcendiam as discussões específicas sobre a unidade eclesial. Tal posicionamento já indicava que o movimento ecumênico, ainda em sua formação, não se limitava às aspirações de unidade eclesial ou de conciliação doutrinária, mas começava a delinear interesses que vinculavam o individual ao social, ou seja, sua atuação esboçava um propósito mais amplo: influenciar a ordem de debates internacionais e intervir nas discussões éticas que moldavam as relações entre as nações. Essa inclinação sugere uma consciência aparentemente coletiva em gestação, na qual a convergência entre fé e sociedade se apresenta como uma força orientadora para transformações no cenário global.

Marques e Burigana (2018), em um artigo dedicado aos 70 anos de fundação do CMI e situado no campo de História das Religiões e Teologia, mencionam que Nathan Söderblom, arcebispo luterano de Uppsala, apresentou a proposta da criação de um Conselho de Igrejas, concebido como uma plataforma para a cooperação entre igrejas na resolução de problemas sociais, apesar das divergências doutrinárias. Embora sua ideia tenha recebido aprovação, a decisão formal de não se associarem ao plano de Söderblom refletiu a complexidade dos debates entre cristãos que estavam comprometidos com a superação das divisões identitárias ao longo dos séculos. Ainda assim, alguns delegados apoiaram a proposta e rapidamente formaram um comitê independente para colaborar com o arcebispo.

Como mencionado por Fitzgerald (2004), uma conferência ocorreu em Genebra em agosto de 1920, com a participação de 90 representantes de 15 países, todos protestantes. Esse aspecto revelou a inclinação de alguns organizadores em delimitar o futuro conselho exclusivamente às igrejas protestantes. Não obstante, com Söderblom, delinearam-se os preparativos de uma conferência que pretendia reunir representantes de todas as vertentes cristãs. A justificativa residia na premissa de que uma conferência voltada às questões morais mais urgentes poderia constituir o fundamento de um Conselho de Igrejas ecumênico, enquanto restringir a participação a determinadas igrejas comprometeria a autenticidade do caráter ecumênico do projeto. Após intensos debates, a maioria dos participantes alinhou-se a esta posição, resultando na decisão de incluir todas as igrejas cristãs na próxima conferência internacional, com convites estendidos às Igrejas Ortodoxas e à Igreja Católica Romana para o envio de representantes.

Em 1925, realizou-se em Estocolmo, Suécia, a Conferência Cristã Universal sobre Vida e Ação, que contou com a participação de mais de 600 delegados de igrejas protestantes e ortodoxas de 37 países. Mesmo com o convite recebido, a Igreja Católica Romana optou por não enviar representantes. Conforme elucidado por Sinner (2020), até meados do século XX, a Igreja Católica Apostólica Romana era contrária ao ecumenismo, vendo outras igrejas como desviadas da verdadeira fé. O Concílio Vaticano II, porém, reconheceu a verdade em outras comunidades eclesiais e as considerou "irmãs na fé". Atualmente, a Igreja mencionada reflete apoiar o ecumenismo e faz parte de grupos de estudos conjuntos do CMI.

Em termos gerais, Fitzgerald (2004), menciona que a conferência destacou a importância de aplicar o Evangelho em todos os âmbitos da vida, afirmando a fé cristã como fundamento essencial das preocupações eclesiais. Contudo, apesar dos esforços em prol dessa visão de unidade, as divergências doutrinárias entre as igrejas participantes inviabilizaram a aprovação de relatórios oficiais. Por exemplo, surgiu um debate teológico caloroso sobre o Reino de Deus na Terra. De um lado, alguns participantes, baseados na perspectiva do Evangelho Social, argumentaram que os seres humanos devem contribuir ativamente para o estabelecimento desse Reino. Por outro, outros rejeitaram essa ideia, sustentando que é presunção afirmar que os seres humanos podem inaugurar o Reino, que pertence exclusivamente à ação divina. Esse problema foi intensificado quando a questão teológica foi entrelaçada com divisões de natureza confessional, como a tensão entre a ênfase na ação transformadora na realidade presente, característica de algumas vertentes protestantes, e uma postura mais contemplativa e voltada para uma escatologia distante, comumente associada a outras tradições. Essa dicotomia revelou as tensões entre pensamentos teológicos.

Em continuidade à discussão sobre as tensões que marcaram os encontros ecumênicos, como abordado anteriormente, Visser't Hooft (1967), em *The Genesis of the World Council of Churches* (A Gênese do Conselho Mundial de Igrejas), descreve eventos de 1936, nos quais duas reuniões ocorreram na Suíça: uma do movimento Vida e Ação em Chambésy e outra do movimento Fé e Ordem em Clarens. Com o propósito de consolidar uma visão mais integrada do movimento ecumênico, esses encontros levaram à criação de um comitê de trinta membros, incumbido de: 1) avaliar as ações e propostas apresentadas nas conferências de Vida e Ação de 1925, em Estocolmo, e de Fé e Ordem de 1927, em Lausanne; e 2) elaborar sugestões para os encontros subsequentes em Oxford e Edimburgo, com o objetivo de definir a política, estrutura organizacional e o curso de ação do movimento ecumênico. Adicionalmente, acerca dos participantes: "os membros seriam nomeados pelo

grupo consultivo, sendo, em sua maioria, pessoas que ocupavam posições de responsabilidade eclesiástica. No entanto, as opiniões de leigos, mulheres e jovens também deveriam ser representadas" (Visser't Hooft, 1967, p. 39, tradução nossa[19]).

Passado quase um ano, o comitê, composto por trinta e cinco membros e com predominância europeia, se encontrou no Westfield College, em Londres, entre 8 e 10 de julho de 1937, com o propósito de refletir sobre a formação de uma liga ou conselho de igrejas, tema discutido desde 1920. A essa reunião se juntou o Arcebispo de Uppsala, Yngve Brilioth, que aprovou a proposta do Arcebispo emérito Söderblom. Dessa forma, a primeira discussão da reunião revelou uma disposição para integrar os movimentos Vida e Ação e Fé e Ordem, propondo a criação de uma Assembleia representativa das igrejas. Esta Assembleia, com encontros programados a cada cinco anos, seria responsável por definir as políticas do Conselho, com as igrejas desempenhando um papel decisivo na orientação e nas decisões organizacionais.

A sugestão incluía a criação de um Comitê Central, encarregado de implementar as políticas estabelecidas pela Assembleia Geral, com reuniões anuais. De acordo com Visser't Hooft (1967), a estrutura desse Comitê deveria refletir uma representatividade geográfica ampla, com os representantes dos Estados Unidos sendo indicados pelo Conselho Federal de Igrejas daquele país, enquanto as igrejas do Reino Unido e da Europa ficariam responsáveis pela escolha de seus próprios delegados. A proposta também garantiu a presença da Igreja Ortodoxa, além de assegurar a participação de representantes de outras regiões, como a África do Sul, cujas igrejas seriam responsáveis pela nomeação de seus delegados. O relatório da reunião enfatizava mais uma vez que, sempre que possível, um terço dos representantes deveria ser composto por leigos ou leigas. O autor observa que essa forma de representação foi fortemente influenciada pela estrutura da "Constituição do Conselho para Vida e Ação", que dividia as regiões, e pela Constituição do Conselho Missionário Internacional, com seus Conselhos Nacionais.

> Isso acabou se provando o ponto mais fraco do plano de Westfield College, pois tornou o Conselho Mundial de Igrejas dependente dos conselhos de igrejas em vez de depender diretamente das próprias igrejas. Quanto às relações com outros corpos ecumênicos, estava claro que o Conselho Mundial teria fortes vínculos com o Conselho Missionário Internacional, uma vez que os dois corpos compartilhavam o interesse comum de integrar plenamente as igrejas da Ásia, África e América Latina no movimento ecumênico. O fato de, em Westfield, apenas seis de sessenta vagas no

[19] No original: "The members were to be nominated by the consultative group, and were mainly to be people occupying positions of ecclesiastical responsibility. The views of laymen, women and youth were, however, also to be represented".

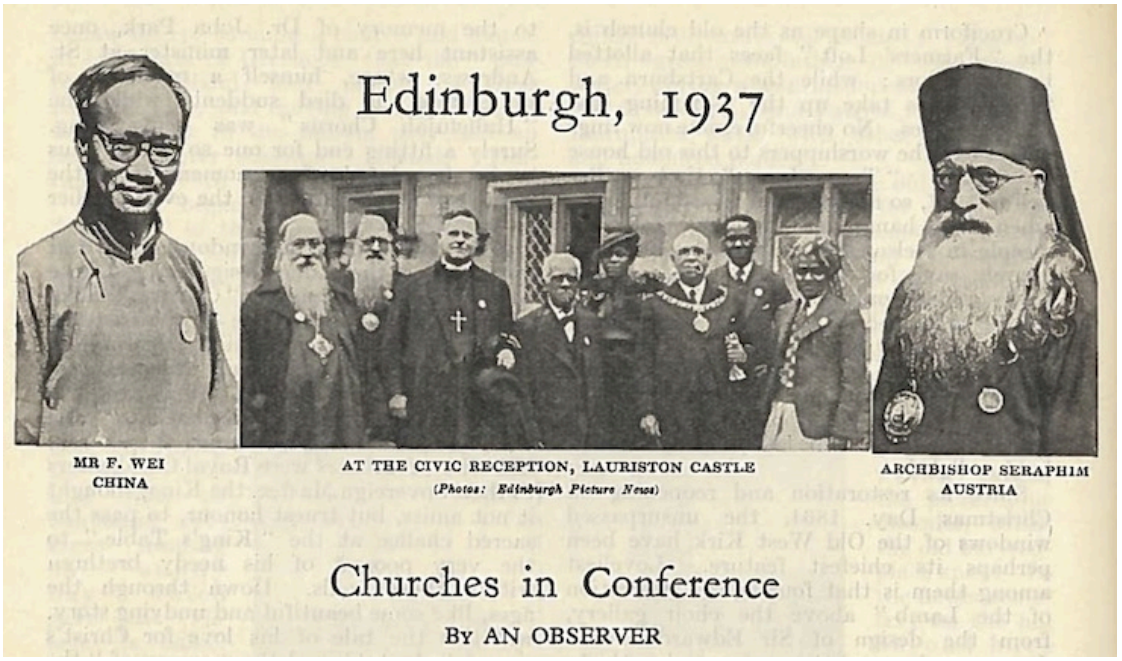
> Conselho Central terem sido atribuídas a esses três continentes mostra que o novo corpo ainda tinha muito a aprender antes de realmente merecer o nome de Conselho Mundial. (Visser't Hooft, 1967, p. 41, tradução nossa[20])

Assim, ocorreu a Segunda Conferência sobre Vida e Ação sediada em Oxford, Inglaterra, em 1937, reuniu mais de 400 participantes, dos quais cerca de 300 eram delegados, representando 120 igrejas de 40 países. Contudo, a ausência de representantes da Igreja Católica Romana e das igrejas luteranas da Alemanha marcou uma lacuna no encontro. O encontro suscitou a proposta de instituir formalmente um Conselho Mundial de Igrejas, articulando simultaneamente reflexões teológicas ancoradas nas Escrituras e na tradição eclesial. Os participantes sancionaram uma resolução que apoiava a criação de um Conselho Mundial de Igrejas, unindo os movimentos de Vida e Ação e Fé e Ordem. Este passo foi crucial para a formação do Conselho estabelecendo um fundamento para a cooperação ecumênica global.

Em uma publicação disponibilizada no site da revista da Igreja da Escócia, Life and Work, intitulada "Looking Back: Edinburgh 1937" (2017), ou, em português, "Olhando para o Passado: Edimburgo 1937", encontra-se um artigo com um relato anônimo de um observador que testemunhou a conferência. O texto destaca o esforço coletivo para encontrar formas concretas de restaurar a comunhão cristã, objetivo intensificado pelo agravamento das condições políticas e sociais globais, especialmente após a guerra. Também reflete a dinâmica dos debates e a diversidade dos participantes, evidenciando a tensão entre o anseio pela unidade e as diferenças doutrinárias, culturais e históricas entre as igrejas. O observador aponta que a sinceridade nas trocas de ideias foi acompanhada por respeito mútuo, característica central para o caráter do encontro. O relato é complementado por fragmentos de imagens de participantes cristãos de diversas denominações, publicadas em um jornal da época, que oferecem um testemunho visual da diversidade do encontro. Essas fotografias, acompanhando o texto, estão disponíveis abaixo.

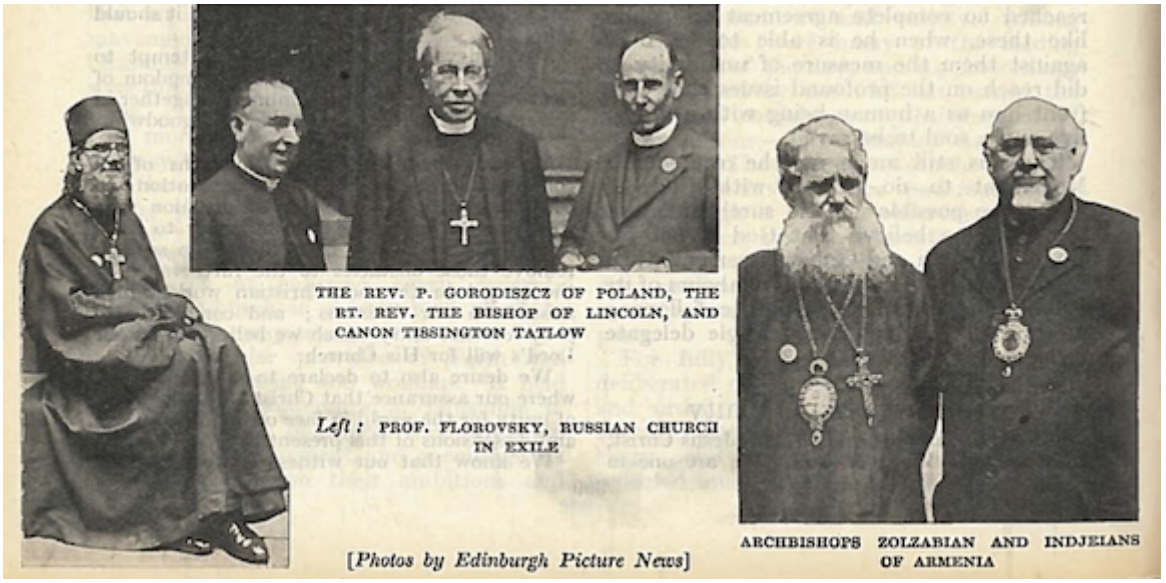
Figura 2 - Alguns dos participantes da Segunda Conferência sobre Vida e Ação

[20] No original: "This was to prove the weakest element in the Westfield College plan, for it made the World Council of Churches dependent on councils of churches rather than on the churches themselves. With regard to relations with other ecumenical bodies, it was clear that the World Council would have strong links with the International Missionary Council, since the two bodies had a com- mon interest in bringing the churches of Asia, Africa and Latin America fully in the ecumenical movement. The fact that at Westfield only six out of sixty places on the Central Council were assigned to these three continents shows that the new body had still a great deal to learn before it would really merit the name of World Council".



Fonte: Life and Work, 2017[21].

Figura 3 - Participantes da Segunda Conferência sobre Vida e Ação



Fonte: Life and Work, 2017[22].

Como Visser't Hooft (1967) apresenta, questões referentes à natureza e ao propósito do Conselho Mundial de Igrejas também foram debatidas em 1938. O objetivo era estabelecer uma fundamentação teórica que descartasse a concepção do Conselho como uma

[21] Disponível em: https://www.lifeandwork.org/features/looking-back-edinburgh-conference-1937. Acesso em: 22 jun. 2024.
[22] Disponível em: https://www.lifeandwork.org/features/looking-back-edinburgh-conference-1937. Acesso em: 22 jun. 2024.

"Super-Igreja" – tema que voltou a ser discutido em 1950, durante um encontro do Comitê Central do CMI em Toronto[23], dois anos após sua primeira Assembleia — ou como uma entidade dotada de autoridade constitucional para legislar sobre as igrejas[24]. Dentro deste escopo, é adequado mencionar que é consideravelmente difícil negar que o CMI possua um papel eclesial, contudo, a definição desse papel "só pode ser feita no contexto das eclesiologias das respectivas Igrejas: as doutrinas foram transmitidas pelas tradições das Igrejas, e são estas que têm a responsabilidade real de professá-las e de ensiná-las" (Tavard, 1997, p. 317). De maneira geral, todo esse processo enfrentou desafios consideráveis ao longo de sua trajetória.

> Nem todos os corpos ecumênicos concordaram em fazer parte dos planos para o Conselho Mundial. Os líderes da Aliança Mundial para a Amizade Internacional Através das Igrejas decidiram formalmente, em 1938, manter sua independência e não se associar ao conselho proposto. Eles desejavam "a manutenção da Aliança Mundial como um movimento baseado na lealdade individual, sem nenhuma relação oficial com qualquer organização religiosa". Da mesma forma, o Conselho Missionário Internacional decidiu, em 1938, continuar naquele momento como uma organização separada, que cooperaria com o conselho proposto. Em ambos os casos, havia o receio de que a missão particular de cada organização fosse de alguma forma minimizada dentro do Conselho Mundial. Ao mesmo tempo, parecia haver uma relutância em ambas as organizações em se associar diretamente a um conselho que seria a criação das igrejas. (Fitzgerald, 2004, p. 108, tradução nossa[25])

Mesmo com as dificuldades e divergências que surgiram, o processo de nomeação do Comitê Central continuou, inicialmente pautado por uma representação confessional, mas concluindo com a escolha de um modelo de representação regional das igrejas. Em 1939, o Comitê Provisório[26] do CMI planejava realizar a primeira assembleia geral em agosto de 1941, mas o início da Segunda Guerra Mundial interrompeu esses planos, acarretando

---

[23] Em 1950, em Toronto, o Comitê Central do CMI elaborou a "Declaração de Toronto", que esclareceu que a adesão ao CMI não implicava em relativizar a concepção de Igreja de cada membro ou aceitar uma doutrina única sobre a natureza e unidade da Igreja. De acordo com Dias (1998), esse documento possibilitou, ao menos, a colaboração da Igreja Católica Romana com o CMI e foi bem recebido pelos Ortodoxos.

[24] Essa discussão sobre a natureza do CMI não se encontra isenta de críticas. Oportunamente, no terceiro capítulo, serão abordados os pontos de maior atenção e outras questões que suscitaram objeções tanto de acadêmicos quanto de críticos externos ao CMI.

[25] No original: "Not all of the ecumenical bodies agreed to be part of the plans for the World Council. The leaders of the World Alliance for International Friendship through the Churches formally decided in 1938 to maintain their independence and not become associated with the proposed council. They desired 'the maintenance of the World Alliance as a movement based upon individual loyalty, with no official relationship to any religious organization.' Likewise, the International Missionary Council decided in 1938 to continue at that time as a separate organization, which would cooperate with the proposed World Council. In both cases, there was a fear that the particular mission of each organization would somehow be minimized within the World Council. At the same time, there appeared to be reluctance in both organizations to become associated directly with a council that would be the creation of the churches.

[26] Adotamos o termo "Comitê Provisório do CMI" conforme utilizado por Fitzgerald (2004), em alinhamento com o que foi estabelecido na I Assembleia nos "Apontamentos de Comissões do CMI". Em Visser't Hooft (1949), tem-se que qualquer Conselho formado antes da primeira reunião da Assembleia Central deve ser denominado como Provisório.

dificuldades. Visser't Hooft (1967), menciona que durante o período de guerra, o Conselho, ainda em seu período de formação, não emitiu declarações contra as tragédias e injustiças que ocorriam na época, uma crítica levantada tanto por entusiastas da fundação do órgão quanto por seus opositores. Em virtude da ausência de uma constituição oficial do CMI, a opinião que prevaleceu foi de que a organização não estava habilitada a falar em nome das igrejas.

O ex-secretário geral do CMI, Raiser (1994) expõe que o Conselho foi instituído sob o impacto da Segunda Guerra Mundial e às vésperas da Guerra Fria, período que dominou a realidade internacional por mais de quatro décadas. Frente a este conflito ideológico entre os blocos oriental e ocidental, que gradualmente foi suplantado pela tensão entre o hemisfério norte e o hemisfério sul, o Conselho enfrentou constantes desafios para se posicionar. Dessa forma, "após anos de luta, resistência e desafio profético à Igreja e ao mundo, o movimento ecumênico se defronta com uma realidade global na qual apenas um modelo de sociedade, economia e cultura parece ter importância" (Raiser, 1994, p. 277). Mesmo frente a esta questão, "vários de seus líderes [do Comitê Provisório], no entanto, tiveram a oportunidade de se reunir nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Suíça. Sob a liderança do novo secretário-geral do conselho, W. A. Visser 't Hooft, em Genebra [...]" (Fitzgerald, 2004, p. 109, tradução nossa[27]).

As atividades desenvolvidas pelos integrantes abrangiam desde a assistência intereclesial até o cuidado pastoral de prisioneiros de guerra, passando pelo auxílio aos judeus e outros refugiados, além da troca de informações entre as igrejas. No ano anterior à I Assembleia do CMI, em 1947, o Comitê Provisório "decidiu, portanto, em sua reunião em Buckhill Falls (EUA) em 1947, propor à primeira Assembleia uma emenda relativa à representação das igrejas na Assembleia e no Comitê Central" (Visser't Hooft, 1967, p. 62). A emenda aprovada pela Assembleia previu que as cadeiras na Assembleia seriam decididas pelo Comitê Central, considerando critérios como importância numérica, representação confessional e distribuição geográfica. Em outra emenda, permitiram que associações confessionais internacionais e conselhos nacionais de igrejas, indicados pelo Comitê Central, enviassem representantes à Assembleia com a função de consultores[28].

---

[27] No original: "A number of its leaders, however, had the opportunity to meet in the United States, England, and Switzerland. Under the leadership of the council's new general secretary W. A. Visser't Hooft in Geneva [...]".

[28] "Consultor" refere-se a uma posição na qual os indivíduos ou representantes designados não possuem direito de voto, mas são convidados a participar das discussões e fornecer aconselhamento ou recomendações.

Por fim, o Comitê Provisório redigiu e distribuiu um Apelo às Igrejas, no qual exortava à renovação da consciência de fraternidade, reconhecendo as falhas das igrejas no enfrentamento da "desordem do homem" – tema da assembleia – e destacando a necessidade de um "renascimento" nas igrejas. Este renascimento seria facilitado por meio de um Conselho Mundial com o objetivo de expressar a união entre os cristãos, permitindo que se apoiassem mutuamente em tempos críticos. Apesar de seu intuito, esse propósito não foi isento de objeções, como evidenciado por uma carta datada de 1 de agosto de 1948, endereçada ao Secretário-Geral do CMI, que foi divulgada no periódico "The Ecumenical Review"[29], recebida pelo CMI pouco antes da I Assembleia.

O Patriarcado de Moscou (1949) anexou uma cópia de uma resolução unânime, subscrita pelos Líderes e Representantes das Igrejas Ortodoxas Autocéfalas[30], participantes da Conferência Eclesiástica dos Líderes e Representantes das Igrejas Ortodoxas Autocéfalas. Conforme decisão da Conferência da Igreja, a Igreja Ortodoxa Russa optou por não participar do Movimento Ecumênico. A correspondência indicou que o Protestantismo buscava a aliança da Igreja Ortodoxa, visando obter para si uma posição de influência[31] internacional, adentrando uma arena política estranha ao seu propósito original. A composição predominantemente protestante da Conferência de Edimburgo de 1937 também foi considerada um afastamento dos esforços pela unificação da igreja. Apesar disso, o documento registra o interesse da Igreja Ortodoxa Russa em manter contato com as confissões que apoiavam o movimento ecumênico. E, não obstante tais divergências, foi articulada a união necessária para a realização da assembleia inaugural do CMI, o que contrasta com a

---

[29] "The Ecumenical Review" é um periódico teológico trimestral, fundado simultaneamente com o CMI, com o objetivo de explorar, por meio de suas publicações, questões emergentes no movimento ecumênico e na cooperação cristã em nível global. A carta utilizada nesta pesquisa, encontra-se em um artigo publicado na revista, intitulado "The Moscow Patriarchate and the First Assembly of the World Council of Churches" (O Patriarcado de Moscou e a Primeira Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas), não apresenta diretamente o nome do autor.

[30] Na Igreja Ortodoxa, as igrejas autocéfalas são independentes em termos espirituais e administrativos, podendo escolher seus líderes, enquanto as igrejas autônomas dependem de uma autoridade superior para nomeação de seus dirigentes. A diferença entre elas está na autonomia decisional, sendo as autocéfalas completamente livres e as autônomas subordinadas a um Patriarcado ou Arquidiocese. (Fonte: Ecclesia. **Igreja Ortodoxa**. Disponível em: https://ecclesia.org.br/byblos/?page_id=44073. Acesso em: 01 jan. 2025.)

[31] Embora, historicamente, tenha havido momentos de hesitação por parte de algumas igrejas ortodoxas em aderir ao Movimento Ecumênico, atualmente a maioria das igrejas ortodoxas participa ativamente do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Segundo o site oficial do CMI, a organização reúne igrejas de mais de 120 países, incluindo "grande parte das igrejas ortodoxas", além de denominações anglicanas, batistas, luteranas, metodistas, reformadas e outras (Disponível em: https://www.oikoumene.org/about-the-wcc/faq. Acesso em 03 jan. 2025). Ademais, a Igreja Ortodoxa continua desempenhando um papel relevante dentro do CMI, como exemplificado pela nomeação, em 2023, do Dr. Andrej Jeftić, da Igreja Ortodoxa Sérvia, como diretor da Comissão de Fé e Ordem (Relatório Anual do CMI, 2023, disponível em: https://www.oikoumene.org/sites/default/files/2024-05/WCC_AnnualReview2023_ENG_FINAL_WEB.pdf. Acesso em 03 jan. 2025).

encíclica do Patriarcado Ecumênico de 1921, que já sinalizava um interesse mais aberto pelo ecumenismo e pela aproximação com outras igrejas cristãs.

1.3 - A I Assembleia do CMI: Organização, Desafios e Impactos

De acordo com Silva (2011), o "pequeno escritório" do Conselho, em Genebra, que começou a funcionar sob a coordenação de Visser't Hooft, com os recentes acontecimentos de guerra, "teria uma hercúlea tarefa religiosa e, ao mesmo tempo política, de vencer os conflitos e as barreiras ideológicas" (Silva, 2011, p. 3). A formalização do Conselho Mundial de Igrejas, conforme Fitzgerald (2004), concretizou-se na I Assembleia Geral, realizada em Amsterdã entre 22 de agosto e 4 de setembro de 1948. Sob o tema "A Desordem Humana e os Desígnios de Deus[32]". A assembleia, que representou um marco importante na história do ecumenismo, reuniu representantes de 147 igrejas de 44 países, incluindo delegados de tradições ortodoxas, anglicanas e protestantes. Inclusive, "alguns católicos romanos haviam sido convidados a participar como observadores, mas não puderam aceitar o convite porque, em junho, o Santo Ofício emitiu um *Monitum*[33], indicando que nenhum católico romano receberia permissão para participar" (Visser't Hooft, 1967, p.64, grifo do autor, tradução nossa[34]). Ao visar a integração dos esforços ecumênicos pela unidade cristã, reunindo as tradições de Fé e Ordem e Vida e Ação, o evento não resolveu todas as questões relativas à sua significância e às suas relações com as igrejas. Contudo, sob a orientação do secretariado geral os participantes se dedicaram a formalizar a constituição e a estrutura do Conselho Mundial de Igrejas e suas áreas de trabalho[35].

Conforme registrado no relatório oficial da assembleia, editado por Visser't Hooft (1949), foram debatidos os principais fatores que agravaram a crise da época e a desordem humana. Considerou-se que os seguintes problemas deveriam ser estudados profundamente: o conflito entre o liberalismo[36] e o comunismo, o problema colonial, os direitos das minorias, a

---

[32] No original: "Man's Disorder and God's Design".
[33] Emitido pelo Dicastério para a Doutrina da Fé, o *monitum* é uma advertência geralmente aplicada a clérigos, com o objetivo de corrigir um comportamento inadequado e evitar penalidades mais severas em caso de reincidência ou recusa de emenda.
[34] No original: "A number of Roman Catholics had been invited to attend as observers, but they could not accept the invita- tion because in June the Holy Office had issued a Monitum to the effect that no Roman Catholic would receive permission to attend."
[35] As principais áreas de trabalho estabelecidas no Conselho Mundial de Igrejas foram: Fé e Ordem, Estudos, Evangelização, Laicato, Juventude, Mulheres, Ajuda Intereclesial e Refugiados, Assuntos Internacionais, Instituto Ecumênico, Publicações, Biblioteca e Finanças.
[36] Emprega-se este termo, pois, ainda que não tenha havido consenso absoluto na Assembleia quanto ao que seria exatamente o "liberalismo", entendeu-se que o termo captava a essência de variados elementos contrários ao comunismo, em seu âmbito social.

teoria racial e o racismo, o poder de guerra atômica, os direitos humanos e ainda, se a igreja poderia vir a intervir em assuntos políticos, confrontando as causas da guerra, promovendo a paz e a justiça. Nos diálogos do encontro de 1948, tornou-se dever das igrejas defenderem a "boa fé", orientar os cristãos para "resistir às pretensões do poder imperialista, promover a redução multilateral de armamentos e combater a indiferença" (Visser't Hooft, 1949, p. 90). Diante dos deveres mencionados, a questão da concentração de poder, marcada pela supremacia econômica no capitalismo e pela fusão de domínio econômico e político no comunismo, atravessou diversas discussões.

Quando confrontada com o orgulho de determinados grupos, conforme Visser't Hooft (1949), a missão da igreja deveria consistir em conter princípios opressivos e resistir à disseminação de qualquer sistema que negue os direitos humanos fundamentais. Cabe ainda mencionar que, em uma sessão nomeada "Comunismo e Capitalismo", foi afirmado que os cristãos deveriam reconhecer que muitas igrejas se envolveram em situações de injustiça econômica e discriminação racial, criando condições favoráveis ao crescimento do comunismo. Como resultado, trabalhadores passaram a ver as igrejas como opositoras, levando ao surgimento do ateísmo e do comunismo como reações ao histórico conturbado de uma sociedade cristã. Para muitos, o comunismo veio preencher um vazio moral e psicológico. Por essas razões, "os cristãos devem questionar por que o comunismo, em sua forma totalitária moderna, exerce um apelo tão forte sobre grandes massas de pessoas em muitas partes do mundo" (Visser't Hooft, 1949, p.78, tradução nossa[37]).

> Portanto, as igrejas cristãs devem rejeitar as ideologias tanto do comunismo quanto do capitalismo laissez-faire, e devem buscar afastar os homens da falsa suposição de que esses extremos são as únicas alternativas. Cada um fez promessas que não pôde cumprir. A ideologia comunista enfatiza a justiça econômica e promete que a liberdade virá — automaticamente após a conclusão da revolução. O capitalismo enfatiza a liberdade e promete que a justiça seguirá como um subproduto da livre iniciativa; isto também é uma ideologia — que se mostrou falsa. É responsabilidade dos cristãos buscar soluções novas e criativas que nunca permitam que a justiça ou a liberdade destruam uma à outra. (Visser't Hooft, 1949, p.80, tradução nossa[38])

É importante notar que, embora todos esses aspectos tenham sido analisados na seção, algumas vozes, como a do Rev. Charles Edward Douglas, defenderam a remoção ou

[37] No original: "Christians should ask why Communism in its modern totalitarian form makes so strong an appeal to great masses of people in many parts of the world".

[38] No original: "Therefore, the Christian churches should reject the ideologies of both Communism and laissez-faire capitalism, and should seek to draw men away from the false assumption that these extremes are the only alternatives. Each has made promises which it could not redeem. Communist ideology puts the emphasis upon economic justice, and promises that freedom will come — automatically after the completion of the revolution. Capitalism — puts the emphasis upon freedom, and promises that justice will follow as a by-product of free enterprise; that, too, is an ideology — which has been proved false. It is the responsibility of Christians to seek new, creative solutions which never allow either — justice or freedom to destroy the other".

alteração desta cláusula, pois acreditavam que isso poderia afetar negativamente as relações entre o Conselho Mundial, os cristãos e o povo russo, já que, "era errado pensar que o comunismo russo era contra Deus" (Visser't Hooft, 1949, p. 78, tradução nossa[39]). Porém, o texto foi não só preservado, mas também foi acrescido ao relatório uma declaração de que a igreja, enquanto instituição, não deveria se filiar a nenhum partido político nem agir em seu nome, visto que é fundamental evitar qualquer confusão que associe o Cristianismo a interesses políticos. Cabe às igrejas-membro, assim, a tarefa de estabelecer uma base comum de convicção moral, sem a qual qualquer sistema político ou legal perde a sua coesão. Essa questão permanece atual, gerando discussões sobre a possível inclinação do CMI para algumas ideologias, aspecto que será examinado mais à frente.

Em conformidade com este entendimento, é cabível apresentar que foi definido que as igrejas cristãs deveriam advogar por todos os empreendimentos destinados a assegurar, através de formas de união internacional, medidas adequadas para salvaguardar os povos oprimidos, garantindo sua dignidade humana, liberdade religiosa e liberdade de consciência, incluindo o direito de cada indivíduo de manter suas crenças, praticá-las em cerimônias e rituais, além de compartilhar suas convicções. Observa-se com interesse, no relatório da assembleia, como os debates evidenciaram o papel distintivo das igrejas na denúncia e resolução das violações dos direitos fundamentais, destacando a importância da colaboração entre as partes nesse domínio. Nesse sentido,

> O relatório da Seção IV da Assembleia exortou as nações a "reconhecer o estado de direito". Os Estados devem incorporar os direitos humanos na legislação. Instituições internacionais são necessárias para que o direito internacional seja eficaz. No entanto, em última análise, as questões foram enquadradas em um contexto teológico. A fonte dos direitos humanos foi Deus, e esses direitos vêm com responsabilidades recíprocas. O relatório reafirmou "que todos os homens são iguais aos olhos de Deus". Os direitos humanos foram associados à ideia de que o homem deve ser livre para buscar a Deus e "fazer a vontade de Deus" (Slotte, 2015, p. 304-305, tradução nossa[40]).

Enquanto membros do CMI sustentavam a necessidade de uma organização mundial mais ampla, voltada para incentivar a cooperação mútua e a amizade entre as nações, esse esforço visava estimular o respeito às normativas do direito internacional. Observa-se que, ao mesmo tempo, o discurso teológico do CMI incluiu a adoção do termo "direitos humanos". O

---

[39] No original: "It was wrong to think that Russian Communism was antiGod.".

[40] No original: "The report of the Assembly's Section IV called upon nations to 'acknowledge the rule of law'. States should incorporate human rights in law. International institutions were needed for international law to be effective. Ultimately, however, the issues were given a theological framework. The source of human rights was God, and the rights came with reciprocal responsibilities. The report reaffirmed 'that all men are equal in the sight of God'. Human rights was linked to the idea that man had to be free in order to seek God and 'do the will of God'".

teólogo John Shelley Nurser mencionado por Slotte (2015) identifica, no CMI, uma espécie de cristandade secular, cujos porta-vozes incluíam Jacques Maritain, que introduziu ideias inovadoras sobre direitos humanos. Esse movimento, que transita para uma esfera ética, levanta a questão de um eventual enfraquecimento do que há de teológico em favor de uma ética mais universal. A adoção desse conceito representou, uma posição a favor do humano "em uma relação dinâmica com sua comunidade e com Deus, em rejeição tanto ao atomismo do individualismo liberal secular, por um lado, quanto ao coletivismo do fascismo, nazismo e comunismo, por outro" (Bouwman, 2022, p. 19).

O historiador de Relações Internacionais Bastiaan Bouwman, em seu artigo "Entre o Diálogo e a Denúncia: O Conselho Mundial de Igrejas, Liberdade Religiosa e Direitos Humanos durante a Guerra Fria[41]" (2022), expõe que o CMI focou seus esforços em defesa dos direitos humanos, com uma atenção particular à liberdade religiosa. Este tema foi destacado com uma declaração própria durante a I Assembleia. A insistência do CMI na liberdade religiosa como um ponto central foi, parcialmente, uma resposta às críticas teológicas feitas por líderes conservadores europeus. Embora esse enfoque tenha sido parte de uma abordagem mais ampla e ideológica do movimento ecumênico, ele também representou uma estratégia eficaz para propagar os direitos humanos.

E, de fato, essas preocupações relacionadas aos direitos humanos, incorporadas à agenda internacional do CMI, não constituem uma novidade, dado que sua Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais (CCIA) desempenhou um papel fundamental na definição da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Conforme o CMI (2008b), os integrantes da organização dedicaram atenção prioritária à redação do Artigo 18, que aborda a liberdade de pensamento, consciência e religião. A CCIA, por sua vez, figurou entre as primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais a receber status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), um

[41] No original: "Between Dialogue and Denunciation: the world council of churches, religious freedom, and human rights during the cold war".

reconhecimento que lhe permitiu participar ativamente de suas atividades e acompanhar conferências[42].

Em seu discurso na Conferência Mundial sobre Religião e Paz em 1991, Sir Ronald Wilson, um ativista social presbiteriano australiano, discutiu o envolvimento dos líderes religiosos na promoção dos direitos humanos. Ele destacou que, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos representasse um importante marco, ela, por si só, não seria capaz de concretizar os objetivos práticos e profundos necessários. Em suas palavras, a declaração, embora valiosa na definição de um padrão comum para todos os povos e nações, "era, no entanto, inadequada" (WILSON, 1991, p. 7) para lidar com as complexidades e necessidades reais da situação. Do ponto de vista internacional, surgia a demanda por "algum mecanismo de execução" (WILSON, 1991, p. 9) que fosse capaz de assegurar a implementação prática e eficaz dos direitos humanos e da liberdade religiosa, uma vez que a mera declaração de direitos não garantiria por si só seu cumprimento real.

Em consequência, reconheceu-se cada vez mais que as comunidades religiosas, vistas como representações plenas da humanidade, tinham a incumbência de defender os direitos humanos em uma dimensão mais global. Essa ênfase no diálogo entre as comunidades religiosas e a ONU foi particularmente destacada durante os últimos estágios da elaboração da DUDH, levando à sua apresentação formal à Assembleia Geral da ONU em 1948. Simultaneamente a esse evento, o CMI realizou sua Primeira Assembleia em Amsterdã. Visser't Hooft (1949), ao divulgar o relatório oficial do encontro, reúne outras discussões que destacam o papel das igrejas na condenação e no enfrentamento das violações dos direitos humanos, sublinhando a importância de esforços colaborativos para tais fins. Neste contexto, o CMI saudou a inclusão, por parte das Nações Unidas, de um de seus objetivos, que visava a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

[42] No documento "CCIA granted General Consultative Status with ECOSOC", publicado em 2000 pelo CCIA e disponibilizado no portal digital *Oikoumene* do CMI, explica-se que o ECOSOC concedeu à CCIA a reclassificação de seu status consultivo especial para geral, pedido formalizado em maio de 2000. O status consultivo é um mecanismo que permite às ONGs colaborar oficialmente com o ECOSOC, participando de suas reuniões públicas e contribuindo para as discussões globais. As entidades com status geral, como o obtido pela CCIA, possuem um grau maior de engajamento: além de observar reuniões, podem propor temas para a agenda oficial, submeter declarações mais extensas e, em algumas circunstâncias, apresentar exposições orais. Disponível em: https://www.oikoumene.org/resources/documents/ccia-granted-general-consultative-status-with-ecosoc. Acesso em 10 jan. 2025.

Consequentemente, a Assembleia decidiu solicitar aos seus membros que adotassem uma "Carta Internacional de Direitos Humanos", com o intuito de garantir a dignidade humana e proteger as liberdades essenciais do ser humano, sejam elas de natureza pessoal, política ou social. Conforme o Relatório da Seção IV da Assembleia, em Visser't Hooft (1949), como o Conselho se reuniu em um momento de tensão internacional, foi preciso refletir acerca dos problemas da época, no qual declararam: "os direitos humanos estão sendo pisoteados e a liberdade negada por sistemas políticos ou econômicos. [...] As igrejas testemunham a toda a humanidade que o mundo está nas mãos de Deus" (Visser't Hooft, 1949, p. 88, tradução nossa[43]). Sob uma orientação teológica, foi observado que, caso a humanidade siga as leis divinas, a guerra, que resulta do desrespeito a essas leis, não é inevitável. Assim, não há, então, uma força irresistível que leve o homem à destruição. Em uma fase subsequente a esse ponto, em uma reunião plenária, algumas opiniões acerca desses temas foram apresentadas por membros de igrejas participantes do evento.

Em Visser't Hooft (1982), é relatado que Frantisek Bednar, da Igreja Evangélica dos Irmãos Checos, realizou uma acusação ao afirmar que ouviu concepções errôneas sobre a situação internacional, resultantes da falta de informações confiáveis, ressaltando que o CMI deveria formar uma opinião pública cristã, independente da imprensa secular. E, embora o Relatório pudesse parecer um compromisso político, tratava-se de um compromisso fundamentado nos princípios cristãos. O Bispo C. K. Jacob, membro do comitê de credenciais da assembleia, manifestou uma certa decepção, pois o Relatório evitou algumas controvérsias da conjuntura internacional. O membro atribuiu essa cautela ao receio de que as igrejas fossem incapazes de abolir a guerra e ao desejo de permitir que igrejas pudessem apoiar seus respectivos governos em caso de conflito. Insatisfeito com parágrafos referentes às discussões de guerra e à paz, propôs a exclusão do texto, argumentando que o problema colocava o cristão em uma posição de perplexidade. Sua proposta não recebeu apoio e foi rejeitada.

Seguindo o fio condutor de Visser't Hooft (1982), Hermann Ehlers, da Igreja Evangélica na Alemanha, questionou a relevância do Relatório da I Assembleia e sua capacidade de proporcionar encorajamento às pessoas vitimadas pelas condições econômicas e sociais da época. Em sua concepção, o documento deveria abordar, de maneira mais contundente, a resistência cristã a qualquer estímulo de hostilidade entre nações promovido pela imprensa, além de reforçar o mandamento de Cristo de condenar todas as formas de

[43] No original: "In numerous countries, human rights are being trampled under foot and liberty denied by political or economic systems. [...] The churches bear witness to all mankind that the world is in God's hands".

guerra. Contudo, essa proposta já havia sido analisada e rejeitada, resultando em sua exclusão do relatório final. No mesmo relatório, o pastor luterano Martin Niemöller destacou que as igrejas cristãs não detinham o poder de restaurar uma ordem social justa ou estabelecer uma paz perpétua em um mundo marcado pelo caos, nem de eliminar conflitos e atos de violência. Ainda assim, cabia às igrejas clamar por condições sociais mais justas e pela erradicação da guerra, proclamando em nome de Cristo a mensagem do Evangelho.

O ecumenismo contemporâneo, corporificado no CMI, evidencia uma transformação substancial em relação às preocupações predominantes em séculos anteriores, nas quais as iniciativas de "unidade cristã" se restringiam majoritariamente ao domínio das controvérsias teológicas e exegéticas. Em contraste, o discurso do organismo atravessa os limites da esfera religiosa, engajando-se com questões de natureza global, prática e, em certo sentido, secular, como a promoção da paz internacional, a justiça social e a defesa dos direitos humanos. Essa transição, embora notável em seu escopo, suscita debates quanto à sua plausibilidade e consonância com as tradições teológicas. A aspiração das igrejas, unidas sob o ideal ecumênico, de atuar como agentes de restauração da paz mundial, revela-se, sob determinados prismas, uma proposta utópica, especialmente quando confrontada com divergências internas no próprio CMI. Figuras como Niemöller exemplificam tal oposição, questionando se o alargamento da influência do organismo não comprometeria sua fidelidade à mensagem cristã original.

Essa visão ampliada do papel das igrejas, ainda que marcada por controvérsias, encontrou expressão na prática do CMI por meio de iniciativas concretas. Nolde (1967) descreve que "a primeira linha de frente" do Conselho contra a guerra e a injustiça consistiu na combinação entre fé e ação dos membros, evidenciando a tentativa de traduzir os ideais ecumênicos em respostas tangíveis aos desafios globais. Nesse campo, a CCIA focou na inserção de indivíduos com "motivação espiritual" e alta competência profissional em posições-chave de influência, buscando tanto moldar eventos globais quanto promover uma visão que integrasse o sagrado ao secular. Kraemer (1949) amplia essa perspectiva no campo da missão global, especialmente no momento em que o CMI emitiu a Mensagem da I Assembleia, reafirmando a intenção das igrejas de se manterem unidas. O objetivo dessa união não se limitava a facilitar a ação comum, mas visava promover a cooperação ecumênica, estabelecer laços com federações denominacionais globais, realizar conferências mundiais e apoiar a missão das igrejas.

> Na superfície, eles sugerem uma atividade principalmente organizacional, mas isso, por mais necessário que seja, permanece irreal e insubstancial, simplesmente a encenação de uma vasta rede de relações e atividades, se as igrejas não vivenciarem esse processo com uma consciência crescente de que permanecer juntas significa carregar os fardos umas das outras, não tirando proveito das relações que se desenvolvem pelo mundo para a promoção de suas próprias formas particulares. Uma das mensagens mais encorajadoras que saiu de Genebra logo após a libertação para os países que haviam sido separados do contato regular com a sede do movimento ecumênico foi que o recém-fundado Departamento de Reconstrução pretendia realizar seu trabalho em um espírito plenamente ecumênico, como um serviço de todas as igrejas para todas as igrejas. (Kraemer, 1949, p. 265, tradução nossa[44])

À medida que o Conselho voltava sua atenção para o cenário internacional e suas metas universais, tornou-se evidente que os representantes das igrejas assumiram uma responsabilidade formal na "batalha pela paz". Contudo, para que essa responsabilidade fosse exercida com eficácia, como destaca Nolde (1967), o CMI deveria não apenas contar com o apoio dos seus membros, mas também desenvolver um sistema estruturado e eficiente, capaz de enfrentar os desafios impostos pelo contexto global. Esse sistema, conforme delineado, deveria ser apto a 1) responder rapidamente às demandas urgentes dos acontecimentos internacionais e 2) consolidar um testemunho cristão, fundamentado na motivação e na ação de suas práticas.

Na redação da Constituição do CMI, realizada durante a I Assembleia, Visser't Hooft (1949) observa que foi conferida ao Comitê Central a incumbência de estruturar as instâncias necessárias para a implementação das políticas acordadas na Assembleia. Além disso, esse comitê deveria se encarregar da nomeação dos Comitês Departamentais e de seus membros, determinando com precisão os objetivos e diretrizes que orientariam suas respectivas ações. O processo de adesão ao Conselho, conforme estipulado, seria exclusivo às igrejas que manifestassem sua concordância com os princípios fundadores da instituição e que atendessem aos critérios estabelecidos pela Assembleia ou pelo Comitê Central. Nesse contexto, a dinâmica de eleição para a adesão foi definida, de início, da seguinte forma: "a eleição para a adesão será realizada por meio de um voto de dois terços das igrejas membro

[44] No original: "On the surface, they suggest a mainly organisational activity, but this, however necessary, remains unreal and insubstantial, the mere staging of a vast network of relations and activities, if the churches do not live through this process with a growing awareness that staying together means carrying one another's burdens, not making use of the relationships that are developing across the world for the extension of their own particular forms. One of the most heartening messages that went out from Geneva just after the liberation to the countries which had been severed from regular contact with the headquarters of the ecumenical movement was that the newly-founded Department of Reconstruction intended to do its work in a fully ecumenical spirit, as a service of all the churches to all the churches."

representadas na Assembleia, cada igreja membro tendo um voto" (Visser't Hooft, 1949, p. 197, tradução nossa[45]).

O processo de adesão também foi detalhadamente estipulado, com a possibilidade de considerar pedidos entre as Assembleias, sendo que tal solicitação deveria ser aprovada por uma maioria de dois terços dos membros votantes do Comitê Central. Caso essa aprovação fosse alcançada, a decisão seria comunicada às igrejas membros, sendo estabelecido um prazo de seis meses para que qualquer objeção de mais de um terço das igrejas pudesse ser apresentada. Na ausência de objeções substanciais, a adesão seria oficializada. Com essa política, o CMI garantiria a ampliação de sua rede e se comprometeria, por meio de suas ações concretas, a promover uma "consciência ecumênica" que permeie todas as igrejas associadas, tornando-as agentes ativas na construção de um mundo mais justo e pacífico.

Assim, o CMI teve sua fundação impulsionada pela união de três correntes que, conforme Visser't Hooft (1949), tiveram papeis distintos. A primeira delas, o movimento missionário que teve como objetivo transformar a igreja em uma comunidade global. O segundo movimento, "Vida e Ação", focou em unir as igrejas para tornar o cristianismo mais eficaz no relacionamento com a sociedade. Por fim, o movimento "Fé e Ordem", "[...] que explorou as diferenças nas convicções cristãs fundamentais que devem ser reconciliadas se a unidade da Igreja como um único Corpo visível de Cristo for alcançada" (Visser't Hooft, 1949, p. 12, tradução nossa[46]), contribuindo para a busca pela comunhão (*fellowship*) da igreja.

A partir da exposição da formação e estruturação do CMI, observa-se que seu desenvolvimento foi marcado por uma articulação entre a criação de seus princípios organizacionais e o compromisso ético da organização com a paz e a justiça, posicionando-o como um atuante no cenário ecumênico global. Tal alicerce capacitou o Conselho a enfrentar as adversidades de sua época, ao mesmo tempo em que lhe conferiu a flexibilidade necessária para revisitar e atualizar suas práticas e metas. As Assembleias, concebidas como instâncias relevantes para os debates da organização, desempenham um papel fundamental nesse processo, ao reavaliar orientações e prioridades do movimento ecumênico. Nesse contexto, a

[45] No original: "Election to membership shall be by a two-thirds vote of the member churches represented at the Assembly, each member church having one vote".
[46] No original: "which has explored the differences in basic Christian conviction that must be reconciled if the unity of the Church as one visible Body of Christ is to be attained".

X Assembleia emerge como um marco na formulação de discursos e iniciativas voltadas à construção da paz, tema que será examinado no próximo capítulo.

2. DISCURSOS PELA JUSTIÇA E PAZ NO CMI

A análise das transformações nas pautas ecumênicas e das contribuições do CMI na promoção de paz e justiça requer uma investigação que transcenda a abordagem exclusivamente histórica. Este capítulo busca compreender como as dinâmicas do diálogo inter-religioso, os desafios da diaconia e as tensões ideológicas presentes nos discursos do CMI são expressos e reconfigurados ao longo das suas assembleias gerais, com foco especial na X Assembleia Geral, “Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz”. Para tanto, a metodologia empregada combina Análise Crítica do Discurso (ACD), fundamentada nos estudos de Fairclough, com a revisão documental de relatórios oficiais e discursos proferidos no âmbito da X Assembleia.

Compreendendo que o CMI se consolidou como um espaço de articulação global para a promoção da justiça e da paz, o capítulo se estrutura em quatro seções principais. Na primeira, explora-se o diálogo e a cooperação nas assembleias gerais do CMI, destacando como os temas de paz e justiça ganharam centralidade no discurso ecumênico. Em seguida, na segunda seção, é apresentada uma análise detalhada da X Assembleia, realizada em 2013, com ênfase nas temáticas abordadas e nas resoluções propostas. A terceira seção examina os discursos proferidos durante o evento, abordando as tensões ideológicas e as perspectivas linguísticas que emergem das discussões sobre justiça e paz. Por fim, a quarta seção sintetiza os principais elementos analisados à luz da ACD, evidenciando como o CMI tem ressignificado suas práticas e narrativas em resposta às demandas do campo secular.

Metodologicamente, a escolha pela ACD se justifica pela necessidade de analisar não apenas os conteúdos textuais, mas também os contextos sociais e históricos que moldam os discursos. Com base em duas obras principais da ACD de Fairclough: Language and Power (Linguagem e Poder, publicada em 1989) e Discurso e Mudança Social (originalmente publicada em 1992 e traduzida para o português em 2001), considera-se que a linguagem é um espaço de luta ideológica, sendo fundamental compreender as estruturas textuais e as práticas discursivas como elementos centrais para a análise crítica. Nesse sentido, o uso de fontes documentais do CMI, como relatórios e declarações, é essencial para contextualizar as ações e discursos do movimento ecumênico em relação às demandas globais.

Nessa conjuntura, a ACD adotada integra componentes da linguagem, do discurso e da prática social, com respaldo propiciado por elementos da semiótica e da linguística discutidos por Fairclough, fundamentados em teóricos como Mikhail Bakhtin, Ferdinand de

Saussure, Michel Foucault e Michael Halliday. Sob esse viés, no estudo das obras de Fairclough, deparamo-nos com a apropriação das categorias linguísticas bakhtinianas, permeando conceitos como “prática social”, “estrutura”, “historicidade”, “intertextualidade” e “interdiscursividade”. Ademais, a adesão à visão às categorias da intertextualidade e interdiscursividade, são fatores considerados primordiais ao realizarmos a análise de discursos do CMI que acolhem uma historicidade semântica.

Essas fontes possibilitam compreender como o discurso ecumênico se constitui como um campo de batalha ideológico, onde diferentes igrejas disputam poder e influência utilizando estratégias discursivas. A partir dessa perspectiva, explora-se como as palavras "paz", "justiça" e "diaconia" são apropriadas e transformadas para servir a diferentes agendas ideológicas, conforme apontado por Fairclough (2001).

Assim, este capítulo visa contribuir para uma reflexão profunda sobre a construção de um discurso ecumênico no CMI comprometido com a justiça e a paz. Por meio da análise das transformações linguísticas e ideológicas presentes nas suas assembleias gerais, espera-se oferecer uma compreensão sobre como as funções identitárias, relacionais e ideacionais da linguagem moldam as práticas do CMI e refletem disputas contínuas no espaço público.

2.1 - Diálogo e Cooperação: Paz e Justiça nas Assembleias Gerais do CMI

Conforme exposto anteriormente, a fundação do CMI foi marcada por uma compreensão universalista da missão das igrejas, que vislumbrava uma suposta difusão dos valores cristãos em escala global, frequentemente mediada por questões que tangem o secular. Todavia, com o avanço do tempo, surgiram novos movimentos religiosos que, ao introduzirem uma pluralidade crescente, desafiaram as premissas iniciais do movimento ecumênico. O movimento ecumênico, que antes se concentrava na tentativa de criar uma missão cooperativa, homogênea[47], viu sua missão ampliada para a afirmação de sua relevância em um contexto de diversidade religiosa e cultural no espaço público. Em conformidade com Sinner (2013), entende-se que o alcance do cristianismo, no campo de teologia pública, possui como objetivo, traduzir “a fé cristã de modo compreensível a um público além das fronteiras da igreja e contribuir com base nessa perspectiva de fé, no espaço público, para o bem

[47] Descrevemos como “tentativa de criar uma missão homogênea” no movimento ecumênico do CMI, pois, segundo Brakemeier (1996) o CMI teve variadas dificuldades em aglutinar as expectativas heterogêneas dos grupos interessados em sua missão. Em 1961, na Assembleia Geral em Nova Délhi, o CMI, através da Sessão “Missão e Evangelização”, responde também pela missão cristã numa perspectiva ecumênica.

comum" (Sinner, 2013, p. 16). Este horizonte exige uma reavaliação das abordagens teóricas e práticas ecumênicas, bem como a renovação dos princípios de diálogo e cooperação para orientar a ação das igrejas no espaço público.

No que se refere ao diálogo do CMI, este não se restringe a uma simples troca de palavras, mas envolve um engajamento com os desafios contemporâneos. Em resposta aos sinais dos tempos, o Conselho, com suas raízes no contexto europeu, e suas igrejas-membro, têm sido instados a assumir um papel mais dinâmico no espaço público e internacional. Sua colaboração, cada vez mais abrangente, teve de se estender a questões sociais, econômicas e políticas, onde a unidade das igrejas passou a ser um fator determinante para a promoção da justiça, da paz e da dignidade humana. Consoante a análise de Raiser (1994), a habilidade das igrejas em adaptar-se e responder ao novo paradigma emergente é essencial para seu desenvolvimento contínuo, exigindo, para tanto, um compromisso renovado com os valores cristãos, assim como uma abertura sincera para o diálogo com outras tradições religiosas e culturais.

> O CMI foi fundado pelas principais igrejas históricas do norte. A compreensão de ordem eclesiástica e de produção teológica dessas igrejas moldou amplamente o etos do CMI até o presente. Mas agora as igrejas históricas se encontram na defensiva em toda parte. Sua influência e seu poder de proporcionar orientação espiritual e coesão social estão diminuindo. Sua pauta ecumênica primordial, ou seja, a superação das divisões doutrinais entre as igrejas, foi substituída por uma nova pauta que se concentra nas experiências cotidianas das pessoas, é, separação e exclusão, mesmo nas igrejas, por causa de raça, classe e sexo. O ecumenismo eclesial do movimento ecumênico inicial está sendo desafiado por um ecumenismo do povo de Deus que requer novas metodologias e formas de institucionalização. (Raiser, 1994, p. 276 - 277)

A mudança nas pautas do ecumenismo, que acompanha as transformações socioculturais e teológicas, revela-se como um ponto crítico que exige exame profundo. Esta reorientação desafia as formas tradicionais de atuação institucional, que precisam se adaptar às novas demandas de justiça e paz, as quais assumem relevância crescente no cenário internacional. Ao analisar o progresso das Assembleias Gerais do CMI e outras formas de ação prática, é possível observar a forma como o Conselho tem alterado suas prioridades, buscando adaptar-se de maneira mais eficaz às novas necessidades globais.

Consciente de que os desafios enfrentados pelo CMI e pelo movimento ecumênico não são novidades, cada assembleia geral realizada pelo Conselho se mostrou como um foro adequado para identificar e debater os conflitos de cada época, bem como para delinear possíveis soluções e planejar ações futuras. Fontana (2006) observa que, além do trabalho desenvolvido em sua sede em Genebra, o CMI promove conferências mundiais de Fé e

Ordem, Missão Mundial, Evangelismo e outras temáticas correlatas. Como seus eventos principais são as assembleias gerais, a seguir, apresentamos uma tabela que apresenta de maneira breve os respectivos locais de realização das assembleias gerais[48], anos, temas dos eventos e o número de igrejas-membro em cada período.

Figura 4 - As Assembleias do CMI

Local	Ano	Tema	Igrejas-Membro no CMI
Amsterdã, Holanda	1948	A desordem do homem e o desígnio de Deus	147
Evanston, Illinois, EUA	1954	Jesus Cristo – a esperança do mundo	161
Nova Delhi, Índia	1961	Jesus Cristo – a Luz do Mundo	197
Uppsala, Suécia	1968	Vejam! Faço novas todas as coisas	235
Nairóbi, Quênia	1975	Jesus Cristo liberta e une	285
Vancouver, Colúmbia Britânica, Canadá	1983	Jesus Cristo – a Vida do Mundo	301
Canberra, Austrália	1991	Vem, Espírito Santo - Renove toda a criação	317
Harare, Zimbábue	1998	Volte-se para Deus - Alegre-se na Esperança	339[49]

[48] Além das Assembleias Gerais destacadas, Brakemeier (2022) observa que o CMI organizou várias Conferências Internacionais de Missão e Evangelização, sendo que a décima conferência ocorreu em 1989. Algumas discussões geraram controvérsias, especialmente em relação à missiologia do CMI, o que levou a um Movimento de Lausanne da Suíça pela obra missionária internacional a realizar congressos paralelos, incluindo um em Manila, nas Filipinas. As diferenças de opinião sobre a missão entre cristãos fora do movimento ecumênico e os entusiastas ecumênicos, inclusive dentro do próprio CMI, destacam-se como pontos de conflito aparentemente irreconciliáveis entre as conferências. A missão da igreja, em unidade, continua sendo um tema controverso que ainda desafia as igrejas e exige respostas.

[49] Embora não tenha sido encontrado um relatório formal que reúna as movimentações das igrejas, como entradas e saídas totais até o presente ano, sabe-se que, de acordo com o artigo "Perfil do País: Geórgia", publicado pelo CMI (2004) em seu portal Oikoumene, em 1997, o Patriarca Ilia comunicou ao CMI a decisão do Sínodo Santo de se retirar da organização. Sua carta indicava que uma crescente postura negativa em relação ao movimento ecumênico havia surgido na Igreja, caracterizando-se por uma atitude de separação e contradição. Posteriormente, tanto a Igreja Ortodoxa Georgiana quanto a Igreja Ortodoxa Búlgara também optaram por deixar o CMI. Disponível em: https://www.oikoumene.org/resources/documents/country-profile-georgia.

Porto Alegre, Brasil	2006	Deus em sua graça, transforme o mundo	348[50]
Busan, República da Coreia	2013	Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz	345
Karlsruhe, Alemanha	2022	O amor de Cristo conduz o mundo à reconciliação e à unidade	352

Fonte: Oikoumene, Adaptado de CMI, 2023[51].

Para entender de forma clara a evolução das ações do CMI voltadas à promoção da justiça e da paz em uma esfera internacional, é necessário revisitar aspectos fundamentais discutidos nas suas assembleias sobre essas temáticas. Este exercício não visa limitar as discussões tratadas em cada encontro, mas sim esclarecer como o CMI tem alicerçado suas ações em torno dessas questões prioritárias. Dada a ampla gama de tópicos abordados pelo Conselho, uma análise exaustiva de todas as questões discutidas e planejadas seria além do alcance desta pesquisa.

Sendo assim, aponta-se o que foi visto acerca de paz e justiça na II Assembleia Geral do CMI, que teve o objetivo de "levar pessoas a um encontro pessoal com Jesus Cristo como Salvador e Senhor, sua incorporação à plena vida da igreja e a transformação da sociedade para conformá-la à intenção de Deus" (Fontana, 2006, p. 2). Segundo o Relatório da Assembleia do CMI (1955), o evento recebeu a visita de Dag Hammarskjöld, então Secretário-Geral das Nações Unidas, cuja participação foi celebrada, especialmente por sua ligação anterior com o Arcebispo Söderblom de Uppsala. Hammarskjöld ressaltou a capacidade das igrejas de exercerem uma influência positiva nos contextos internacionais e políticos nacionais, desde que atuassem de maneira imparcial, promovendo princípios como justiça, verdade e confiança pública. Ele chamou a atenção para dois aspectos cruciais de sua época: o apoio prático ao desenvolvimento econômico e político das nações emergentes e a

[50] Em uma notícia publicada pelo CMI (2005), o organismo informou que oito igrejas provenientes da Ásia, África, América Latina e Caribe foram recebidas, sendo estas: Igreja Evangélica Batista de Angola; Igreja Africana (Nigéria); Igreja Evangélica Protestante da Guiné; Igreja Metodista da Indonésia; e Convenção Batista do Haiti. Além disso, três igrejas foram admitidas como novos membros associados: Associação de Igrejas Reformadas Evangélicas de Burkina Faso; Igreja Presbiteriana da Colômbia; e Igreja Metodista de Porto Rico. O Comitê Central também aceitou outras solicitações de adesão, como as da Igreja Protestante dos Países Baixos e da Igreja Morávia da Província Britânica e da Província Continental Europeia da Igreja Moraviana (EFBU). Disponível em: https://www.oikoumene.org/news/eight-new-member-churches-but-total-wcc-membership-only-increases-by-five-to-347?keywords=desire%20to%20leave&op=Search.

[51] CMI. The Assembly, 2023. Disponível em: https://www.oikoumene.org/about-the-wcc/organizational-structure/assembly#past-wcc-assemblies. Acesso em: 20 fev. 2024.

necessidade de uma inspiração moral que encorajasse os líderes a priorizarem a paz e a evolução em detrimento da guerra e da revolução.

Além disso, o relatório apresentou as contribuições do CCIA, que desempenhou um papel significativo na articulação entre o CMI e a ONU. De acordo com Frederick Nolde, diretor do CCIA na época, o comitê teve êxito em incluir normas de liberdade religiosa na DUDH e influenciou diretamente iniciativas como a criação da Comissão de Observação da Paz da ONU. O Comitê também foi ativo na promoção de esforços para a redução de armamentos, apoio técnico a países necessitados, ações em favor dos refugiados e "procurou registrar a convicção cristã em várias ocasiões nos últimos anos, no momento e no local em que decisões internacionais foram tomadas" (CMI, 1955, p. 41, tradução nossa[52]).

Essas interações entre o CMI e a ONU evidenciam um alinhamento dos objetivos de justiça e paz. Por meio de uma parceria estratégica, tanto o CMI quanto a ONU buscaram promover valores que pudessem contribuir para um impacto moral e político nas questões globais do período. Segundo Silva (2011), além de reafirmar o compromisso ecumênico, a assembleia abordou que no plano político do CMI, seria basilar apoiar a formação de democracias plenamente humanas. Em práticas voltadas para o âmbito internacional, as resoluções adotadas alinhavam-se com uma coexistência pacífica, em vista de proteger a liberdade e a justiça, visando a construção de sociedades mais justas e equitativas.

Na III Assembleia[53] que ocorreu em Nova Delhi, capital da Índia, segundo o CMI (1961), o enfoque principal residia na execução de tarefas que constituem a vocação coletiva das igrejas-membro e a universalidade da igreja. O Conselho tratou sobre aspectos da vida e da missão eclesiástica que poderiam ser eficazmente realizados através da comunicação conjunta das diversas igrejas, uma missão universal, por sua vez, caracterizada pela responsabilidade de disseminar o Evangelho a todos os povos e de promover a paz, a justiça (em relações sociais e raciais), a cura e a restauração entre todas as nações. Ao refletir acerca da segregação racial, conflitos políticos internacionais e locais, o CMI ressaltou que as igrejas deveriam agir em solidariedade com os oprimidos e marginalizados, não apenas através da palavra pregada, mas também por meio de ações concretas de justiça e paz, estendendo sua missão para o engajamento ativo no mundo, em busca da realização do "Reino de Deus".

---

[52] No original: "and sought to register Christian conviction on many occasions in recent years, at the time and place where international decisions have been made".

[53] Evento que também registra momento em que a Igreja Católica Romana passou a enviar observadores oficiais às assembleias gerais (na assembleia de 1961, foram cinco).

Nesta esfera, a tarefa da *diakonia* (serviço[54]) foi definida como um serviço que não poderia ser limitado a um único padrão, pois "se expressa de diversas maneiras, seja através da presença do cristão individual no mundo secular, seja pelo trabalho de instituições de serviço cristão, ou ainda pela vida organizada das igrejas[55]" (CMI, 1961, p. 111). Com a proposta de "fortalecer o trabalho do Conselho voltado para a eliminação da guerra e o estabelecimento da paz mundial e justiça" (CMI, 1961, p. 72), alguns participantes da assembleia não concordaram em unir a concepção de salvação cristã com projetos de justiça social, sendo vistos como utópicos e não condizentes com o pensamento cristão. De maneira geral, a diakonia em seu âmbito prático poderia ser expressa por meio de variadas ações.

> A participação em sindicatos e na gestão, os protestos contra a discriminação racial e as ações práticas, a promoção de honestidade e integridade na vida política, tanto em níveis locais quanto nacionais, são todas vias de diaconia (serviço) abertas aos cristãos individuais, que encontram força e renovação na adoração e na comunhão da comunidade cristã. (CMI, 1961, p. 230)

Segundo Dias (1998), seguindo as transformações do CMI, um acontecimento histórico marcou o avanço ecumênico em 1965, com a Igreja Católica Romana passando a integrar o campo ecumênico do CMI com a criação do "Grupo de Trabalho Conjunto", composto por teólogos católicos, nomeados pelo Vaticano, e por teólogos protestantes e ortodoxos indicados pelo CMI, com o objetivo de trabalhar em temas doutrinais. A partir da quarta assembleia do CMI, em Uppsala (1968), a presença de teólogos católicos foi formalizada na Comissão de "Fé e Ordem". De 1965 a 1980, uma comissão mista também foi estabelecida, com o foco em questões relativas à sociedade, ao desenvolvimento e à paz. Esse movimento representou um avanço nas relações ecumênicas, ampliando o diálogo e a colaboração entre o CMI e a Igreja Católica Romana.

Dias (1998) descreve que essa decisão não ocorreu de forma repentina, mas foi um processo gradual, iniciado com a convocação do Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII em 1959. O anúncio do concílio destacava sua intenção de promover a renovação da Igreja e sua abertura ao ecumenismo e ao mundo. O Concílio visou abrir a Igreja ao diálogo com outras tradições cristãs e com o mundo e assim, em 1964, o Papa Paulo VI promulgou o Decreto Conciliar sobre ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, que expandiu a visão da Igreja Católica sobre unidade cristã, processo que auxiliou a ação conjunta com o CMI, anos depois.

---

[54] A *diakonia* se insere no cerne da solidariedade cristã, em que White (2005) descreve como uma ação de serviço que alcança todos os âmbitos íntimos da humanidade (do ser humano).

[55] No original: "Is expressed in different ways, through the presence of the individual Christian in the secular world, through the work of Christian service institutions and through the organized life of the churches".

Em uma sessão da Assembleia Geral realizada em Uppsala em 1968, a Divisão do CMI apresentou como atuou de forma prática, como o canal de *diakonia* através do qual as igrejas-membro coordenam suas ações conjuntas em resposta às necessidades urgentes globais que ameaçavam a justiça e a paz. Suas principais áreas de serviço incluíram assistência a refugiados, socorro em desastres naturais e sociais, além de trabalhar na reconstrução de estruturas sociais danificadas. No Relatório da Assembleia do CMI (1968), o Comitê de Estrutura revisou o que levou à criação de um Escritório de *Diakonia* em Genebra. O Escritório, estabelecido por iniciativa e fomento da Federação Internacional de Missão Interna e Trabalho Social Cristão e a Federação Internacional de Associações Diaconais, por um período experimental de três anos, a partir de 1º de julho de 1967, teve o objetivo de interpretar a constitucionalidade das ações diaconais internacionais por parte do CMI. Posto isso, cumpre salientar que, além das discussões acerca da *diakonia* em Uppsala, na sessão intitulada "Rumo à Justiça e Paz nos Assuntos Internacionais", a temática da vontade de agir pela paz internacional, foi aliada a temática da justiça, sendo discutido que:

> Se quisermos combinar paz e justiça, então devemos entender a paz não como um conceito estático, mas como dinâmico, como um processo ou método de convivência, não como uma cessação de todo movimento alcançada de uma vez por todas. A paz não exclui mudanças no mapa político, nem tampouco tensões e conflitos. No entanto, se um equilíbrio pacífico de poder deve ser preservado, então em todos os lados deve haver vigilância permanente e uma renovação constante de esforços, além de prontidão para sacrifícios, muita paciência e autodisciplina. (CMI, 1968, p. 58, tradução nossa[56])

É importante notar que, conforme Kunter (2022), uma postura evidente contra o racismo também foi articulada neste evento e assim foi declarado que qualquer manifestação de discriminação racial representava um repúdio à fé cristã e, consequentemente, era a mais grave violação dos direitos humanos. Nesse contexto, o compromisso ecumênico com os direitos humanos foi posicionado como uma ferramenta para desmantelar estruturas injustas e avançar esforços em direção a um mundo justo. Assim, prevaleceu o entendimento de que alcançar os direitos humanos individuais exigia abordar as dimensões econômicas e sociais mais amplas que contribuem para "injustiças sistêmicas". O movimento ecumênico então, deveria condenar a discriminação racial e se envolver ativamente em iniciativas que apoiassem um ambiente socioeconômico propício à realização dos direitos humanos para indivíduos e comunidades.

---

[56] No original: "If we want to combine peace and justice then we must understand peace not as a static concept but as a dynamic one, as a process or method of coexistence, not as a cessation of all movement achieved once and for all. Peace does not exclude changes on the political map, or indeed tensions and conflicts. Nevertheless, if a peaceful balance of power is to be preserved then on all sides there must be permanent vigilance and a constant renewal of effort as well as a readiness for sacrifice and much patience and self-discipline".

Este ponto exigiu um profundo comprometimento de igrejas e cristãos, estendendo-se além da transformação de vidas individuais e relacionamentos pessoais. Além disso, surgiu um chamado fervoroso para influenciar a rede de relacionamentos entre diversas comunidades e nações. Uma perspectiva predominante afirmando que o corpo de Cristo, compreendendo indivíduos de todos os cantos do globo, carregava inerentemente uma responsabilidade coletiva de lutar pela paz, enquanto a unidade se tornou o meio primordial para essa influência, demonstrando que uma frente unida poderia transcender divisões geográficas, raciais e culturais. Chunakara (2022) aponta que, em antecipação à reunião do Comitê Central do CMI de 1971 em Addis Ababa, a CCIA apresentou um Memorando sobre Direitos Humanos e uma declaração sobre Unidade e Direitos Humanos na África, que se concentrou na necessidade crítica de implementação de padrões de direitos humanos, alinhando-se com aqueles estabelecidos na ONU. A declaração considerou os efeitos perniciosos do colonialismo e do neocolonialismo, e pediu apoio das igrejas-membro para ajudar as nações africanas a alcançar e salvaguardar sua completa autodeterminação, independência e unidade.

Na introdução do relatório da V assembleia do CMI (1975), foi enfatizada a urgência de buscar uma unidade ecumênica além das “fronteiras próprias”. Reconheceu-se a interdependência global, onde a preocupação comum pela paz e justiça é vital para a sobrevivência humana. Acerca de atos práticos, o Dr. W.P. Thompson, representando a Igreja Presbiteriana Unida dos EUA, apresentou um esboço sobre uma discussão acerca do Oriente Médio, destacando que a paz na região deveria ser fundamentada em justiça e segurança para todos os envolvidos. E ainda, foi recomendado às igrejas que promovessem informações precisas e consciência sensível sobre o conflito no Oriente Médio, visando fortalecer a confiança mútua entre as partes e encorajar um engajamento responsável dos membros e governos para encontrar uma solução pacífica.

Na VI Assembleia realizada em Vancouver, em 1983, o relatório oficial do CMI (1983) destacou como tema central a promoção da justiça, da igualdade e da solidariedade para com os mais vulneráveis, especialmente os pobres. As reuniões foram marcadas por reflexões sobre o testemunho cristão diante de pessoas de outras tradições religiosas, durante as quais foram apresentados exemplos positivos de diálogo e cooperação em diversas localidades. Outro ponto discutido foi a necessidade de avançar na construção de um entendimento compartilhado entre os cristãos de diferentes tradições confessionais. Esse esforço buscava aprofundar as perspectivas sobre o papel da igreja em uma nova época e

como essas reflexões poderiam orientar o testemunho cristão, especialmente no contexto do diálogo inter-religioso e com diversas ideologias. O discurso proferido na Assembleia ressaltou a relevância de uma ação coordenada que conectasse a prática cristã às necessidades globais, reafirmando o compromisso do CMI em promover a cooperação ecumênica para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Em uma discussão sobre as relações entre as igrejas-membro e o Conselho, o CMI (1983) reporta que propôs uma série de ações específicas para as igrejas em resposta às questões de militarismo e paz. Assim, surgiu um processo conhecido como um pacto ecumênico pelo "Processo Conciliar de Compromisso com a Justiça, Paz e Integridade da Criação". Criado na Assembleia em Vancouver, o processo abordou as conexões entre justiça, paz e criação, analisando os efeitos da violência estrutural e da concentração de poder sobre as pessoas e o meio ambiente. Inicialmente, o programa foi definido como uma prioridade pelo CMI durante sua assembleia e foi direcionado às igrejas que faziam parte da organização. No entanto, segundo Niles (2003), sua abrangência foi ampliada, passando a envolver igrejas que não eram membros do CMI, além de organizações ecumênicas nacionais e regionais.

Dentre outras discussões na VI Assembleia, o apoio à implementação de programas educacionais voltados para a promoção da paz com justiça, integrando esses esforços a uma campanha global de desarmamento, coordenada em colaboração com iniciativas da ONU, foi ressaltada. Outra recomendação foi o fortalecimento de relações com centros de estudo dedicados a explorar alternativas viáveis ao militarismo, promovendo soluções que priorizem a reconciliação e a segurança de países em guerra. Assim, o CMI deveria auxiliar na divulgação de dados estatísticos e informações relevantes sobre os custos da militarização em contraste com investimentos no desenvolvimento humano e social. Em meio a tantas recomendações pela proteção da justiça e da paz, a mensagem da Assembleia apresenta:

> Renovamos nosso compromisso com a justiça e a paz. Assim como Jesus Cristo curou e desafiou a totalidade da vida, também somos chamados a servir à vida de todos. Vemos o bom dom de Deus sendo ferido pelas forças da morte. A injustiça nega os dons de Deus, que são a unidade, o compartilhamento e a responsabilidade. Quando nações, grupos e sistemas detêm o poder de decidir sobre a vida de outras pessoas, acabam amando esse poder. O caminho de Deus é compartilhar o poder, concedendo-o a cada pessoa. A injustiça corrompe os poderosos e desfigura os desprovidos de poder. A pobreza contínua e sem esperança é o destino de milhões; terras roubadas são fonte de amargura e guerra; a diversidade racial torna-se o cárcere maligno do racismo. Precisamos urgentemente de uma nova ordem econômica internacional, na qual o poder seja compartilhado, e não monopolizado. Estamos comprometidos a trabalhar por isso. Mas a questão retorna a nós: e quanto à Igreja? Já compartilhamos o poder de forma livre? Nos apegamos à riqueza da Igreja? Buscamos a amizade dos poderosos e permanecemos surdos aos desprovidos

> de poder? Temos tarefas próximas de casa a cumprir. (CMI, 1983, p. 3, tradução nossa[57])

O CMI (1983) apresentou dados relevantes sobre a diversidade e representatividade dos delegados presentes no evento. Mais de 30% dos participantes eram mulheres, uma porcentagem significativamente maior do que as observadas nas Assembleias de Nairóbi (22%) e Uppsala (9%). Além disso, 13,46% dos delegados tinham menos de 30 anos, demonstrando um aumento (mesmo que pequeno) na participação jovem em comparação com Nairóbi e Uppsala. Quase metade dos participantes, 46,3%, eram leigos, reforçando a representatividade de membros não-clérigos na discussão ecumênica. A distribuição regional destacou a presença significativa de delegados da América do Norte, Europa Ocidental e Oriental, enquanto regiões como Caribe e Pacífico tiveram menor representação. Entre as denominações, os reformados, luteranos e ortodoxos orientais formaram os maiores grupos de delegados. Por outro lado, denominações como os menonitas e kimbanguistas[58] tiveram presença mais reduzida. Apenas cerca de 20% dos participantes já haviam comparecido a Assembleias anteriores, o que reflete uma renovação considerável na composição do evento.

A Assembleia de Canberra, em 1991, marcou um novo momento, destacando-se como a primeira a adotar um título que fazia referência explícita ao Espírito Santo. De acordo com o CMI (1991), este evento ocorreu em um contexto de desafios globais, como a Guerra do Golfo. Apesar de terem sido anunciadas mais de 900 vagas para delegados, muitos não puderam comparecer devido a essa circunstância. Assim como em Vancouver, houve metas estabelecidas para a composição dos delegados: 40% de mulheres, 20% de jovens e 50% de leigos. Entretanto, os resultados foram: 35% de mulheres, 46% de leigos e apenas 11% de

---

[57] No original: “We renew our commitment to justice and peace. Since Jesus Christ healed and challenged the whole of life, so we are called to serve the life of all. We see God’s good gift battered by the powers of death. Injustice denies God’s gifts of unity, sharing and responsibility. When nations, groups and systems hold the power of deciding other people’s lives, they love that power. God’s way is to share power, to give it to every person. Injustice corrupts the powerful and disfigures the powerless. Poverty, continual and hopeless, is the fate of millions; stolen land is a cause of bitterness and war; the diversity of race becomes the evil imprisonment of racism. We urgently need a new international economic order in which power is shared, not grasped. We are committed to work for it. But the question comes back to us, what of the Church? Do we yet share power freely? Do we cling to the wealth of the Church? Do we claim the powerful as friends and remain deaf to the powerless? We have tasks near home.”

[58] Sobre os kimbanguistas, Zeferino e Sinner (2019), com base nos estudos de Mika Vähäkangas, destacam a singularidade dessa denominação no contexto do CMI. A Igreja criada por Simon Kimbangu interpreta seu fundador como a encarnação do Espírito Santo. Essa particularidade sublinha os entraves do diálogo ecumênico, indicando a necessidade de estabelecer uma base linguística comum para fomentar o entendimento recíproco. Para aprofundamento, ver VÄHÄKANGAS, Mika. Mission studies, syncretism and the limits of Christianity during the time of the heretical imperative. Swedish Missiological Studies, v. 98, n. 1, p. 7-22, 2010. cf. ZEFERINO, Jefferson.; SINNER, Rudolf von. E. A teoria teológica da religião de David Tracy. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 17, n. 53, p. 676, 31 ago. 2019. O estudo maior é de Benjamin Simon (2024): Genesis of a New Religion Kimbanguism and its Departure from Ecumenism.

jovens, demonstrando desafios em alcançar a meta definida. Quanto à distribuição regional, os delegados vieram em maior número da Europa, seguidos pela América do Norte e pela Ásia, enquanto o Caribe e o Pacífico tiveram menor representação. Confessionalmente, as maiores delegações foram compostas por cristãos reformados, ortodoxos orientais e luteranos. Em menor número, estavam representadas igrejas como hussitas, pentecostais e independentes, mostrando uma diversidade, mas também uma variação no grau de participação. O evento também foi marcado pela presença de dez convidados de religiões não cristãs. Com esta nova categoria de participação, buscou-se demonstrar o compromisso do CMI com o diálogo inter-religioso em um mundo de crescente diversidade.

É relevante apontar que, na Assembleia de Canberra, o CMI também reforçou seu compromisso com o pacto pela justiça e paz iniciado em sua VI Assembleia de 1983, criando a "Unidade de Justiça, Paz e Criação" e promovendo a "Convocação Mundial pela Justiça, Paz e Integridade da Criação" em Seoul. A partir disso, de acordo com Niles (2003), iniciou-se o estudo teológico chamado Teologia da Vida, que envolveu a participação de grupos para analisar uma das dez afirmações feitas na Convocação. Conforme relatado pelo CMI (2020), esse movimento gerou inspiração para a Década de Superação da Violência (2001-2011) e, mais tarde, para a iniciativa da Peregrinação de Justiça e Paz, proposta na X Assembleia do CMI.

No mesmo campo dessas questões, na sessão da Assembleia dedicada à discussão sobre "Instrumentos para uma paz duradoura e uma segurança significativa[59]", foi enfatizado o papel das Nações Unidas na promoção da paz e resolução de conflitos. O CMI tratou sobre a importância de avançar para uma convenção universal que proíba a guerra como forma de resolver disputas, reforçando o compromisso com a ONU. A adoção e aceitação universal da jurisdição do direito internacional, bem como a autoridade do Tribunal Internacional de Justiça, foram apontadas como passos essenciais para garantir a paz. Posto isto, foi enfatizado que os acordos internacionais existentes precisam ser respeitados, e todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU devem ser implementadas sem exceções. Além dessas diretrizes, o CMI também apoiou a implementação de ações práticas que envolvem iniciativas concretas para promover a paz e a justiça em diferentes contextos, pela diaconia:

> Por exemplo, a consulta mundial sobre ajuda intereclesial, refugiados e serviço mundial, realizada em Lamaca, Chipre, em novembro de 1986, com o tema "Chamados a ser vizinhos — Diaconia 2000", desenvolveu uma compreensão da ajuda intereclesial que está deliberada e decididamente vinculada à luta contra todas

[59] No original: "Instruments for lasting peace and meaningful security".

> as formas de injustiça, pobreza e opressão. A declaração de Lamaca compromete-se "a partir deste dia, a trabalhar por justiça e paz por meio de nossa diaconia". Trata-se de uma compreensão nova e diferente da ajuda intereclesial e da diaconia, que vai muito além da compreensão e prática tradicional da diaconia em nossas igrejas. Além de seu reconhecido compromisso na luta contra a injustiça do sistema de apartheid na África do Sul, o Programa de Combate ao Racismo, nos últimos anos, tem se envolvido cada vez mais na luta pelo reconhecimento dos direitos de outros grupos populacionais oprimidos. (CMI, 1991, p. 133, tradução nossa[60])

A VIII Assembleia do CMI, realizada em Harare, coincidiu com o aniversário de 50 anos da fundação do Conselho e se destacou como a maior assembleia da história do CMI até aquele momento. De acordo com o VIII Relatório da Assembleia do CMI (1999), foram escolhidos 966 delegados votantes para participar, com uma representação considerável de 367 mulheres e 599 homens, sendo que 525 deles eram ordenados e 438 leigos. Dentre os delegados, 134 eram jovens. A maioria dos delegados provinha de África e Europa, seguidos por Ásia e América do Norte. Outras 29 igrejas membros associadas, que são igrejas com menos de 25.000 membros, enviaram 31 representantes com direito a falar, mas sem direito a voto. Durante a assembleia, foi lamentado o fato de a Igreja Ortodoxa da Geórgia ter se retirado. Entre os delegados, quatro representantes de igrejas da Coreia do Norte estavam presentes, uma participação histórica, pois era a primeira vez que igrejas daquele país compareceram a uma assembleia do CMI. Também estavam presentes 23 observadores delegados da Igreja Católica Romana e representantes de diversas organizações com as quais o Conselho tem relação.

Os delegados da Assembleia foram encarregados de avaliar o trabalho das igrejas desde a Assembleia de Canberra, planejar as ações futuras e eleger os 150 membros do novo comitê central. Em meio a estas discussões, foi definido que os programas do Conselho devem estar alinhados com os objetivos de unidade, testemunho comum, missão e diaconia, e atender às necessidades das igrejas. O relatório do moderador destacou que o ecumenismo institucional enfrentava uma crise e a unidade nesses sentidos era crucial, pois "as prioridades ecumênicas mudaram. Nos anos formativos do Conselho, a preocupação principal era com questões teológicas e doutrinárias" (CMI, 1999, p. 65, tradução nossa[61]) e que, assuntos sobre

[60] No original: "For instance, the world consultation on interchurch aid, refugee and world service, held in Lamaca, Cyprus, in November 1986 on the theme "Called to be Neighbours — Diakonia 2000", developed an understanding of interchurch aid which is deliberately and determinedly linked with the struggle against all forms of injustice, poverty and oppression. The Lamaca declaration pledges "from this day forward, to work for justice and peace through our diakonia". This is a new and different understanding of interchurch aid and diakonia that goes far beyond the traditional understanding and practice of diakonia in our churches. Besides its well-known commitment to the fight against the injustice of the system of apartheid in South Africa, the Programme to Combat Racism has in recent years become increasingly involved in the struggle for the recognition of the rights of other oppressed population groups".

[61] No original: "The ecumenical priorities have changed. In its formative years the Council was mainly preoccupied with theological and doctrinal issues."

unidade e questões sociais deveriam ser abordadas juntas, e que "violações dos direitos humanos e injustiças não podem ser resolvidas apenas pelos cristãos. São necessários esforços coletivos inter-religiosos [...] em prol da justiça e da paz na sociedade" (CMI, 1999, p. 204).

Após a Assembleia de Canberra em 1991, o CMI também passou por uma reestruturação que organizou seu trabalho programático em quatro áreas que pudessem tratar sobre a unidade; as igrejas em missão com o foco voltado para as áreas de saúde, educação e testemunho; diaconia; e questões de justiça e paz. Quanto ao tema da paz, a IX Assembleia, realizada em 2006, em Porto Alegre, Brasil, em suas resoluções no Relatório Oficial da Assembleia (2007) tratou sobre a importância da recém-criada Comissão de Consolidação da Paz (Peacebuilding Commission) da ONU. Essa iniciativa foi reconhecida como um meio eficaz de desenvolver abordagens inovadoras e adequadas para lidar com conflitos civis e foi incentivada a promover princípios e práticas que fortalecessem o protagonismo local.

A primeira assembleia do CMI realizada na América Latina marcou uma mudança ao afastar-se do eixo predominante na Europa e América do Norte. Segundo o CMI (2007), o evento reuniu igrejas da África, Ásia, Oriente Médio, Pacífico e América Latina, que dividiram o destaque com as tradicionais instituições eclesiásticas do Ocidente e do Norte. Participaram 691 delegados de 348 igrejas-membro, além de 2079 participantes dos mutirões[62], diversos representantes e observadores[63]. As atividades aconteceram diariamente no campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e visaram a união.

> Com base na experiência de assembleias anteriores, o comitê de worship adotou medidas para evitar possíveis fontes de conflito, incluindo: 1) evitar cuidadosamente o uso de linguagem não bíblica e inclusiva de gênero ao se referir a Deus; 2) impedir qualquer tentativa de forçar a intercomunhão ou a celebração conjunta da eucaristia entre igrejas cujas diferenças doutrinárias impeçam tal prática; e 3) designar os momentos de worship coletivo como "oração" ou "oração comum", evitando, assim, o conceito de "adoração ecumênica", que é inaceitável para algumas igrejas. A capela graciosa e serena da Pontifícia Universidade foi disponibilizada para as famílias confessionais que desejassem celebrar a eucaristia de acordo com suas próprias tradições doutrinárias e litúrgicas. (CMI, 2007, p. 19, tradução nossa[64])

[62] Espaços abertos para o público geral com uma programação que incluía exposições, apresentações artísticas e discussões.

[63] Percebe-se que não citamos mais dados com porcentagem dos gêneros dos participantes. Isto não é omitido propositalmente nesta pesquisa. Esses dados não estão presentes no relatório.

[64] No original: Based on the experience of past assemblies, the worship committee took measures to prevent potential sources of conflict, including 1) carefully avoiding non-biblical, gender-inclusive language in reference to God; 2) impeding any attempt to force intercommunion or common eucharist among churches whose doctrinal differences hinder them from doing so; and 3) naming the times of collective devotion "prayer", or "common prayer", thus avoiding what for some churches is the unacceptable concept of "ecumenical worship". The graceful and serene chapel of the Pontificia Universidade was available for those confessional families who wanted to celebrate the eucharist according to their own doctrinal and liturgical traditions."

Com o espírito de renovação ecumênica, a CCIA do CMI (2007) reportou que a resposta da igreja à violência deveria ser conduzida de forma proativa, antecipando-se aos desafios, ao invés de apenas reagir a eles. A não violência foi apresentada como uma estratégia eficaz e ativa, exigindo que a igreja promova então, a tolerância e a abertura ao diálogo. Enquanto algumas abordagens focam na "guerra contra o terror" e na busca por "segurança" por meio de intervenções militares. Com isso, o CMI defendeu mais uma vez, a construção da paz fundamentada na justiça, fomentando a compreensão e a confiança recíproca.

A partir dessa diretriz de ação proativa, em 2009, o CMI (2008a) reportou ter centrado suas atividades na região do Caribe, no âmbito da Década para Superar a Violência (2001-2010), com o objetivo de apoiar e fortalecer as igrejas e movimentos locais comprometidos com a paz, ao mesmo tempo em que aprofundava a compreensão das diversas questões de violência, como tráfico humano, abuso de drogas, insegurança alimentar, entre outros. Em um encontro realizado em novembro de 2009, representantes de várias organizações ecumênicas se reuniram para discutir essas problemáticas, destacando a necessidade de uma abordagem holística e integrada para promover a paz e a reconciliação na região. Esse processo originou a Convocação Ecumênica Internacional pela Paz, realizada em 2011, em Kingston, Jamaica, que visava superar a violência e promover uma paz enraizada na justiça.

Como o próximo tópico da pesquisa será inteiramente dedicado à análise da X Assembleia do CMI, realizada em 2014, essa será apresentada em maior profundidade em sua devida seção por ter como tema principal a justiça e a paz. Contudo, cabe mencionar que, em 2022, a XI Assembleia do CMI ocorreu em Karlsruhe, Alemanha, marcando o retorno ao continente europeu. Essa edição, de acordo com o CMI (2023), foi realizada com o apoio da Igreja Evangélica na Alemanha, da Igreja Protestante de Baden, do Conselho de Igrejas na Alemanha e da Igreja Protestante na Suíça. Segundo Wolff (2022), a XI Assembleia ocorreu em um cenário global repleto de desafios e crises. Realizada durante o conflito entre Rússia e Ucrânia, o evento destacou as consequências devastadoras da guerra e a necessidade urgente de promover a paz. Ao mesmo tempo, o mundo ainda lidava com os impactos da pandemia, que não apenas trouxe sofrimento e incertezas, mas também despertou reflexões profundas sobre os hábitos e valores predominantes na sociedade contemporânea.

O autor também menciona questões ambientais também foram amplamente debatidas, com foco em problemas graves, como o desmatamento e a degradação do planeta, que colocam em risco a vida humana e a criação como um todo. No campo social, os participantes confrontaram realidades de injustiça como racismo, desigualdade de gênero e xenofobia, identificadas como desafios éticos e espirituais a serem enfrentados coletivamente. A programação da assembleia – composta por estudos, celebrações, conferências e momentos de diálogo – buscou ressaltar o papel do amor de Cristo como fonte de reconciliação, apontando caminhos para superar divisões e construir um mundo mais justo.

2.2 A X Assembleia do CMI

No ano de 2013, o CMI realizou sua X Assembleia na Coreia do Sul nomeada “Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz”. Tendo o tema da justiça e da paz em destaque, o órgão prosseguiu com uma temática que há anos é tratada como uma preocupação comum no movimento ecumênico. O evento, que reuniu representantes de igrejas-membro de variadas denominações e tradições cristãs, serviu de plataforma para estabelecer o diálogo, a colaboração e a reflexão sobre questões globais. À luz dessas considerações o CMI analisou as tarefas que possui acerca do tema da assembleia, apresentou suas relações com o mundo realizando apontamentos acerca de suas ações ao longo dos anos, refletiu acerca de sua “voz profética” e estabeleceu objetivos a serem alcançados ao enfatizar a “Peregrinação de justiça e paz” como uma jornada guiada pelo Deus da vida, na linguagem do CMI.

Diante do exposto, este espaço do capítulo concentra-se na exposição do Décimo Relatório Oficial de Assembleias do CMI (X Relatório), o qual oferece uma visão abrangente do referido evento, destacando sua relevância e desdobramentos ao explorar uma variedade de tópicos abordados durante a assembleia, abarcando desde questões de justiça social, diálogo inter-religioso, construção da paz até sustentabilidade ambiental.

Nosso foco recai sobre a estrutura do X Relatório, para assim, ressaltar assuntos debatidos durante a assembleia e os planos delineados pelo CMI com o objetivo de dar continuidade à sua missão em favor da justiça e da paz. Composto por 472 páginas, o documento se inicia com um prefácio redigido por Olav Fykse Tveit, secretário-geral do CMI durante o período da assembleia. Estruturado em seis capítulos e um apêndice, cada capítulo é identificado por um título distinto, que organiza e distingue sessões da assembleia. Os dois primeiros capítulos do documento oferecem uma visão geral do evento e exploram o tema central abordado durante a assembleia. Já o terceiro capítulo, subdividido em diferentes

tópicos, apresenta discursos de participantes e registros de "Diálogos Ecumênicos". No quarto capítulo, são reunidos três relatórios referentes ao trabalho do CMI, registrados, respectivamente, por Walter Altmann do Comitê Central; o secretário-geral do CMI; e o Comitê Central da X Assembleia. O quinto capítulo destaca declarações de ações abordando questões de interesse público e se encerra com mensagens de saudação de várias entidades, incluindo igrejas anfitriãs, líderes religiosos, a ONU, a Comunhão de Igrejas, parceiros ecumênicos e outras comunidades e organizações religiosas.

No prefácio, o CMI (2014a) apresenta que a breve oração "Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz", ofereceu um impulso e uma direção para reflexões durante o evento. Isso se reflete na adoção, pelos delegados, da Mensagem Oficial vista como uma declaração ousada dirigida às igrejas e à comunidade global: "Pretendemos avançar juntos. Desafiados pelas nossas experiências em Busan, desafiamos todas as pessoas de boa vontade a envolverem os seus dons dados por Deus em ações transformadoras" (CMI, 2014a, p. 7, tradução nossa). Tveit menciona que na lista de saudações e mensagens dirigidas à X Assembleia, há uma representação mais inclusiva de tradições religiosas cristãs do que em qualquer reunião anterior do gênero. Acerca de suas perspectivas sobre as sessões, o secretário-geral aponta que a construção de consensos e o discernimento espiritual entre as igrejas já membros do CMI podem fornecer a oportunidade que buscam para encontrar outras maneiras de avançar, em várias frentes, em direção à unidade na *oikoumene*.

> Caminhamos na presença de Deus, criador da vida e fonte da unidade, em nosso caminho comum rumo ao reino prometido, à cidade santa, novos céus e nova terra onde as visões de justiça e paz dos profetas serão realizadas. Deus não só nos conduz no caminho, mas nos acompanha, então a própria jornada se torna um meio de encontrar Deus e de nos formarmos como vizinhos de todos e humildes servos do amor de Deus. (CMI, 2014a, p. 7, tradução nossa[65]).

Na introdução dos capítulos do X Relatório, há uma perspectiva pessoal da assembleia, elaborada pela Dra. Erlinda Senturias, médica filipina que serviu o movimento ecumênico em diversas funções incluindo um serviço de 1989 a 1997 no setor de Saúde e Cura do CMI. Senturias apresenta que após quase uma década de mudanças, o modelo consensual de tomada de decisões do CMI continuou a amadurecer na Assembleia de Busan, passando de uma experimentação provisória com uma metodologia desconhecida para o início de uma cultura compartilhada por meio do diálogo e da preocupação mútua no CMI. A

[65] No original: "We travel in the presence of God, creator of life and source of unity, on our common path toward the promised kingdom, the holy city, new heavens and a new earth where the prophets' visions of justice and peace shall be realized. God not only leads us on our way but accompanies us, so that the journey itself becomes a means of encountering God and undergoing formation as neighbours to all and humble stewards of God's love".

médica sublinha que esta abordagem foi colocada em prática após solicitações, no ano de 2002, da Comissão Especial da Participação Ortodoxa no CMI para uma participação mais profunda por um caminho e uma peregrinação em comum.

Ao descrever que o CMI, nas etapas conclusivas do evento, declarou que possui o papel de convocar membros ao engajamento ecumênico internacional prático pela paz e justiça através da Peregrinação de Justiça e Paz, apresentam-se as quatro dimensões propostas a serem atingidas, sendo estas: paz justa na comunidade, paz justa na terra, paz justa no mercado e paz justa entre as nações. O texto também faz referência à I Assembleia, de 1948, realçando a seguinte mensagem:

> Temos que pedir a Deus que nos ensine juntos a dizer Não e a dizer Sim com verdade. Não a todos os que desprezam o amor de Cristo, a todos os sistemas, a todos os programas e a todas as pessoas que tratam qualquer homem como se fosse uma coisa irresponsável ou um meio de lucro, aos defensores da injustiça em nome da ordem, àqueles que semeiam as sementes da guerra ou consideram a guerra inevitável; Sim, a todos os que estão em conformidade com o amor de Cristo, a todos os que procuram a justiça, aos pacificadores, a todos os que esperam, lutam e sofrem pela causa do homem [man], a todos os que – mesmo sem saber – olham para novos céus e uma nova terra onde habita a justiça. (CMI, 2014a, p. 6, tradução nossa[66])

Em linhas gerais, os capítulos do relatório fornecem um relato detalhado dos trabalhos da assembleia, esclarecendo as diversas sessões, workshops e discussões plenárias que ocorreram. Além disso, há trechos que enfatizam a importância do diálogo ecumênico e a necessidade de ação coletiva para enfrentar os desafios de um mundo globalizado. Ao apresentar a essência do encontro, por meio de discursos dos participantes, o relatório também destaca as principais resoluções que emergiram. Estes incluem compromissos para promover a justiça social, defender os direitos das comunidades marginalizadas e trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável.

Além disso, ocorreram seis plenárias temáticas na assembleia que abordaram os assuntos previamente mencionados foram: 1) Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz; 2) Plenária da Ásia: Viver juntos na justiça e na paz de Deus; 3) Missão: Um chamado ao testemunho vivificante; 4) Unidade em Cristo: A jornada da comunhão; 5) Deus da vida nos

[66] No original: “We have to ask God to teach us together to say No and to say Yes in truth. No to all that flouts the love of Christ, to every system, every programme and every person that treats any man as though he were an irresponsible thing or a means of profit, to the defenders of injustice in the name of order, to those who sow the seeds of war or urge war as inevitable; Yes, to all that conforms to the love of Christ, to all who seek for justice, to the peacemakers, to all who hope, fight and suffer for the cause of man, to all who—even without knowing it—look to new heavens and a new earth wherein dwelleth righteousness”.

conduza a fazer justiça no mundo de hoje; 6) Deus da vida conduz-nos a construir a paz no mundo de hoje[67].

O painel intitulado “Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz”, registrado pelo CMI (2014a), que foi moderado pelo Arcebispo Dr. Vicken Aykazian da Diocese da Igreja Armênia dos EUA, ofereceu uma visão aprofundada acerca de acontecimentos globais e reflexões teológicas sobre a realidade das igrejas e do mundo. Três palestras apresentaram uma visão otimista. Michel Sidibé, segundo Diretor Executivo do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA (ONUSIDA), enfatizou a importância da justiça social, destacando a necessidade de esforços para eliminar o HIV e promover a igualdade. Já a Dra. Wedad Abbas Tawfik, membro da Comissão Fé e Ordem do CMI, discorreu sobre a experiência de problemas no Egito, na Síria e no Oriente Médio após a “Primavera Árabe” e destacou o papel das igrejas nessas circunstâncias desafiadoras, concluindo que elas têm sido testemunhas da busca por justiça e paz, mantendo a fé no “Deus da vida”. Para encerrar, o Bispo anglicano de Sri Lanka, Duleep Kamil de Chickera abordou a teologia da perspectiva dos povos marginalizados. Destacando que a igreja vai além dos fiéis, Chickera enfatizou a importância da diaconia profética e revolucionária, salientando que Jesus se preocupa com os marginalizados, buscando sempre os perdidos e elevando os que estão à margem.

Considerando os pontos discutidos, a busca pela construção da paz e sua manutenção foi permeada por discursos que efetuaram apelos a partir da perspectiva teológica. Em um cenário em que se faz menção à busca pela unidade pela justiça e pela paz, é necessário que haja uma expressão na linguagem, segundo Fairclough (2001) por intermédio de uma completude de sentenças que causem impacto e realizem uma chamada para uma ação prática.

A segunda sessão plenária, intitulada “Vivendo juntos na justiça e paz de Deus na Ásia”, foi moderada pelo Rev. Dr. Soritua Nababan, da Indonésia, então presidente do CMI na Ásia, que trouxe uma reflexão teológica sobre a realidade vivida pelo povo asiático. Durante essa sessão, Connie Semy Mella da Igreja Metodista Unida das Filipinas realizou uma declaração pela paz:

> Eu quero paz, mas uma paz fundamentada na justiça e no respeito pela vida; uma paz que valorize a dignidade humana e a integridade da criação. Uma paz em que as nações não levantem espadas ou bombas umas contra as outras; onde as pessoas possam viver sem medo ou terror; onde ninguém viva na fome e no desespero; onde

[67] Títulos originais: 1) God of life, lead us to justice and peace; 2) Asia plenary: Living together in God’s justice and peace; 3) Mission: A call to life-giving witness; 4) Unity in Christ: The journey of the fellowship; 5) God of life lead us to do justice in today’s world; 6) God of life lead us to build peace in today’s world.

> todos possam ter acesso aos recursos do mundo. A paz onde a justiça é sua base. Eu quero paz. Mas onde está a paz... onde está a justiça? (CMI, 2014a, p. 22, tradução nossa[68]).

Em "Missão: Um chamado a um testemunho vivificante", o padre e professor Stephen Bevans apresentou uma reflexão teológica sobre o aspecto pneumatológico do termo "missão", enfatizando a natureza transformadora e dinâmica do Espírito Santo, ao encontrar a necessidade de elaborar novas abordagens para o testemunho do evangelho em um contexto secular e pós-moderno. Na quarta sessão plenária, dois oradores – o bispo Nifon de Targoviste da Igreja Ortodoxa Romena e o Reverendo Dr. Neville Callam da Aliança Batista Mundial - provenientes de contextos eclesiais e culturais distintos, discorreram sobre o desafio da "unidade". Nifon sugeriu que a oposição de algumas pessoas ligadas às igrejas membro do CMI ao movimento ecumênico ocorre pelo receio de perderem suas tradições particulares. Nessa perspectiva, Callam observou que algumas igrejas preservam suas especificidades e deixaram de reconhecer os "sinais de Cristo" em outras denominações. Além disso, Mark MacDonald, Bispo da Igreja Anglicana Indígena do Canadá, abordou a relação entre secularização e idolatria, destacando que a secularização pode encobrir a idolatria, representando um desafio à unidade da igreja.

Na sessão plenária "Deus da vida conduz-nos a fazer justiça no mundo de hoje", a Reverenda Dra. Angelique Walker-Smith refletiu acerca de uma cultura globalizada que aceita e legitima injustiças sociais, econômicas e ecológicas, resultando em abusos humanos e ecológicos, exclusão dos vulneráveis e violação de direitos humanos. Por conseguinte, na última sessão moderada pelo Dr. Thabo Makgoba, Arcebispo Anglicano da Cidade do Cabo e líder da Igreja Anglicana do Sul da África, ativistas pela paz compartilharam experiências e esperanças sobre o potencial das igrejas em abordar questões globais, contribuindo para a construção da paz. Após essas sessões, integrantes do Comitê Central do CMI realizaram a "Plenária de negócios[69]" que, em suas deliberações sobre questões públicas, publicou declarações sobre cinco[70] temas: politização da religião e direitos de minorias religiosas;

---

[68] No original: "I want peace if the peace that is based on justice and respect for life; the peace that upholds human dignity and the integrity of the created; the peace where nation shall not lift up sword or bomb against nation; where people can live without fear or terror; where no one will live in hunger and despair; where all can access the resources of the world; the peace where justice is its foundation. I want peace. But where is peace… where is justice?".

[69] No original: "Business Plenary".

[70] Sabe-se que apenas quatro declarações foram publicadas, pois "uma declaração sobre o movimento em direção a um mundo livre de armas nucleares teve de ser adiada após um delegado da Igreja da Inglaterra apontar a falta de pesquisa de apoio sobre a questão nuclear". (CMI, 2014, p. 26, tradução nossa). No original: "The Statement on moving toward a nuclear-free world had to be tabled after a delegate from the Church of England pointed to lack of supporting research on the nuclear issue".

direitos humanos de pessoas apátridas; paz e reunificação da Península Coreana; o caminho para uma paz justa.

Após uma breve apresentação acerca de 21 sessões de "Diálogos Ecumênicos" efetuadas no decorrer do evento, o X Relatório apresenta que "o movimento ecumênico avança para o futuro, apesar das notícias de redução de recursos. Igrejas são convidadas a investir todos os tipos de recursos para o benefício do movimento" (CMI, 2014a, p. 29, tradução nossa[71]). Além desta solicitação às igrejas-membro para que invistam recursos no movimento, a assembleia recorda aos participantes que "Deus é a energia impulsionadora de nossos esforços. A exploração teológica do significado de Deus da vida deve ser uma prioridade crucial nos próximos anos" (CMI, 2014a, p. 29, tradução nossa[72]). Consequentemente, ao reafirmar que é preciso investimento para que o CMI possa prosseguir com as atuações em uma unidade ecumênica, mais um apelo é dirigido às igrejas-membro para que se comprometam a agir pela paz e pela justiça em uma ação prática final: uma peregrinação conjunta, local e internacional.

2.3. Tensões e perspectivas na linguagem

Ao propiciar um espaço para a abordagem de temáticas concernentes à justiça e à paz durante a X Assembleia do CMI, destaca-se a elaboração da compreensão de uma "diaconia ecumênica" fundamentada tanto em preceitos de direitos quanto na fé. Esses elementos, proeminentes nas discussões sobre justiça e paz no âmbito do mencionado evento, emergem como uma via significativa para apreender como se dão as atuações diaconais do Conselho. No Dicionário do Movimento Ecumênico, a diaconia, conforme White (2022), remete tanto ao ato de serviço duradouro na história da igreja, quanto a uma nomenclatura de uma parceria internacional de uma organização e aqueles em esferas eclesiais que participam de ministérios de serviço.

Ao realizar um pequeno trajeto para entender como o conceito de diaconia se desenvolveu no CMI, cabe indicar que tal compreensão foi afirmada já na VI Assembleia do CMI, realizada em Vancouver no ano de 1983. A diaconia, sugerida no período mencionado, levada como uma prática a ser considerada e aprovada pelo Comitê Central do Conselho para efetivar atuações em parceria com igrejas e instituições internacionais, foi aprovada pelo

[71] No original: "Despite reports of diminution of funds, the ecumenical movement sails into the future. Churches are invited to invest all forms of resources for the good of the ecumenical movement".
[72] No original: "God is the energy that drives our efforts. The theological exploration of the meaning of God of life needs to be an important priority in the years to come.".

Comitê Central em 1994. Padilha (1994), destaca que houve uma perspectiva de "ressignificação" histórica da diaconia no qual o continente latino-americano exerceu influência no processo de mudança:

> Até o início da década de 1960, a diaconia destinava-se a responder apenas às consequências da pobreza. No entanto, à medida em que os cristãos na América Latina começaram a desenvolver sua própria metodologia teológica bíblica na década de 1960, o conteúdo profético da práxis diaconal começou a se tornar evidente (PADILHA, 1994, p. 289, tradução nossa[73]).

A partir dessa ponderação, constata-se que os discursos e intercâmbios abordados durante a X Assembleia recontextualizam a própria diaconia ecumênica ao ser afirmada como uma palavra e ação, na qual, a partir da fé, reafirma-se a dignidade humana e a promoção da solidariedade, ganhando, nesses termos, uma interpretação mais abrangente na qual a luta por justiça e paz assume um papel central nas atividades diaconais do Conselho. Indo além, há uma preocupação acerca das práticas diaconais na esfera pública em que "a justiça social confronta o privilégio, a justiça econômica confronta a riqueza, a justiça ecológica confronta o consumo e a justiça política confronta o próprio poder" (CMI, 2014a, p. 283, tradução nossa[74]).

Sob tal premissa, o CMI (2014a) apresenta que a busca por uma "paz justa" se baseia na abrangente ideia bíblica de *shalom*, incorporando uma postura espiritual abrangente que abarca arrependimento, perdão e restauração em relação a toda a criação. Dentre as ações discutidas para promover a paz, destaca-se o comprometimento individual em contribuir para ações não violentas, reduzir as ameaças à vida e à igualdade, e colaborar com outros na resolução de conflitos. À vista disso, observa-se, de acordo com Fairclough (2001), como a utilização de uma palavra unida à outra, neste caso, a "paz", unida à "justiça", pode resultar em uma transição do foco na palavra, que parte para uma conjunção que reúne variados aspectos a serem considerados para uma abordagem no ato prático social.

Diante dessas circunstâncias, há um interesse do CMI em direcionar elementos de práticas diaconais na esfera da palavra para o ato prático social. Considerando os pontos discutidos, de acordo com Fairclough (2001), ao contextualizar as mudanças realizadas no interior da palavra, se encontram os elos de intertextualidade e interdiscursividade que

---

[73] No original: "Until the early 1960s diakonia was meant to respond only to the consequences of poverty. However, as Christians in Latin America began to develop their own biblical theological methodology in the 1960s, the prophetic content of the diaconal praxis started to become evident."

[74] No original: "Social justice confronts privilege, economic justice confronts wealth, ecological justice confronts consumption, and political justice confronts power itself".

resultam em um aspecto transformacional de um termo. Assim, como assinala o CMI, a palavra e o significado de “diaconia” na estrutura institucional:

> Está na própria natureza da Igreja. Exige de indivíduos e igrejas uma entrega que não vem do que possuem, mas do que são. Porém, a diaconia tem constantemente o desafio de desafiar as estruturas da Igreja que estão congeladas, estáticas e centradas em si mesmas, e transformá-las em instrumentos vivos do ministério de compartilhar e curar da Igreja. A diaconia não pode ser confinada dentro do quadro institucional. Deve transcender as estruturas e limites estabelecidos da igreja institucional e tornar-se ação de compartilhar e curar do Espírito Santo por meio da comunidade do povo de Deus no e para o mundo. (CMI, 2022, p. 31, tradução nossa[75])

Com esta abordagem, as iniciativas diaconais para a construção da paz devem adotar uma dimensão espiritual profunda fundamentada nos ensinamentos cristãos e buscar os aspectos espirituais e práticos necessários para assim, edificar ações voltadas à paz, particularmente a ideia de uma paz verdadeira e justa (*shalom*). Tal conceito foi apresentado pelo CMI (2014a) na X Assembleia, como uma questão transformadora na vida cristã, frente às “prioridades seculares” de construção da paz, tais como prevenção de violência, transformação de conflitos, influência nas políticas governamentais, fortalecimento do estado de direito e fomento de culturas de paz.

Considerando o contexto de secularização mencionado no Relatório do CMI, entende-se que, historicamente, o Conselho empreendeu um esforço em se apresentar como uma figura de comunhão (*fellowship*) internacional no âmbito da fé cristã, atravessando as fissuras políticas, originadas pela Segunda Guerra Mundial, ao visar encontrar novas perspectivas frente a força de movimentos seculares em desenvolvimento. Segundo Bouwman (2021), esse delineamento estratégico permitiu ao CMI unir uma congregação politicamente heterogênea, contendo em seus quadros indivíduos oriundos do Leste Europeu. Apesar disto, surgiram conflitos no movimento ecumênico, assim como “em muitos lugares, houve acusações de proselitismo e surgiram conflitos intensos sobre direitos de propriedade entre ortodoxos e católicos orientais” (Visser’t Hooft, 1982, p. 153, tradução nossa[76]).

Após um período de mudanças, Bouwman (2021) cita que o CMI pôde direcionar sua atenção para outras questões como paz e justiça social, ajustando suas posições sobre os

---

[75] No original: “Is of the very nature of the Church. It demands of individuals and churches a giving, which comes not out of what they have, but what they are. But, diakonia constantly has to challenge the frozen, static, self-centered structures of the Church and transform them into living instruments of the sharing, healing ministry of the Church. Diakonia cannot be confined within the institutional framework. It should transcend the established structures and boundaries of the institutional church and become the sharing and healing action of the Holy Spirit through the community of God’s people in and for the world”.

[76] No original: "In many places, there were accusations of proselytism and sharp conflicts arose over property rights between Orthodox and Eastern Catholics”.

direitos humanos de acordo com apelos que partiram do sul global enquanto, concomitantemente, conservadores ecumênicos expressavam crescentes inquietações acerca da secularização, alegando que o CMI negligenciava os perigos associados ao secularismo e ao relativismo. E, entre os diversos debates envolvendo líderes ecumênicos, representantes de igrejas-membro e ativistas durante a assembleia, destacamos as preocupações expressadas sobre a secularização e seus desafios para as igrejas e as relações entre estas em discursos do presidente do CMI da América do Norte, MacDonald, e o bispo da Igreja Ortodoxa Russa, Hilarion.

Sob a perspectiva de Fairclough (1989), a luta ideológica, especialmente a que se desenrola no campo linguístico, é uma das principais preocupações no contexto atual. Nesse sentido, os líderes religiosos expressam um embate ideológico sobre a secularização, não apenas por meio de discursos textuais, mas também através da disputa pelo espaço através do uso da linguagem, embate não somente dentro dos textos e discursos, mas também em relação à própria linguagem, a qual é tanto um campo de batalha quanto um objeto de disputa na luta social. Durante a plenária temática intitulada "Unidade em Cristo: a jornada da comunhão", o Bispo anglicano MacDonald lançou um alerta quanto aos efeitos da secularização, apontando que esse fenômeno fornece uma camuflagem densa para a idolatria.

Como registrado no relatório do CMI (2014a), em seu discurso, o Bispo indicou que, conforme as pessoas buscam libertação de práticas religiosas, correm o risco de tornarem-se cativas de um estilo de vida idolátrico, o que representa um desafio significativo para a unidade da igreja. O Bispo ortodoxo Hilarion, em sua contribuição após esta fala, acrescentou que o "secularismo militante" passa a ter notoriedade nos chamados países desenvolvidos, especialmente na Europa e na América e que, historicamente, o "secularismo militante" remonta ao período da Revolução Francesa, mas somente no século XX, nos países do denominado bloco socialista, a ausência de religiosidade foi elevada ao patamar de ideologia estatal.

> A batalha entre a visão de mundo religiosa e secular está hoje em pleno vigor, não nos auditórios acadêmicos ou nas páginas dos jornais. E o tema do conflito está longe de ser esgotado pela questão da crença ou falta de crença em Deus. Hoje, esse embate entrou em uma nova dimensão e aborda aspectos fundamentais da vida cotidiana da pessoa humana. O secularismo militante não tem como alvo apenas os locais sagrados e símbolos religiosos, exigindo que sejam removidos do domínio público. Uma das principais direções de sua atividade hoje é a destruição direta das noções tradicionais de casamento e família. (CMI, 2014a, p. 66, tradução nossa[77])

[77] No original: "The battle between the religious and secular worldview is today raging not in academic auditoriums or on the pages of newspapers. And the subject of the conflict is far from being exhausted by the

O bispo parte de uma perspectiva dos ensinamentos bíblicos e dos valores morais cristãos tradicionais, na qual, ao reparar que a concepção religiosa do pecado perde adesão e abrangência, inegavelmente, a religião se encontra minada em sociedades que, até um "passado recente", se autoavaliaram como cristãs. O movimento secular, de acordo com o participante da assembleia geral, desponta agora como um ponto fulcral de discussão, desafiando concepções tradicionais sobre ética, família e valores fundamentais. Fairclough (1989) discute a existência de tipos de discurso associados a diferentes posições ideológicas, sugerindo que alguns discursos podem estar em posição de domínio ou oposição a outros. No caso dos discursos dos Bispos MacDonald e Hilarion, percebe-se uma oposição em relação à influência e efeitos da secularização, e assim, há "sobreposições entre os tipos de discurso associados a uma determinada posição ideológica, não apenas entre tipos de situação dentro de uma instituição, mas também entre instituições" (Fairclough, 1989, p. 91, tradução nossa[78]).

Entretanto, no campo do relatório do Comitê da X Assembleia (2014a), que trata sobre a visão geral do trabalho programático abordado nesta sessão plenária, evidencia que há uma necessidade de estender o foco de missões do CMI e suas igrejas-membro às realidades inter-religiosas e as seculares, realizando assim, um chamado para uma incursão mais profunda e abrangente. Logo, a exploração desses territórios se torna crucial para a evolução da compreensão ecumênica sobre a missão das igrejas em um mundo dinâmico. A missão do CMI é reinterpretada em um contexto de crescente secularização pelo secretário-geral, Olav Tveit, no qual há a necessidade de intensificação da voz profética do CMI, ou seja, que proclame as verdades da fé cristã e os desafios éticos contemporâneos, adaptando sua mensagem às sociedades modernas:

> O cenário religioso em constante mudança, no qual em alguns lugares observamos um aumento do secularismo, oferece a oportunidade de se envolver em um trabalho criativo para ser uma igreja missionária em um contexto secular, renovando nosso chamado ao evangelismo e testemunho público. É uma forma de explorar como somos renovados e pelos princípios teológicos pelos quais somos guiados. [...] E estamos prontos para contribuir para a renovação da organização das Nações Unidas, para se tornar uma expressão de "nós, o povo" e não apenas "nós, as nações", conforme formulado na própria Carta das Nações Unidas. Não é por acaso que estamos em Genebra e Nova York. Nosso trabalho pela justiça tem sido e deve continuar sendo focado em como a dignidade concedida por Deus pode ser protegida

question of belief or lack of belief in God. Today this clash has entered a new dimension and touches upon the fundamental aspects of the everyday life of the human person. Militant secularism is aimed not only at religious holy sites and symbols by demanding that they be removed from the public domain. One of the main directions of its activity today is the straightforward destruction of traditional notions of marriage and the family".

[78] No original: "Overlaps between the discourse types associated with a particular ideological position, not only across situation types within an institution, but also across institutions".

> por meio do respeito aos direitos humanos. Continuaremos a atuar no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. (WORLD COUNCIL OF CHURCHES, 2014a, p. 227-228, tradução nossa[79])

A visão descrita como "otimista", defendida por Tveit, enfatiza a necessidade de adaptar a mensagem cristã às sociedades modernas, com o intuito de criar um espaço para um trabalho missionário que reafirme a importância de um testemunho religioso público em meio aos conflitos presentes em sociedades com contextos seculares. A amplitude das perspectivas expostas até então reflete as múltiplas correntes de pensamento dentro do CMI (2014), destacando a complexidade das discussões que trataram sobre a secularização e sua intrínseca relação com a preocupação das igrejas cristãs, integrantes do movimento ecumênico em se manterem neste caminho. Apesar das divergências no âmbito da linguagem e de atos práticos, é evidente o apelo unificador para que o CMI continue sendo uma voz profética, resiliente diante dos desafios previamente mencionados.

Diante das considerações apresentadas por Fairclough (2001), a noção de fragmentação discursiva proporciona uma lente valiosa para compreender os desafios enfrentados pelo CMI em sua interação com contextos seculares e inter-religiosos. O colapso parcial de normas e convenções discursivas em ambientes contemporâneos, que Fairclough (2001) denomina fragmentação, reflete uma maior variação nas práticas discursivas, reduzindo a previsibilidade de eventos discursivos e exigindo negociações constantes. Nas Assembleias do Conselho, isso é evidente na forma como as práticas diaconais e missiológicas são ajustadas para incorporar novas questões culturais, sociais e teológicas. Por exemplo, os debates que antes se limitavam ao âmbito eclesiástico agora se expandem para diálogos inter-religiosos e discussões seculares, aumentando a permeabilidade a discursos externos, como os de direitos humanos, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Essa fragmentação também implica oportunidades para a construção de novas identidades e práticas no campo ecumênico. A abertura a discursos externos possibilita a reinvenção do papel do CMI como uma voz profética em um mundo pluralista e dinâmico. O

---

[79] No original: "The changing religious landscape, where in some places we see an increase of secularism, offers the opportunity to engage in creative work on being a missional church in a secular context, renewing our call to evangelism and public witness. A Faith and Order world conference on renewal in 2017 will be a significant way to mark the 500 years of Reformation, but also to draw the quest for unity and the on-going work on ecclesiology and mission into a study of the life of the member churches. It is a way to explore how we are renewed and by which theological principles. [...] And we are ready to contribute to the renewal of the United Nations organization, to become an expression of "we the people" and not only "we the nations," as the UN Charter itself formulates it. It is not by accident that we are in Geneva and New York. Our work for justice has been and must continue to be focused on how the God-given dignity can be protected through respect for human rights. We will continue to work in the framework of the UN Human Rights Council".

colapso de normas locais, ao mesmo tempo em que enfraquece as estruturas discursivas tradicionais, favorece a emergência de práticas híbridas, onde aspectos da espiritualidade, ética e política convergem. Assim, o processo de fragmentação discursiva que "afeta uma série de instituições e domínios" (Fairclough, 2001, p. 270), também amplia o horizonte de atuação do CMI,

As discussões também abordaram a importância da criação de espaços sagrados comuns para a oração, destacando a necessidade de um respeito mútuo e de um aprendizado compartilhado entre diferentes tradições cristãs, principalmente acerca de textos sagrados que não devem ser utilizados para justificarem atos de injustiça ou de discriminação. Phumzile Mabizela, diretora executiva da "International Network of Religious Leaders Living with or personally affected by HIV and AIDS", deu relevância às práticas de oração enraizadas em diferentes culturas como uma oportunidade de criar formas de orar em conjunto, refletindo a diversidade concedida por Deus e obedecendo ao mandamento de Jesus: "Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei" (João 13:34-35). Dentro deste contexto, o CMI e seus parceiros ecumênicos têm o desafio de continuar priorizando a criação de espaços sagrados para a oração comum, compartilhando a palavra sem o intuito de a deturpar na esfera prática.

A construção de um espaço sagrado não se restringe a uma edificação física, mas envolve a criação de um ambiente espiritual que acolha e respeite a diversidade de expressões religiosas, promovendo o acolhimento e a unidade em Cristo. No Relatório da Assembleia do CMI (2014a), foi registrado que para o Papa Francisco, em sua mensagem para a assembleia, a alma do ecumenismo reside na conversão autêntica, na santidade e na oração. Nisto, tratou como tinha esperança de que a assembleia proporcionasse um novo impulso de vitalidade e visão para a causa da unidade cristã.

Na análise da sessão de "Diálogos Ecumênicos", que colaboraram com a elaboração de afirmações e desafios a serem levados em consideração pelo CMI, compreende-se que há o surgimento de um processo que culmina na linguagem diaconal, apresentada como uma proposta que converge com uma "transformação profética no discurso". Esse termo possui em seu significado, um caminho guiado pelo Evangelho e trilhado para deslocar o que se tem como "marginalizado" para o centro do discurso. A relevância da inserção do texto (ou o discurso) em um período histórico, que olha novamente para textos do passado para realizar mudanças e criar novos textos se faz necessária no decorrer da conferência.

A historicidade dos textos permite que os discursos desempenhem um papel essencial na sociedade contemporânea, especialmente no processo de compreensão da transformação social e cultural. Quando os produtores e intérpretes de discurso mesclam e criam diferentes convenções, eventos discursivos passam a promover alterações estruturais nas formas estabelecidas de comunicação. Esse processo de transformação envolve a desconstrução das ordens discursivas anteriores e a construção de novas formas de discurso, que podem, por sua vez, gerar novas hegemonias. Assim como Fairclough (2001) atesta, tais mudanças estruturais podem afetar a ordem de discurso de uma instituição, que pode transcendê-la e afetar a ordem de discurso social.

Considerando que, segundo Fairclough (1989), é preciso compreender a gramática, a coesão-ligação entre as orações em um texto, aponta-se que, em um discurso intitulado “Paz e Reconciliação” a metáfora de uma jornada é utilizada como um componente da paz em que o sujeito se move para uma outra perspectiva, a partir de uma sensação de “metanoia”. Aqui, “a metáfora é um meio de representar um aspecto da experiência em termos de outro, e não está de forma alguma restrita ao tipo de discurso que tende a ser estereotipadamente associado à poesia e ao discurso literário” (Fairclough, 1989, p. 119, tradução nossa). Por essa razão, a metáfora da “jornada” no discurso do CMI reflete que “o discurso e a metáfora são articulados com um apelo à mobilização no sentido literal” (Fairclough, 2001, p. 166). Fairclough (2001), ao destacar as contribuições de Mikhail Bakhtin para analisar estes aspectos intertextuais que possuem elementos diversos e complexos que carregam consigo as metáforas para incentivar ações práticas, entende que “um estudo das cadeias intertextuais reais, é uma forma de se ler uma compreensão dessa dimensão” (Fairclough, 2001, p. 167).

Com o propósito de difundir a “jornada” (metáfora apresentada como um componente da paz) da comunhão cristã pela justiça e paz, os participantes da X Assembleia do CMI, realizaram discussões para contribuir com a definição de ações programáticas do órgão em anos posteriores. A Assembleia Geral, em seus últimos momentos, apresentou uma convocação ao engajamento ecumênico internacional prático pela paz e justiça: uma peregrinação sob o tema Peregrinação de Justiça e Paz. No processo da peregrinação por parte do CMI, sublinha-se que, parte dessa jornada possuem Visitas Peregrinas para expressar solidariedade às igrejas e pessoas que vivem em contextos de violência, injustiça e opressão, fortalecendo a rede ecumênica entre as igrejas, conselhos nacionais de igrejas e organizações relacionadas.

Assim, conforme Fairclough (2001), a palavra retratada no âmbito discursivo constrói uma função identitária daquele que a enuncia e daquele que a escuta, produzindo uma função ideacional do que é propagado. De acordo com Rooyen (2022), por meio de um caminho de participação na missão de Deus, as "Visitas Peregrinas em Equipe" visam uma transformação mútua das pessoas – visitantes e anfitriões – caminhando juntas na Peregrinação de Justiça e Paz.

2.4. Síntese da ACD: As funções do CMI

No relatório do CMI (2014a), o vocabulário reflete um compromisso com a justiça e a paz, enquanto a gramática e a coesão auxiliam na tentativa da construção de um discurso unificado e coerente. A estrutura textual, com seus capítulos e subdivisões, organiza as informações de maneira lógica, facilitando a compreensão das questões debatidas e dos planos futuros. O documento analisado é extenso e as cadeias intertextuais apresentadas pelo CMI também permitem que o órgão construa uma narrativa contínua de sua missão e objetivos por meio do documento analisado. A intertextualidade e a historicidade do texto se tornam mais perceptíveis ao longo do relatório em citações de discursos e mensagens de diferentes participantes.

O processo de produção do discurso do Conselho envolve condições sociais que estão associadas a níveis de organizações que os moldam, sendo estes: "o nível da situação social, ou o ambiente social imediato em que o discurso ocorre; o nível da instituição social que constitui uma matriz mais ampla para o discurso; e o nível da sociedade como um todo" (Fairclough, 1989, p. 25, tradução nossa[80]). No prefácio do relatório, a breve oração "Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz" reflete uma prática discursiva que liga o evento às tradições religiosas e teológicas, ao mesmo tempo que promove um apelo universal por justiça e paz, incorporando ao discurso teológico, preocupações da esfera secular.

A partir das funções identitárias, relacionais e ideacionais definidas por Fairclough (2001) como três funções de identidade na linguagem, no contexto do relatório do CMI, há espaço para compreender o que há no âmbito profundo da linguagem. No panorama da prática discursiva, para Fairclough, o discurso desempenha um papel na formação do que pode ser chamado de identidade social em posições assumidas pelos indivíduos enquanto sujeitos

[80] No original: "the level of the social situation, or the immediate social environment in which the discourse occurs; the level of the social institution which constitutes a wider matrix for the discourse; and the level of the society as a whole".

sociais, influenciando também os diferentes tipos de “eu” do discurso. E essas funções se manifestam no X Relatório, de maneira breve, da seguinte forma:

- Função identitária: A linguagem usada no relatório ajuda a estabelecer e reforçar uma identidade social e religiosa homogênea. A histórica frase do CMI que expressa “Pretendemos avançar juntos”, reflete a existência de uma identidade coletiva do organismo. Ao decorrer da X Assembleia, o CMI transmite a identidade de um corpo ecumênico comprometido com a justiça e a paz internacional, estabelecendo novamente uma imagem de unidade, cooperação e ação conjunta, embora existam conflitos na palavra. De maneira detalhada, a construção de identidades coletivas por meio da unificação discursiva é uma forma de fortalecer a coesão dentro do grupo dominante ao mesmo tempo que promove a fragmentação de potenciais opositores. Seguindo os aspectos da ACD propostas por Batista Junior, Sato e Melo (2018), a representação de valores, crenças ou objetivos como compartilhados por todos os participantes pode reforçar a ideia de uma comunidade homogênea, enquanto discursos divergentes são minimizados ou excluídos. Dessa forma, o discurso contribui para estabilizar relações de poder, ocultando a natureza dinâmica e contestável das práticas sociais e, consequentemente, perpetuando relações de dominação.

- Função relacional: O relatório negocia relações discursivas e sociais entre diferentes participantes e tradições religiosas. Além das sessões de diálogos ecumênicos entre igrejas-membro e parceiros do CMI, que a todo tempo, foram mediadas, saudações e mensagens de líderes religiosos e organizações globais auxiliaram a estabelecer e fortalecer relações inter-religiosas e interinstitucionais, promovendo a cooperação e o diálogo. Também é possível adicionar que este aspecto está representado na história do CMI, ao passo que tiveram tensões entre àqueles de um campo voltado para uma abertura às mudanças do campo secular e os que se mantinham voltados para os tópicos que deveriam ser “conservados” no diálogo do ecumenismo, tendo como exemplo, discussões sobre as doutrinas cristãs.

- Função ideacional: O conteúdo do relatório dá significado ao mundo, descrevendo processos e promovendo os valores do CMI. As reflexões teológicas e declarações de paz, como a de Mella no Relatório da X Assembleia (2014a), destacam a paz, a justiça, o serviço, a dignidade humana e a integridade da criação, moldando uma visão cristã do mundo baseada nesses princípios, que remetem à origem do CMI e o seu esforço, para apoiar objetivos universais. E neste sentido, também se expressam disputas relacionadas a: 1) conceitos empregados por membros do CMI; 2) hegemonia em atos práticos-discursivos e na missão do

CMI, em que a discussão sobre os direitos humanos, por exemplo, reflete disputas ideológicas mais amplas.

Através da ACD, orientada por Fairclough (1989) e (2001), é evidente que o CMI é espaço de um campo de batalha ideológico onde diferentes igrejas disputam poder e influência utilizando estratégias discursivas. As lutas históricas e ideológicas dentro do CMI não são apenas sobre tradições e doutrinas cristãs, mas também sobre como a linguagem e os textos são utilizados para: 1) afirmar controle em mudanças na estrutura e política do órgão; 2) visar ter mais espaço frente a outras igrejas (principalmente se a igreja concordar com os valores estabelecidos pelo CMI); 3) por parte de alguns, resistir aos fenômenos da contemporaneidade e a diferentes visões de mundo.

A ACD de Fairclough (1989; 2001), mostra-se essencial para entender os debates da Assembleia. No evento, o discurso atua dialeticamente: ao mesmo tempo em que reproduz estruturas sociais existentes – como identidades religiosas e relações de poder entre igrejas – também introduz inovações discursivas capazes de transformar essas mesmas estruturas. Na Assembleia de Uppsala (1968), o esforço em articular justiça e paz internacional pela diaconia ilustra essa dinâmica. O conceito de paz como algo dinâmico e a rejeição explícita ao racismo evidenciam uma tentativa de criar novas formas de convivência e justiça global. Tais declarações reafirmam a identidade do CMI e desafiam estruturas que sustentam discriminações.

Nesse sentido, a prática discursiva analisada no contexto do CMI vai além de um reflexo das condições sociais de sua época, desempenhando um papel constitutivo na promoção de mudanças sociais. A análise dialética que sugere que “a nova ordem de discurso global é caracterizada, desse modo, por tensões generalizadas entre práticas internacionais importadas e tradições locais” (Fairclough, 2001, p. 26), analisa que o CMI se adapta às tensões internacionais, como a luta pelos direitos humanos, e negocia tradições locais e religiosas para criar um campo “discursivo global”. Dessa forma, o discurso torna-se uma arena onde disputas por hegemonia, identidade e ação são travadas, evidenciando que a prática discursiva é simultaneamente um reflexo e uma ferramenta de transformação da sociedade.

O conteúdo apresentado reflete aspectos relevantes da ACD, conforme as contribuições de Batista Junior, Sato e Melo (2018) sobre estratégias de legitimação no discurso. Observa-se que, no CMI, há evidências da estratégia de universalização de

interesses específicos. Isso ocorre, por exemplo, quando objetivos e propostas do evento são apresentados como alinhados a um bem maior ou ao interesse geral da sociedade, sem explicitar as possíveis disputas ideológicas subjacentes. Assim, as relações de dominação também podem ser dissimuladas, conferindo legitimidade a certos grupos ou ideias hegemônicas enquanto marginalizam visões alternativas. Esse processo de "naturalização" das práticas discursivas é um mecanismo central para sustentar hegemonias, uma vez que interesses específicos se apresentam como inevitáveis, condicionando os participantes e o público a aceitar esses elementos sem questionamento.

Por fim, a partir da perspectiva de mudanças de posição, no interior das palavras: paz, justiça e diaconia, também ilustra-se a teoria de Fairclough (2001) de que os discursos podem ser apropriados e transformados para servir diferentes planos e agendas ideológicas. Indo além, estas modificações também representam uma estratégia discursiva para que o falante (representantes de igrejas-membro e de instituições parceiras) afirme seus valores no campo ideológico, organizacional e social (CMI). Por essas razões, compreender as lutas de poder no CMI requer uma análise que abarque estas práticas linguísticas que moldam e refletem disputas contínuas no espaço público.

3. O CMI NA OIKOUMENE: IMPACTOS E LIMITAÇÕES

A reflexão sobre os desdobramentos das atuações do CMI após a X Assembleia Geral requer uma abordagem que considere tanto as iniciativas práticas empreendidas pela organização quanto às críticas direcionadas à sua identidade e ao alcance de suas ações no cenário global. Este capítulo busca explorar as contribuições da Peregrinação de Justiça e Paz, iniciada em 2013, como uma resposta aos desafios contemporâneos, bem como analisar as tensões e limitações enfrentadas pelo CMI no cumprimento de seu papel de "voz profética".

Em um primeiro momento, são apresentados os resultados e impactos da Peregrinação de Justiça e Paz, com ênfase nas ações práticas realizadas em diversas regiões do mundo e nas iniciativas que envolveram cooperação inter-religiosa, apoio humanitário e advocacy. Por meio do Relatório "Peregrinos no Caminho da Paz" (2022), elaborado pelo Comitê Central do CMI, examina-se como os objetivos estratégicos da Peregrinação foram implementados em contextos diversos, abordando temas como justiça de gênero, racismo, deslocamento e construção de paz. Ademais, destaca-se o surgimento de uma "Teologia do Companheirismo" no CMI, que busca responder às questões atuais por meio de uma abordagem relacional e cuidadosa, fundamentada na solidariedade. Posteriormente, são analisadas as críticas ao CMI, destacando-se as questões relacionadas à sua identidade institucional, à coerência de suas ações e à efetividade de suas intervenções no campo internacional. Baseando-se em perspectivas como as de Hebly (1985) e Bradshaw (1954), discute-se como o Conselho enfrenta tensões internas e desafios externos que impactam sua capacidade de representar um movimento ecumênico unificado. Ademais, é problematizada a relação entre o discurso e a prática do CMI, considerando o uso da linguagem como ferramenta para manter sua relevância e influência.

A justificativa para este recorte temático encontra-se na necessidade de compreender os limites e as contradições que permeiam as ações e a identidade do Conselho. Como evidenciado por Fairclough (2001), os discursos podem ser apropriados e transformados para atender a diferentes agendas ideológicas, o que torna indispensável investigar como o CMI encontra a "unidade" em um mundo secular marcado por desigualdades e conflitos. Assim, os relatórios oficiais do CMI, obras acadêmicas, depoimentos de membros e críticos do movimento ecumênico, oferecem um suporte valioso para a análise.

A revisão e análise do material enfatiza as conquistas e dificuldades enfrentadas pelo CMI, permitindo uma avaliação crítica de sua relevância e seu espaço no contexto

contemporâneo. Com isso, o presente capítulo pretende compreender a capacidade do CMI de se adaptar às demandas globais e questiona se a "fórmula" proposta pelo CMI realmente responde às questões do movimento ecumênico, ao articular as dimensões práticas e críticas de sua atuação. Busca-se, assim, oferecer uma perspectiva sobre os desafios das propostas da instituição.

3.1. Análise de registros Pós-Assembleia

A apresentação dos resultados e impactos da Peregrinação de Justiça e Paz, em uma dimensão prática, parte do Relatório do CMI intitulado "Peregrinos no Caminho da Paz: A viagem do CMI de Busan a Karlsruhe[81]" (2022). Este documento, apresentado pelo Comitê Central à XI Assembleia do Conselho, constitui um balanço das atividades realizadas entre a X Assembleia, realizada em Busan, República da Coreia, no final de 2013, e os preparativos para a Assembleia de 2022, em Karlsruhe. Disponível em inglês, espanhol, francês e alemão, o relatório se estrutura como um instrumento destinado a orientar os delegados na compreensão das iniciativas empreendidas pelo Conselho nesse período. Além de expor as ações realizadas, o documento reflete a visão ecumênica subjacente às atividades do CMI, articulando seu engajamento com as igrejas-membro e parceiros em um amplo espectro de iniciativas.

O Comitê Central, ao avaliar o trabalho do CMI no âmbito da peregrinação, desde 2013 adotou-se uma abordagem que prioriza uma análise fundamentada nos cinco objetivos estratégicos declarados no tema orientador da Peregrinação, formulado logo após a X Assembleia. Os objetivos delineados incluíram: 1) Fortalecendo a comunhão; 2) Testemunho público e diaconia; 3) Espiritualidade, formação e oração; 4) Construção de confiança e entendimento; 5) Comunicação inspiradora e inovadora[82]. No que se refere ao foco regional da Peregrinação, cada ano foi direcionado a uma região específica que se tornou o centro das atividades do Conselho e das Visitas de Equipes de Peregrinação, realizadas tanto presencialmente quanto de forma virtual. As regiões destacadas foram: Israel/Palestina e o Oriente Médio (2016), Nigéria e outros países africanos (2017), Colômbia e demais territórios da América Latina e Caribe (2018), Tailândia e outros contextos asiáticos (2019), Fiji e demais ilhas do Pacífico (2020), e América do Norte (2021). Essas visitas revelaram que

[81] O título original do documento é "Pilgrims on the Path of Peace: The Journey of the WCC from Busan to Karlsruhe".
[82] No original: "1) Strengthening the fellowship; 2) Public witness and diakonia; 3) Spirituality, formation, and prayer; 4) Building trust and understanding; 5) Inspiring and innovative communication".

“quatro temas centrais emergiram, cada um abordado de maneiras diferentes pelas diversas comunidades anfitriãs: verdade e trauma, terra e deslocamento, justiça de gênero e racismo” (CMI, 2022, p. 26, tradução nossa[83]).

O Relatório da peregrinação (2022) também registra como as igrejas-membro intensificaram sua participação na execução de planos do CMI. Por exemplo, por meio do envolvimento de igrejas e ONGs, em 2014, o Conselho ofereceu suporte para o desenvolvimento do Tratado sobre o Comércio de Armas da ONU. Além de que, em colaboração com as igrejas coreanas e o Conselho Nacional das Igrejas da Coreia, o CMI também formalizou um pedido de fim da Guerra da Coreia, como resultado de um trabalho contínuo nas questões de paz na Península Coreana. Isto resultou em uma peregrinação juvenil, além de uma visita ecumênica a Pyongyang, capital da Coreia do Norte, em 2018, que incluiu o secretário-geral do CMI.

Em 2020, durante a pandemia de COVID-19, os peregrinos, por meio de consultas online com os escritórios do CMI em Genebra e Nova Iorque, compartilharam suas aflições, evidenciando que, em todas as regiões, a pandemia intensificou os problemas humanitários. Para enfrentar essa situação, o CMI e suas igrejas-membro procuraram apoiar organizações como a Organização Mundial da Saúde e a UNICEF, com o objetivo de promover “os benefícios da vacinação, combater a desinformação e fortalecer a confiança nos programas de vacinação” (CMI, 2022, p. 23). Assim, a peregrinação, convidou cristãos, igrejas e indivíduos a se preocuparem igualmente com o processo de construção da paz (*peacebuilding*), envolvendo países como a República Democrática do Congo, Israel e Palestina, Iraque, Península Coreana, Síria e Ucrânia, para capacitar a reflexão da realidade de sofrimento.

Em termos gerais, o Relatório (2022) registra que a Peregrinação em sua totalidade foi relevante por também ceder espaço para estudos ecumênicos, incluindo a estrutura de Paz Justa; os documentos de Comissões do CMI e um estudo sobre diaconia, que procurou, por meio de uma linguagem teológica de serviço, demonstrar apoio às iniciativas de ONGs. Já para as igrejas, o movimento valorizou preocupações de povos em meio ao sofrimento, incentivou a colaboração e fortaleceu o trabalho diaconal. Para o CMI, o conceito de peregrinação ofereceu como seu principal contributo uma fé que resiste ao desgaste das circunstâncias. No que tange ao agir dos peregrinos, é registrado que suas ações se configuram como expressões tangíveis desse processo:

[83] “four central themes emerged, each raised in different ways by the various hosting communities: truth and trauma, land and displacement, gender justice, and racism”.

> Em Seul, República da Coreia, milhares de cristãos se reúnem para oração e marcham em uma procissão de velas em prol da paz e da reunificação na península conturbada. Em Bangladesh, uma equipe de delegados de igrejas cristãs ao redor do mundo visita refugiados rohingyas vindos de Myanmar. Em Jerusalém, cristãos se unem em oração pela paz em uma abadía centenária no coração da Cidade Velha. Em Washington, D.C., manifestantes exigem justiça racial e políticas públicas para reparar séculos de discriminação. Em Roma, cristãos da Comunidade de Santo Egídio se reúnem com refugiados do Oriente Médio para celebrar festas e o novo corredor humanitário pelo qual eles podem imaginar novas vidas em um novo lar. Em Paris, jovens peregrinos de todos os continentes se encontram para exigir que os países se comprometam a conter as mudanças climáticas. Esse engajamento dinâmico deve muito ao movimento ecumênico mundial, que há mais de um século busca unir os cristãos, superando suas divisões e diferenças, além das fronteiras confessionais e geográficas, com o intuito de renovar, reformar e revitalizar suas igrejas, promovendo uma autêntica vivência do discipulado em prol do Reino de Deus na terra. (CMI, 2022, p. 9, tradução nossa[84])

Ao proceder com essas coordenadas, três movimentos foram delineados como representações da Peregrinação: *via positiva*, *via negativa* e *via transformativa*. Esses aspectos, conforme Enns (2022), seguem três campos de uma jornada espiritual formuladas pelo CMI, seguindo os conceitos de Dorothee Sölle. No relatório da Peregrinação, esses pontos são interligados, ou seja, se entrelaçam de forma dinâmica. A *via positiva*, chamada "Celebrando os Dons", envolve o reconhecimento coletivo dos participantes da Peregrinação do valor da vida, da diversidade reconciliada e da interconexão com a criação. Os participantes compartilham uma percepção comum de pertencimento e participação em ações voltadas para a justiça e a paz. A *via negativa*, por sua vez, refere-se ao movimento de "Visitando as Feridas", que leva os participantes a se depararem diretamente com cenários marcados por violência e desigualdade. Nessas situações, surge uma reflexão crítica sobre as condições humanas e sociais, proporcionando um entendimento mais profundo das consequências do sofrimento. Esse processo favorece a autocrítica e a disposição para a mudança. Por fim, a *via transformativa*, denominada "Transformando as Injustiças", enfatiza a necessidade de traduzir as reflexões dos peregrinos em ações concretas que enfrentem as desigualdades e promovam mudanças efetivas, junto a um engajamento em iniciativas que favoreçam a justiça social e a reconciliação.

---

[84] No original: "In Seoul, Republic of Korea, thousands of Christians gather for prayer and march in a candlelight procession for peace and reunification on the troubled peninsula. In Bangladesh, a team of delegates from Christian churches around the world visits Rohingya refugees from neighbouring Myanmar. In Jerusalem, Christians join in prayer for peace at a centuries-old abbey in the heart of the Old City. In Washington, D.C., protestors demand racial justice and policy initiatives to repair centuries of discrimination. In Rome, Christians from the Sant'Egidio community gather with refugees from the Middle East to celebrate holidays and the new humanitarian corridor through which they might envision new lives in a new home. In Paris, pilgrim youth from all continents meet to demand that nations commit to arresting climate change. This dynamic engagement owes much to the century long, worldwide ecumenical movement to bring Christians together—to overcome their divisions and differences, beyond their confessional boundaries and geographic borders—to renew, reform, and re-energize their churches and to nurture authentic discipleship for the sake of the kingdom of God on earth".

Segundo Fairclough (2001), o ato de traduzir a linguagem para um âmbito mais amplo da esfera pública representa uma transformação linguística que "parte da rearticulação da relação entre o domínio público dos eventos políticos econômicos, religiosos e agentes sociais, e o domínio privado, o domínio do mundo da vida cotidiana" (Fairclough, 2001, p. 144). Assim, durante a execução de tais empreendimentos, os grupos responsáveis pela reflexão teológica e pela orientação da peregrinação, após uma escuta cuidadosa dos relatos dos peregrinos, contribuíram para o desenvolvimento de uma "Teologia Ecumênica de Companheirismo[85]". Essa transformação, embora aparente "acolhimento", frequentemente, envolve o que Fairclough (2001) define como uma substituição de mecanismos explícitos de poder por formas mais sutis de controle discursivo.

Enns (2022) afirma que, para o movimento ecumênico, foi imperativo ultrapassar a prática de "defesa" de pautas, de "uma verdade absoluta" e o mero acompanhamento de ações, frequentemente entendida como unilateral e, em alguns casos, paternalista. Adotando, em seu lugar, uma concepção relacional que, inspirada na metáfora da peregrinação, pode ser denominada companheirismo. Com os integrantes do CMI e de suas igrejas-membro como *companieros* (do latim tardio *companio*) esta proposta visa deslocar o foco da imposição de uma "coerência" sistemática, definida pelo Conselho como típica do pensamento teológico ocidental, para uma valorização das narrativas do movimento ecumênico pela paz, o qual gradualmente se conscientiza da necessidade de passar por um processo de "descolonização interna".

> Em termos de uma emergente teologia de companheirismo, tais descobertas na Peregrinação de Justiça e Paz evidenciam a importância de criar espaços seguros onde feridas dolorosas possam ser tocadas com delicadeza e, com outros, lamentadas. E, por vezes, a confiança daqueles que estão traumatizados será mais depositada nos *companiero/as* do que em Deus. Para alguns, a realidade de uma experiência de Sexta-feira Santa será forte demais; eles poderão hesitar em confiar na ressurreição libertadora de Cristo, a "verdade". Permanecem, por assim dizer, na incerteza do Sábado Santo. Nesse momento, serão os *companiero/as* que terão que carregar a esperança para aqueles que estão "desanimados" e "quebrantados de espírito" (Salmo 34:18). É então que cabe aos *companieros/as* personificar a história de Jesus, reimaginando essa "verdade' (ver Mateus 25). Dessa maneira, uma comunidade de *com-pan-ieros/as* pode se mostrar suficientemente forte para suportar a fragmentação dos corpos e abraçar o trauma infligido. Novas narrativas de cura podem ser, assim, desenvolvidas, revigorando a identidade e permitindo que o pertencimento seja reconstruído. Nesse processo, há sempre o trabalho de uma comunidade de fé em lembrar, crer e testemunhar a presença de Deus, que lembra e, por meio do poder do Espírito curador de Deus, avança para uma narrativa renovada e compartilhada. (Enns, 2022, p. 273, grifos do autor, tradução nossa[86])

[85] Originalmente em inglês, o termo apresentado no relatório da Peregrinação do CMI (p, 28, 2022) é "Ecumenical Theology of Companionship".

[86] No original: "In terms of an emerging theology of companionship, such discoveries on the Pilgrimage of Justice and Peace demonstrate the importance of creating safe spaces where painful wounds can be touched

Caracterizada por uma relação horizontal que reconhece as feridas e prioriza a busca coletiva por cura e restauração, a Teologia de Companheirismo apresenta uma abordagem centrada na experiência concreta de sofrimento e transformação dentro de uma dinâmica comunitária[87]. A ênfase recai sobre a forma como a comunidade responde ao sofrimento e à injustiça, demonstrando uma vivência cristã orientada pela ação solidária e pela construção de justiça. A mudança de linguagem do CMI em direção a uma "Teologia de Companheirismo" sinaliza uma transformação no *ethos* da organização e da palavra.

Conforme Fairclough (2001), o *ethos* de um discurso é constituído intertextualmente, moldando identidades sociais e subjetividades dos participantes a partir dos discursos que são apropriados. No caso do CMI, o deslocamento da linguagem de "defesa unilateral" para uma postura relacional e comunitária reflete a incorporação de elementos discursivos de práticas narrativas oriundas de experiências em contextos de sofrimento. Essa transição revela uma tentativa de reconfigurar a identidade social do Conselho, de uma organização formal e, por vezes, paternalista, para uma comunidade de fé que compartilha o fardo do sofrimento e da esperança. A "projeção de ligações intertextuais" (Fairclough, 2001, p. 208), é evidente aqui: o CMI se esforça para alinhar sua linguagem a discursos mais inclusivos e relacionais, buscando legitimar sua posição como um agente transformador no contexto global.

Essa remodelação do *ethos* do CMI também traz implicações para a dinâmica de poder que a linguagem carrega. Seguindo a ACD de Fairclough (2001) sugere-se que, a adoção da peregrinação e da terminologia de companheirismo é, por um lado, um movimento para descentralizar o papel do Conselho, enfatizando a participação coletiva e horizontal. Assim, também representa uma forma de controle simbólico, onde o CMI mantém sua autoridade discursiva ao guiar o significado das narrativas e práticas ecumênicas. Esse "equilíbrio" reflete o caráter dialético da mudança de *ethos*: enquanto promove a inclusão e a

---

gently and, with others, grieved over. And sometimes the trust of those who are traumatized will be placed more in the *companiero/as* than in God. For some, the reality of a Good Friday experience will be too strong; they may be reluctant to trust the liberating resurrection of Christ, the "truth." They remain, so to speak, in the uncertainty of Holy Saturday. Then it will be the *companiero/as* who have to carry hope for those who are "brokenhearted" and "crushed in spirit" (Ps. 34:18). It is then up to the *companiero/as* to embody the Jesus story by re-envisioning this "truth" (seeMatt. 25). In this way, a community of *com-pan-iero/as* may prove strong enough to hold the brokenness of the bodies and embrace the trauma that has been inflicted. New narratives that heal can thereby be developed that reinvigorate identity and allow belonging-ness to develop again. In this process, there is always a faith community's work of remembering, believing, and witnessing to the presence of God, who remembers, and,through the power of God's healing Spirit, moving to a renewed, shared narrative".

[87] Com o intuito de acolher pessoas em meio ao sofrimento, o CMI (2022, p. 42) também explica que a criação de um estudo sobre a temática de sexualidade e gênero, em um sentido teórico, pode ajudar as igrejas-membro a se tornarem espaços seguros, com o objetivo de orientar os membros no trato dessa temática em suas comunidades.

valorização das vozes locais, o CMI simultaneamente reforça seu papel como guardião das narrativas de justiça e paz, reconfigurando sua identidade institucional.

Nesse sentido, Fernando Enns, co-moderador do Grupo de Referência para a Peregrinação, em um relato documentado em vídeo[88], destacou que essa abordagem promove a presença da igreja em espaços anteriormente negligenciados, visando atuar conjuntamente em questões de justiça e paz (como pontos centrais do Evangelho) em um mundo permeado por conflitos. Esse registro foi publicado pelo CMI em 2015, como parte de uma série de 51 vídeos sobre a Peregrinação, disponíveis em uma lista de reprodução (*playlist*) na plataforma *YouTube*[89].

No primeiro vídeo da lista, publicado pelo CMI (2014c) intitulado "Peregrinação de Justiça e Paz do CMI"[90], é registrado um momento singular em que membros do Comitê Central se afastaram das formalidades institucionais e adotaram um gesto simbólico de unidade: uma caminhada de três horas entre a Abadia de Bonmont — mosteiro localizado na comuna de Chéserex, na Suíça — e o Instituto Ecumênico em Bossey — fundado em 1946, vinculado ao CMI e à Universidade de Genebra. Essa experiência representou o início de uma jornada comunitária de introspecção e compartilhamento, pois a convivência, por meio da oração e dos momentos de reunião, inaugurou um tempo de ponderação sobre o tema da peregrinação.

Acerca do simbolismo desse movimento, a representante da Igreja Metodista do Brasil, Magali Cunha, menciona no vídeo "A peregrinação como nossa vocação" (2015b)[91], que, na teologia latino-americana, existe um campo de elaboração constante sobre a figura do cristão como peregrino. Para Cunha, essa imagem não apenas captura o espírito de movimento e procura, mas também reflete a realidade histórica e cultural de um continente marcado por desigualdades e diversidades. A metáfora do peregrino resgata a noção de uma vocação cristã que é, ao mesmo tempo, espiritual e engajada, enraizada nas lutas cotidianas dos povos da região. Enquanto a peregrinação se configura como um momento de unidade e

---

[88] O vídeo do relato "Fernando Enns: A Pilgrimage of Justice and Peace", está disponível em: https://youtu.be/hlRJzSoFUyw?si=xKrf9ohRprS4WQ8M. Acesso em: 17 jan. 2025.

[89] A lista de reprodução dos vídeos gravados para compilar atuações realizadas durante a peregrinação está disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLI22eVXX9FYkNkyg6y-tXpWY6e0KmwkJD. Acesso em: 17 jan. 2025.

[90] Título original: "WCC Pilgrimage of Justice and Peace". Disponível em: https://youtu.be/EmBH9TAkioc?si=Cy0f1zTDwukZZfsr. Acesso em: 17 jan. 2025.

[91] Título original: "Magali Cunha: Pilgrimage as our vocation". Disponível em: https://youtu.be/rtrvmaD7v1g?si=y8_trjY_oAwOJeE-. Acesso em: 17 jan. 2025.

reflexão comunitária, ela também evoca a necessidade de uma postura crítica diante das realidades sociais, como as que surgiram no cenário político brasileiro em 2014.

Na perspectiva latino-americana da peregrinação, conforme apresentado na publicação regional do CMI (2020b), “Vamos Caminando”, que reúne reflexões geradas durante a Peregrinação de Justiça e Paz, Thomas Kang, pesquisador e membro do Comitê Central do CMI, na qualidade de representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, abordou assuntos incluídos em debates públicos no ano de 2014, sobre a violência política e a democracia brasileira. O pesquisador afirmou que o movimento ecumênico deveria posicionar-se de maneira crítica sobre a realidade política do país. Sua exposição refletiu a opinião de que as igrejas “devem trabalhar em favor da tolerância, valor fundamental para a democracia e para o ecumenismo, tendo como objetivo a pacificação” (CMI, 2020b, p. 11). À luz desses elementos e das questões que emergem a partir deles, Kang descreve que apesar das ditaduras não terem resolvido os problemas de corrupção e de terem cometido erros econômicos graves, houve, em 2014, um ressurgimento de discursos propondo a volta desse regime como uma solução para os desafios contemporâneos. As igrejas, portanto, deveriam se posicionar ao lado daqueles que viviam à margem das disputas de poder, em busca de uma convivência pacífica. Assim, era fundamental que as igrejas se envolvessem ativamente nos diálogos que promoviam a justiça e a reconciliação.

> Em resumo, é preciso defender mudanças institucionais para fortalecer a democracia e proporcionar mais voz às pessoas; trabalhar por valores de tolerância e convivência; Essa é a melhor maneira de ajudar as pessoas desfavorecidas, sem colocar em risco a ainda frágil e jovem democracia que temos. A vida em abundância só estará mais próxima por meio da busca por paz e justiça (CMI, 2020b, p. 11).

Assim como as reflexões de Kang sobre o cenário político brasileiro visavam encontrar soluções para a paz e a justiça, o CMI, em sua atuação internacional no contexto da peregrinação, também se empenhou em superar divisões e buscar uma reunificação pacífica. No caso da Península Coreana, conforme ilustrado no vídeo “Buscando a Paz: o Conselho Mundial de Igrejas e a Península Coreana”, publicado pelo CMI (2014b), a organização abordou o impacto da separação da Península Coreana e do conflito armado que nela ocorreu, especialmente no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o CMI se deparou com a nova realidade das divisões geopolíticas, sendo a Coreia um símbolo particularmente doloroso desse processo. Motivada pelo compromisso de restaurar a paz, a organização viu esse desafio como um foco central, o que culminou na X Assembleia Geral, ocasião em que os participantes foram convidados a refletir sobre as

consequências humanas e espirituais da divisão coreana, renovando os esforços por um futuro de paz e unidade na região.

Tratando-se da vontade de estimular a construção da paz, em um gesto que evocava tanto o luto quanto a esperança, um grupo de líderes religiosos empreendeu uma jornada até Hiroshima e Nagasaki, marcando os setenta anos das explosões que transformaram essas cidades em símbolos de devastação nuclear. A peregrinação reuniu representantes de nações diretamente associadas às armas nucleares, seja por sua posse, seja pela dependência estratégica do poderio militar estadunidense. Entre os participantes, destacava-se Mary Ann Swenson, bispa da Igreja Metodista Unida dos Estados Unidos, cujo depoimento, documentado no vídeo "A Peregrinação do CMI de Hiroshima e Nagasaki: Bispa Mary Ann Swenson[92]" (2015c), transmitiu o que ocorreu durante essa experiência e os sentimentos evocados. Enquanto os cânticos de um coral clamavam pela paz em Nagasaki, Swenson relembrou o impacto de revisitar um lugar marcado pela dor, presente nos relatos de sobreviventes da tragédia nuclear; de coreanos submetidos a trabalhos forçados no Japão e de prisioneiros de guerra e cidadãos de outras nações que sucumbiram à explosão. Para a bispa, a presença dessas vozes conferiu à caminhada um peso ético, transformando-a em um chamado à memória coletiva e cumpriu o propósito de convocar à reconstrução de um futuro que reconheça os vestígios de destruição na história e escolha, de forma inequívoca, a vida como fundamento de uma paz duradoura.

Em outro registro, documentado pelo CMI (2016b)[93] durante a visita de acompanhamento à justiça racial nos Estados Unidos em janeiro de 2016, Swenson ressaltou a necessidade de as igrejas persistirem na abordagem das questões relacionadas à injustiça racial, conclamando-as a erguer suas vozes em favor da equidade e da justiça. Posteriormente, segundo o CMI (2016b), a equipe ecumênica foi recebida no Departamento de Estado dos EUA, onde manteve diálogo com representantes de destaque, incluindo o embaixador-geral para a liberdade religiosa internacional, David N. Saperstein; o Dr. Shaun Casey, representante especial para religião e assuntos globais; e M. Arsalan Suleman, então enviado especial interino à Organização para a Cooperação Islâmica. Na ocasião, Suleman liderou uma análise crítica da Declaração de Marrakesh, um documento que aborda a proteção dos

[92] Título original: WCC Pilgrimage to Hiroshima and Nagasaki: Bishop Mary Ann Swenson. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cMqZlPguhWI&list=PLI22eVXX9FYkNkyg6y-tXpWY6e0KmwkJD&index=42. Acesso em: 17 jan. 2025.

[93] Título original: US racial justice accompaniment visit - Bishop Mary Ann Swenson on "America's original sin". Disponível em: https://youtu.be/_fANbUNBR_w?si=4hEy1uL7Q13c5pls. Acesso em 18 jan. 2025.

direitos de minorias religiosas em países de maioria muçulmana. A interação serviu para apresentar sua relevância para garantir a igualdade de direitos e gerar contribuições para o fortalecimento das relações entre cristãos e muçulmanos em regiões impactadas por episódios de violência.

No mesmo ano, em junho, a peregrinação chegou ao Estádio Orlando, em Joanesburgo, África do Sul. Conforme descrito no vídeo "Caminhada pela Paz do CMI-ACC em homenagem aos estudantes mortos em 16 de junho de 1976 em Soweto"[94], publicado pelo CMI (2016c), o evento buscou relembrar e dar continuidade à caminhada interrompida em 16 de junho de 1976, quando levantes estudantis foram brutalmente reprimidos pelas forças do apartheid, resultando na morte de centenas de jovens. Por esta razão, representantes das vítimas e soldados recrutados marcharam lado a lado em nome da justiça, reconciliação e paz. De acordo com o CMI (2016a), o então secretário-geral do Conselho, Rev. Olav Tveit, esteve entre os principais oradores da ocasião, ao lado de autoridades governamentais e líderes religiosos. Durante seu discurso, ele destacou a colaboração intencional entre o CMI e o Conselho Sul-Africano no Programa de Combate ao Racismo, enfatizando o compromisso contínuo com a promoção da igualdade e da dignidade humana.

Essa mesma abordagem, baseada na escuta atenta e no compromisso com a justiça, foi também destacada em uma visita posterior ao Iraque. Antje Jackelén, arcebispa da Igreja da Suécia, compartilhou, no vídeo intitulado "A arcebispa Antje Jackelén no Iraque: É a fé que nos faz viver o dia a dia", publicado pelo CMI (2017a)[95], sua experiência durante a visita ao Iraque, realizada de 20 a 24 de janeiro de 2017. Representando o Conselho, ela integrou uma delegação de peregrinos composta por líderes religiosos de diferentes partes do mundo, cujo objetivo central era promover um futuro seguro para as minorias religiosas no país, em meio aos desafios impostos pelo cenário político e social.

A delegação, que passou por Bagdá e pela região do Curdistão ao norte, manteve encontros com representantes do governo federal iraquiano, do Governo Regional do Curdistão e parlamentares que defendem comunidades minoritárias. De acordo com uma notícia publicada pelo CMI no portal eletrônico *Oikoumene* (2017b), o grupo também dialogou com líderes de igrejas cristãs, jovens cristãos, representantes de outras comunidades

[94] Título original: "WCC-SACC Walk of Peace commemorating students killed on 16 June 1976 in Soweto". Disponível em: https://youtu.be/0keka4Kj0R8?si=K8HrrfVz_xK_kluZ. Acesso em 18 jan. 2025.
[95] Título original: "Archbishop Antje Jackelén in Iraq: It is faith that makes us live day by day". Disponível em: https://youtu.be/0keka4Kj0R8?si=K8HrrfVz_xK_kluZ. Acesso em 18 jan. 2025.

religiosas e chefes da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque. Durante essas interações, foram apresentados os resultados de um estudo conduzido pelo CMI, que ofereceu recomendações para proteger a diversidade religiosa e social da região, evitar emigrações em massa e assegurar a implementação de autogoverno para as comunidades cristãs afetadas na Planície de Nínive (atualmente abrangendo a área da cidade de Mosul). Essas comunidades enfrentaram deslocamentos forçados devido ao avanço do autodenominado Estado Islâmico (ISIS), que obrigou muitos a abandonarem suas terras.

Em contraste com a missão diplomática realizada pelo CMI no Iraque, em que o foco estava na proteção de comunidades e diálogos com líderes locais, o CMI também procurou envolver jovens em atividades voltadas para o ecumenismo. Em 2018, no contexto das celebrações do 70º aniversário da fundação do CMI, jovens de diversas localidades se reuniram nos Países Baixos para participar de uma série de eventos em Amsterdã, integrados à peregrinação sob o tema "Em Movimento", parte da Peregrinação de Justiça e Paz. De acordo com o CMI (2018), o evento teve como foco refletir sobre as contribuições da juventude ao movimento ecumênico, considerando seu papel histórico, presente e futuro. Durante o encontro, os participantes se envolveram em caminhadas, orações e atividades dinâmicas, com o objetivo de compreender o significado de ser um jovem peregrino no contexto ecumênico atual. Além disso, em junho de 2020, a "Convocação pela Paz" e a "Marcha pela Paz", organizadas pela Igreja Presbiteriana da República da Coreia em Cholwon, na Coreia do Sul, próximo à zona desmilitarizada entre o Norte e o Sul, também reuniu jovens engajados no ecumenismo e foi registrado em vídeo, publicado no *YouTube* pelo CMI (2020a)[96], em memória aos 70 anos do início da Guerra da Coreia.

Assim, ao concluir a análise do material registrado em vídeo e nas publicações do CMI ao longo dessa jornada, passa-se a focalizar o Relatório da Peregrinação de Justiça e Paz do CMI (2022), que destaca que as igrejas atenderam ao chamado de se voltarem para os oprimidos e os pobres. A peregrinação avançou para a implementação de ações concretas, buscando assegurar a dignidade humana por meio de práticas solidárias e do testemunho público, evidenciado pela ação do CMI em prol da paz e da justiça em âmbitos global, regional e nacional. Com isso, "o testemunho público do CMI se desdobrou juntamente com a diaconia ou serviço cristão" (CMI, p. 47, 2022, tradução nossa[97]). A diaconia, inserida nos

[96] Korean Peace Convocation and Peace march at the demilitarized zone. https://youtu.be/jyrdI4q-CEc?si=4dcMFQ0u596e-YFL. Acesso em: 18 jan. 2025.
[97] No original: "The WCC's public witness has unfolded alongside diakonia or Christian service."

apelos por um futuro sustentável, ganhou proeminência, encontrando apoio na Peregrinação iniciada após a X Assembleia do CMI, "[...] um chamado emitido pelo CMI em 2013, reconhecendo a necessidade de manter a esperança apesar das crises globais" (CMI, p. 47, 2022, tradução nossa[98]).

Nas ações empreendidas pelo Conselho, permeadas por discursos que expressam sentimentos, "os participantes são construídos em uma relação de solidariedade e de experiência comum, se não de amizade, e a cena é construída no sentido de as pessoas se aliviarem de seus problemas" (Fairclough, 2001, p. 231). A conclusão da análise de discursos com base nos conceitos apresentados por Fairclough (2001) evidencia como o *ethos* é construído e manifestado tanto nas ações quanto nas palavras dos participantes mencionados, revelando sua relação com o contexto social e cultural. No relato da bispa Mary Ann Swenson, por exemplo, o *ethos* é configurado por sua postura ética e solidária, visível em sua participação em eventos marcados pela memória histórica e pela busca por reconciliação. A presença dela em Hiroshima e Nagasaki, associada ao peso ético das vozes dos sobreviventes, e sua evocação de cânticos e sentimentos, expressa, em suas ações corporais, palavras e gestos, ferramentas de convocação coletiva para a construção da paz. Ao construir um *ethos* que conecta o passado trágico com a possibilidade de um futuro fundamentado na vida e na paz duradoura, o CMI apresenta-se como esperança em meio às tragédias.

Outro ponto relevante é a forma como o *ethos* dos participantes e das instituições envolvidas se manifesta no discurso, especialmente em contextos de contestação e mudança social. A visita de acompanhamento à justiça racial nos EUA e o evento em Soweto, na África do Sul, são exemplos disso. Assim, segundo Faiclough (2001), a linguagem e as ações destacam significados potencialmente instáveis e disputados, como as noções de justiça e reconciliação. O diálogo com líderes religiosos, autoridades governamentais e representantes de diferentes tradições mostra como o ethos se constitui na interação entre diferentes esferas do poder social, utilizando palavras que descrevem realidades e buscam mudá-las.

Conclui-se que o CMI tem empreendido consideráveis esforços nos campos sociais, políticos e diplomáticos, demonstrando um compromisso crescente com a ação direta em questões globais. As inúmeras iniciativas, descritas por seus membros e registradas em publicações oficiais até o momento, demonstram o compromisso do CMI com o diálogo e com a intervenção em cenários de crise, além de evidenciar sua capacidade de adaptação às

[98] No original: "[...] a call that the WCC issued in 2013, recognizing the need to hold on to hope in spite of global crises."

novas dinâmicas globais. No entanto, embora os relatos e documentos produzidos pela organização ofereçam uma visão abrangente de suas atuações e de seu alcance, surge uma reflexão sobre a real eficácia dessas ações no campo internacional. Questões como a interpretação da identidade do CMI e sua capacidade de gerar um impacto concreto além da realização de encontros, declarações e relatórios merecem ser investigadas. Ainda que o CMI tenha construído uma trajetória marcada pela busca da unidade, é pertinente questionar até que ponto sua "voz" e seu papel têm ressoado de maneira efetiva nos cenários globais, considerando as divisões que, historicamente, marcaram sua atuação, mesmo diante das aparências de unidade.

3.2 Uma análise crítica do papel do CMI no passado e na atualidade

Foi-se afirmado anteriormente nesta pesquisa que, a partir da ACD de Fairclough (2001), os discursos desempenham um papel central na forma como significados são construídos e reconstruídos em contextos sociais e ideológicos. A linguagem não é um elemento neutro, mas uma prática que reflete e molda as relações de poder e os sistemas ideológicos existentes. Assim, os discursos podem ser transformados para servir a diferentes planos e agendas ideológicas, configurando uma estratégia discursiva que permite ao falante reforçar ou contestar valores nos campos ideológico, organizacional e social. Além disso, as disputas presentes na suposta "unidade" da *oikoumene* não podem ser ignoradas, pois revelam discussões amplas e complexas, oferecendo uma compreensão mais profunda sobre como o discurso e a identidade do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) são continuamente negociados e mantidos ao longo do tempo, enquanto o ecumenismo passa por variadas transformações.

Para Hebly (1985), que atuou como diretor do Instituto Interuniversitário de Pesquisa Missiológica e Ecumênica na Holanda, definir a identidade do CMI é uma tarefa desafiadora. Em seu artigo "Liberdade ou Libertação: O Dilema do CMI", o autor apresenta que as atividades do CMI possuem uma ampla gama de projetos que frequentemente se sucedem em ritmo acelerado, transmitindo a sensação de um organismo dinâmico, aberto a novas iniciativas e preparado para enfrentar desafios emergentes. A organização é marcada por muitos outros aspectos, incluindo a emissão de relatórios variados, a diversidade de seus representantes e a maneira como se apresenta tanto às igrejas que dela fazem parte quanto ao mundo. Essa multiplicidade, entretanto, dificulta a definição exata do que a organização representa. Mesmo assim, em um contexto global marcado por tensões, o CMI se destaca como um fenômeno relevante. "A melhor descrição, provavelmente, é chamá-lo de centro de

uma rede de relações intereclesiais e das diversas preocupações de suas igrejas-membro" (Hebly, 1985, p. 131, tradução nossa[99]).

Hebly (1985) também indica uma visão detalhada da pluralidade de críticas dirigidas ao CMI, enfatizando a diversidade dos contextos e interesses que moldam tais questionamentos. Essas críticas surgem tanto dentro de "igrejas históricas fundadoras", como a Igreja Reformada Neerlandesa, quanto em comunidades que enfrentam desafios políticos e sociais específicos, como a Igreja Ortodoxa Russa. No caso desta última, o autor destaca a dificuldade de expressão livre devido às limitações impostas pelo regime político, restringindo as vozes críticas a outros meios, como publicações *samizdat* e correspondências externas[100].

Em linguagem corrente na década de 1980, o autor explora as tensões ideológicas presentes em igrejas ocidentais e pequenos grupos ecumênicos, divididas entre aqueles que priorizam questões do Terceiro Mundo, focadas na libertação, e os que direcionam atenção ao Segundo Mundo, enfatizando a liberdade. Esse envolvimento intenso das igrejas ocidentais com o Terceiro Mundo é explicado pelo histórico de evangelização nessas regiões, e "é historicamente compreensível, considerando que o Terceiro Mundo tradicionalmente serviu como o principal campo missionário" (Hebly, 1985, p. 136, tradução nossa[101]). A fala apresentada destaca um contraste importante na forma como as atenções e esforços ecumênicos foram direcionados.

Embora o envolvimento com questões do Terceiro Mundo seja "justificado", o texto de Hebly, (1985) aponta um descaso crescente com os problemas do Segundo Mundo, particularmente aqueles relacionados à Europa, como a liberdade religiosa, uma negligência que reflete uma escolha de prioridades e que o ecumenismo e o serviço pela diaconia, em vez de promover um equilíbrio entre diferentes contextos e necessidades, muitas vezes reproduz uma dinâmica de dominação. Ao se concentrar predominantemente no Terceiro Mundo, o CMI também pode reforçar uma narrativa de intervenção da qual queria se desvincular

[99] No original: "The best description, probably, is to call it the centre of a network of inter-church relations and of the many concerns of its member-churches".

[100] O termo "samizdat", utilizado pelo autor, refere-se a um sistema de publicação e disseminação de materiais escritos de forma clandestina que surgiu após o ano de 1953 na antiga União Soviética e em outros países do bloco socialista. Derivado do russo "самиздат", o samizdat era utilizado para compartilhar textos censurados pelo regime, como obras literárias, documentos políticos, religiosos ou críticas sociais. No contexto apresentado, o samizdat indica um dos poucos meios disponíveis para membros da Igreja Ortodoxa Russa expressarem críticas ou ideias na época. Fonte: Encyclopedia Britannica. **Samizdat**. Disponível em: https://www.britannica.com/technology/samizdat.

[101] No original: "This is historically understandable on the basis of the fact that the Third World has been the traditional mission-field".

anteriormente, por exemplo, com a Peregrinação de Justiça e Paz: a intervenção como uma forma de paternalismo.

O CMI, de acordo com Hebly (1985), ainda que repleto de boas intenções, acaba inserindo-se em uma estrutura global onde o Norte Global – representado pelas igrejas ocidentais – decide e atua sobre os problemas do Sul Global, perpetuando relações assimétricas de poder. O próprio discurso do autor, ao indicar que houve críticas quanto ao "silêncio do CMI" em relação aos problemas de direitos humanos na Europa Oriental, sugere que havia uma expectativa de que o CMI priorizasse questões que se relacionavam à sua esfera de influência mais próxima, como se a Europa, enquanto "palco" histórico do CMI, fosse um guia no direcionamento das ações ecumênicas. O autor também sugere que o envolvimento com questões do Terceiro Mundo está frequentemente associado a ideais revolucionários, e que essa abordagem parece minimizar as complexas realidades locais, o que pode ser interpretado como um reflexo de como o discurso de libertação, muitas vezes apropriado pelo ocidente, não necessariamente busca um diálogo equitativo com as diversas vozes envolvidas.

Contudo, essas questões não são de pura responsabilidade do CMI. A partir da análise do autor indica-se também que "a crítica deveria ser direcionada, em primeiro lugar, às entidades responsáveis nessas igrejas e aos seus representantes ecumênicos" (Hebly, 1985, p. 136, tradução nossa[102]), já que, quando as igrejas transferem grande parte de suas expectativas ao Conselho, "o CMI lida mais com questões de libertação do que com problemas de liberdade, isso também reflete o que está ocorrendo nas próprias igrejas" (Hebly, 1985, p. 136, tradução nossa[103]). Essa dinâmica, contudo, também ilustra como o CMI e a CCIA acatam certas pautas:

> As igrejas ocidentais tentam cumprir sua função crítica na sociedade. Talvez nem em todos os lugares e nem sempre, mas o CCIA não contribui muito para isso. Um de seus objetivos é incentivar o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, com especial atenção ao problema da liberdade religiosa; outro objetivo é sugerir maneiras pelas quais os cristãos possam agir efetivamente sobre esses problemas em seus respectivos países e internacionalmente. Mas, infelizmente, pouca ajuda veio do CCIA para definir uma política para as igrejas sobre a liberdade religiosa na Europa Oriental, dado que o próprio CMI não pode fazer muito nesse campo. Como podemos apoiar nossas igrejas irmãs vivendo sob o Marxismo-Leninismo, que estão distantes de sua tarefa de testemunhar e servir na sociedade e submetidas a um novo aprisionamento neoconstantiniano, que deseja

[102] No original: "the critique should be addressed in the first place to responsible bodies in these churches themselves and to their ecumenical representatives".
[103] No original: "When the WCC is dealing more with problems of liberation than with problems of liberty, this is also a reflection of what is happening in the churches themselves".

> transformá-las em um coro coletivo de assentimento, uma decoração temporária na fachada do socialismo e um gueto cultual? (Hebly, 1985, p. 139, tradução nossa[104])

Mesmo que o Conselho em si pudesse auxiliar e apoiar tais questões apresentadas, Hebly (1985) discute como o CMI adverte as igrejas a não dependerem exclusivamente da organização e a cumprirem suas próprias responsabilidades. Dessa forma, as igrejas-membro podem, por conta própria, defender a liberdade individual, por exemplo, sem se envergonhar de enfatizar a importância dos direitos humanos e da implementação desses direitos. Como as declarações do CMI não têm autoridade formal, surge também a questão de como as igrejas podem saber se uma declaração que apresenta um direcionamento sobre um tema, ainda é válida, dado que as circunstâncias e o Conselho mudam. Assim, o autor reflete sobre as dificuldades de discernir a validade das posições do CMI, considerando as mudanças ocorridas ao longo dos anos, mas que a responsabilidade recai sobre as igrejas-membro.

O discurso sobre o CMI apresenta uma ordem discursiva rearticulada que carrega tensões entre autonomia e dependência. Por um lado, há um apelo à responsabilidade das igrejas-membro para agir de maneira independente e cumprir suas tarefas críticas; por outro, o CMI aparece como uma organização limitada em seu alcance. Essas contradições revelam uma coexistência de elementos "autoritários" (Fairclough, 1989), que restringem a ação direta do Conselho em tudo o que é definido como urgente no cenário global, e elementos igualitários, que enfatizam a liberdade das igrejas de atuar por conta própria.

A articulação do texto de Hebly (1985) sugere uma tentativa de equilibrar a legitimidade do CMI como uma instituição global com a diversidade e as complexidades enfrentadas por suas igrejas-membro em diferentes contextos sociopolíticos. De certa forma, o foco do discurso do CMI, que mudou com o tempo, opera na produção e interpretação de sentido que exige dos participantes e igrejas-membro a capacidade de reconciliar elementos contraditórios. Assim como Fairclough (1989), o discurso requer intérpretes que naturalizem tensões como parte de uma dinâmica "coerente" frente a apresentação de limitações práticas, acompanhada de um apelo à ação dos participantes do discurso.

---

[104] No original: "The western churches try to fulfil their critical function in society. maybe not everywhere and always but the CCIA does not contribute much to it. One of its aims is to encourage respect for and observance of human rights and fundamental freedoms, special attention being given to the problem of religious liberty; another aim is to suggest ways in which Christians may act effectively upon these problems in their respective countries and internationally. But unfortunately little help has come from the CCIA in defining a policy for the churches on religious liberty in Eastern Europe. given that the WCC itself cannot do much in this field. How can we support our sister churches living under Marxism-Leninism, which are estranged from their task of witnessing and serving in society and subjected to a neo-constantinian enslavement which wants to change them into a collective chorus of assent, a temporary decoration on the facade of socialism and a cultic ghetto?"

Neste tema, destaca-se uma das primeiras obras críticas ao CMI e ao movimento ecumênico, publicada em 1954, seis anos após a formalização do Conselho Mundial de Igrejas. Trata-se do livro "Igrejas livres e unidade cristã: uma visão crítica do movimento ecumênico e do Conselho Mundial de Igrejas"[105], escrito por Marion John Bradshaw, teólogo e professor associado à Associação Americana de Filosofia. A obra foi recebida com surpresa por William W. Sweet (1881-1959)[106] professor de História da Igreja na Universidade de Chicago, que publicou uma resenha em 1954. Sweet (1954) observou que Bradshaw, com base em suas experiências com o movimento ecumênico, concluiu que os líderes desse movimento acreditavam na irresistibilidade de tendências "centralizadoras" e estariam dispostos a desmantelar igrejas no interesse de criar uma "igreja mundial", com o objetivo de alcançar a união dos diversos ramos das igrejas cristãs.

Sweet (1954) menciona que Bradshaw, em um capítulo de seu livro "O Conselho Mundial é Totalitário?", argumenta que o CMI estava definitivamente se inclinando nessa direção e que a tendência predominante da organização era supervalorizar a unidade. Ao analisar o livro em sua totalidade, percebe-se que Bradshaw (1954), no prefácio, apresenta essa preocupação central da unidade: o principal desafio, tanto na igreja quanto no mundo, é alcançar a reconciliação da humanidade sem comprometer a liberdade. Em relação à igreja, o autor afirma que, embora diferentes denominações sejam influenciadas pelos mesmos fatores que afetam profundamente todos os aspectos da vida, a ideia de uma identidade essencial entre elas é ilusória. Essa concepção, segundo Bradshaw, já havia sido expressa há muito tempo em debates sobre a união das igrejas.

Ao comparar a realidade das igrejas "livres" nos Estados Unidos na época, Bradshaw (1954) observa que os líderes que buscavam integrar as igrejas congregacionais[107] livres em uma igreja unitária eram os mesmos que representavam o congregacionalismo no CMI. Ou seja, para o autor, essa observação servia como crítica às visões de que o CMI se tornaria uma "Super-Igreja" em meio a tantas diferenças. O Conselho também argumentava que a filiação ao órgão não implicava que as igrejas-membro estivessem subordinadas a um corpo que

[105] No original: "Free Churches and Christian Unity: A Critical View of the Ecumenical Movement and the World Council of Churches".

[106] THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY. Guide to the William Warren Sweet Papers 1927-1946. Disponível em: https://www.lib.uchicago.edu/e/scrc/findingaids/view.php?eadid=ICU.SPCL.SWEET. Acesso em 10 ago. 2024

[107] Bradshaw (1954) aponta que o congregacionalismo é uma tradição protestante que procura a autonomia de cada igreja local, ou seja, em vez de serem subordinadas a uma hierarquia centralizada, essas igrejas operam de forma independente, tomando decisões por meio da participação de seus membros. A crítica de Bradshaw aponta que unir essas igrejas, por exemplo, em uma estrutura centralizada, como a proposta de uma "Super-Igreja", seria incompatível.

pudesse tomar decisões em nome delas. No entanto, Bradshaw (1954) alerta que, se um organismo de cooperação como o CMI começasse a assumir poderes que nunca lhe foram concedidos ao longo da história cristã, ele poderia, sim, tornar-se uma entidade capaz de tomar decisões obrigatórias, impondo às igrejas a necessidade de concordar com elas.

Para Bradshaw (1954), o CMI inicialmente professava lealdade exclusiva a Cristo em âmbito teológico, mas, segundo o autor, não adotou a base estabelecida por ele para a igreja. Em vez disso, exigia a aceitação de uma fé teológica formulada originalmente para atender a necessidades políticas, comparando o Conselho a um "imperador" que impunha suas pautas, excluindo igrejas que não concordassem com elas, como se fossem "exiladas". Nesse sentido, o professor identifica uma perda de sentido "cristão" na identidade do CMI, a partir de um caráter totalitário, expresso especialmente nos discursos de Visser't Hooft, então Secretário-Geral do Conselho. Para Bradshaw (1954), a ideia de que o testemunho do Conselho deveria culminar em uma "vida comum com Cristo" – uma expressão frequentemente encontrada nos textos de Visser 't Hooft – carece de consistência. Segundo o autor, a noção de lealdade a Cristo e ao Evangelho, embora amplamente enfatizada, não demonstra coerência prática ou teológica, permanecendo vaga e desconectada de uma aplicação concreta na vida e nas ações do Conselho.

> Em um momento, significa que os cristãos reconhecem "que não há soberania além daquela do seu Senhor comum". Em outro, parece significar que os cristãos não devem "misturar seu cristianismo com ideologias seculares", pois ele (Visser 't Hooft) parece considerar o secularismo como "o desespero da autoexpressão descontrolada", enquanto o estado totalitário é apenas um "formigueiro". Embora o Secretário-Geral do Conselho Mundial pareça convencido de que um totalitarismo só pode ser eficazmente combatido por outro, a natureza exata do totalitarismo de Cristo que ele mesmo defende nunca é claramente elucidada. (Bradshaw, 1954, p. 70, tradução nossa[108])

Ao afirmar que o CMI supervaloriza a unidade e se inclina para o totalitarismo, Bradshaw (1954) realiza um ato de fala que vai além da mera descrição, questionando a legitimidade da autoridade do Conselho sobre as igrejas-membro. A força de suas afirmações, analisada por meio do conceito de "força do texto", presente na ACD de Fairclough (2001) é potencialmente acusatória, apontando que o CMI, ao invés de garantir liberdade e pluralidade, impõe uma unidade artificial que compromete a autonomia e a identidade das denominações.

---

[108] No original: "At one time it means that Christians know "that there is no sovereignty save that of their common Lord." At another time it apparently means that Christians must not "mix their Christianity with secular ideologies," for he seems to regard secularism as "the despair of uncontrolled self-expression," while the total state is but an "ant-heap." While the General Secretary of the World Council appears convinced that one totalitarianism can be effectively opposed only by another, the exact nature of the Christ totalitarianism which he himself advocates is never made clear".

Além disso, o uso de expressões como “Super-Igreja”, “imperador” e “exiladas” carrega uma força metafórica que reforça a crítica do autor, ao sugerir que o CMI adota práticas hegemônicas incompatíveis com os ideais de liberdade cristã. Essa escolha de palavras implica um posicionamento interpessoal que busca convencer o leitor de que há uma incongruência fundamental entre o discurso oficial do CMI e suas práticas.

Segundo Fairclough (2001), a força dessas declarações busca gerar uma interpretação unificada do papel do objeto analisado no discurso (no caso, o CMI), criando um “polo de sentido” que associa a organização a uma ameaça à liberdade das igrejas. Esse efeito é alcançado por meio da articulação de diferentes ordens de discurso: teológico, político e social. Por exemplo, ao apontar que o conceito de “vida comum com Cristo” carece de coerência prática e teológica, Bradshaw evidencia uma contradição interna nos discursos que apresentam uma ambivalência interpretativa. Essa ambiguidade reflete o esforço do CMI de unificar perspectivas divergentes, mas também expõe o risco de excluir grupos que não se identificam com suas diretrizes. Por fim, ao acusar o CMI de tendencialmente totalitário, Bradshaw sugere, implicitamente, que há uma necessidade de resistir a essa centralização. Assim, a força de seu discurso vai além da crítica teológica e se configura como uma tentativa de moldar a percepção e a prática das igrejas em relação ao movimento ecumênico.

O texto em si apontou críticas relevantes no cenário de discussão sobre o CMI e suas tensões, mas além disso, um autor se destaca ao propor soluções para os desafios enfrentados. No livro, “Compromisso com o Mundo de Deus: Um Ensaio Crítico Conciso sobre o Pensamento Social Ecumênico”[109], Van der Bent (1995) alerta que o movimento ecumênico corre o risco de perder sua conexão com o passado devido às constantes mudanças do mundo contemporâneo. Ele também explora a divisão persistente de convicções entre os membros do movimento, o que, segundo ele, gera tensões crescentes e conflitos dentro da busca pela “unidade cristã”. Para o autor, essas tensões só podem ser superadas através de um compromisso com o diálogo contínuo, seja em âmbito local ou global, inserido nos contextos específicos das diferentes comunidades existentes. Essa abordagem, deveria levar a evitar o pensamento utópico universalista e aumentar as possibilidades de tomar decisões éticas conscientes, fundamentadas e situadas.

Acerca da aspiração à universalidade, que parte da Europa, Ribeiro (2014) oferece uma reflexão sobre a tentativa das instituições religiosas de promover uma unidade com uma

[109] Título original: “Commitment to God's World: A Concise Critical Survey of Ecumenical Social Thought”

visão universalista que não pode ser tratada como uma simples conquista territorial ou como uma forma de colonização cultural. Em vez disso, essa unidade deve ser inspirada pela comunhão, que só se torna possível por meio do diálogo e de uma certa flexibilização dos próprios dogmas quando confrontados com as diferenças. Para Ribeiro (2014), a cultura europeia moderna é expansionista, mas de uma forma que tenta assimilar outros contextos socioculturais ao se afirmar como o modelo central para essa integração. Esse processo, moldado por uma perspectiva colonizadora, está ligado à concepção de evangelização missionária cristã, que visa um trabalho de integração global e uniformização. Além disso, esse universalismo, que caracteriza tanto a ciência quanto a filosofia modernas, confere à cultura europeia um suposto grau de universalidade, especialmente no que diz respeito à fundamentação moral, algo que outras culturas seriam incapazes de alcançar ou aplicar de maneira similar.

> Há, assim, um núcleo comum em tais projetos ético-políticos e nas instituições que os conduzem ao longo do tempo: (a) são projetos universalistas, já que partem de uma origem comum e de uma natureza comum a todos os seres humanos, não obstante suas diferenças, direcionando-se à missionarização, à evangelização e à aculturação de outros povos, de outras culturas; e (b) são projetos que encontram certas instituições específicas com condições de os conduzirem legitimamente, haja vista sua (destas instituições) capacidade de interpretarem o verdadeiro sentido de uma origem comum e de uma natureza humana comum, o que lhes garante o direito de guiarem o processo de evangelização e de missionarização, apresentando-os aos demais povos e culturas. (Ribeiro, 2024, p. 82)

Sobre a unidade “ecumênica”, no campo extra-acadêmico, o livro “O Evangelho Fraudulento: Política e o Conselho Mundial de Igrejas” de Bernard Smith (1997), um professor que coordenou uma série de críticas contra o CMI, apresenta uma reflexão controversa. O autor argumenta que o objetivo do CMI deixou de ser a promoção da unidade entre as igrejas e passou a ser a tentativa de unificar a humanidade como um todo, “uma direção que a maioria dos cristãos está disposta a seguir, mas eles não percebem que são vítimas de uma manipulação semântica” (Smith, 1997, p. 54). Percebe-se, pelo tom da escrita na crítica, que a obra levanta suspeitas sobre as intenções e direções do CMI. A linguagem utilizada pelo autor frequentemente adota um tom sensacionalista, o que pode enfraquecer a profundidade e a credibilidade de suas críticas.

Contudo, é importante reconhecer que o autor levanta críticas relevantes sobre o discurso e as mudanças de significado ao longo da trajetória do Conselho. O autor argumenta que, embora as palavras sejam geralmente percebidas como imutáveis, o CMI transformou o ecumenismo em um movimento secularizado e politizado. Nesse processo, o significado do

que anteriormente estava ligado a um contexto teológico passou a ser “atualizado”, ampliando seu escopo para englobar outras perspectivas e integrantes como as organizações não eclesiásticas e adeptos de religiões diversas. Essa expansão do significado permitiu ao CMI “avançar para uma estranha terra de ninguém, uma região de relatividade onde todas as crenças, ideologias e culturas são iguais e onde a unicidade da revelação de Cristo desaparece.” (Smith, 1997, p. 94, tradução nossa[110])

A crítica de Bernard Smith (1997) sobre a transformação de significado do ecumenismo no Conselho pode ser analisada à luz da ACD de Fairclough (2001), que enfatiza a fluidez e a contestação dos significados das palavras em contextos sociais e culturais. Smith (1997) argumenta que o CMI deixou de promover a unidade entre as igrejas e passou a buscar a unificação da humanidade, o que ele define como uma “manipulação semântica”. Para Fairclough (2001), a mudança de significado não é um fenômeno de “natureza puramente individual” (Fairclough, 2001, p. 230), mas resulta de processos sociais contestados, refletindo disputas sobre os limites e relações entre significados. A transformação do significado e da direção do ecumenismo no CMI, de um movimento centrado na unidade cristã para um mais inclusivo e secularizado, pode ser vista como uma contestação das relações hierárquicas de significado, em que o cristianismo perde seu *status* dominante em favor de uma abordagem pluralista, como visto em Ribeiro (2014).

Van der Bent (1995) também expressa uma preocupação central: o CMI, em sua visão, perdeu credibilidade dentro do movimento ecumênico e passou a falhar em cumprir sua “voz profética”, essencial para promover unidade e transformação social, ao navegar por múltiplas mudanças internacionais e locais e não superar a divisão cristã. Esse ponto de vista, formulado na década de 1990, ainda ressoa nos tempos atuais, conforme ilustrado na reflexão do teólogo Marcelo Schneider, moderador do Comitê Central do CMI. Em um dos relatos publicado na revista eletrônica *IHU Online*, “O ecumenismo hoje. Uma reflexão teoecológica” (2011), Marcelo Schneider, moderador do Comitê Central do CMI, criticou a maneira como o ecumenismo foi e tem sido abordado por “alguns grupos”.

Schneider (2011) aponta que, para grupos fundamentalistas, o ecumenismo tem sido reduzido a uma série de relações institucionais e diplomáticas, limitadas a interações cordiais entre diferentes denominações. No entanto, Schneider argumenta que o ecumenismo deve ser compreendido como um compromisso mais profundo, relacionado ao cumprimento de um

[110] No original: “and advance into a strange no-man's-land, a region of relativity where all faiths, ideologies and cultures are equal and where the uniqueness of Christ's revelation vanishes”.

“mandato apostólico essencial” para a igreja. Além disso, ele critica as manifestações contrárias a isto dentro das igrejas, e observa que “as manifestações fundamentalistas que constatamos hoje no seio de diversas igrejas não são uma expressão de defesa dos valores essenciais do Evangelho” (Schneider, 2011, p. 42), o que demonstra uma incapacidade de se adaptar às novas realidades do mundo.

Embora exista um consenso sobre a importância de promover questões como justiça e paz por meio de ações no campo ecumênico, o bispo anglicano D. Francisco de Assis Silva, destacou que, no ecumenismo, não há espaço para discussões sobre “semântica”. Em entrevista à revista *IHU Online*, Silva (2011) afirmou que o chamado para o ecumenismo exige uma disposição para “abrir-se à alteridade”. O ecumenismo prático, portanto, implica em reconhecer a própria identidade e, a partir disso, interagir com o diferente, compreendendo que a diferença não deve ser vista como erro e que, “enquanto as hierarquias primam pelo diálogo teológico – de corte mais eclesiológico – os leigos e leigas estão se voltando mais para o embate político e aí temos uma dinâmica mais agregadora” (Silva, p. 5, 2011).

A argumentação de Schneider contra a visão de que o ecumenismo se reduz a relações diplomáticas ou institucionais, apresenta a transição de um “ecumenismo teológico” para um “ecumenismo político e secular”, discurso que possui um entrelaçamento com a ideia de Fairclough (2001) de reconfiguração de significados e a adaptação do discurso para um contexto contemporâneo, onde as questões políticas, sociais e culturais ganham mais relevância do que os dogmas tradicionais. Por outro lado, a fala de Assis Silva sobre a “abertura à alteridade” e a crítica à semântica no ecumenismo também aponta para uma reconfiguração dos significados. Ao afirmar que os leigos se interessam pelo embate político, Silva (2011) sinaliza uma mudança na dinâmica de poder entre as diferentes camadas da igreja, onde as lideranças eclesiásticas, que tradicionalmente lideram o diálogo teológico, estão sendo desafiadas por um movimento mais “agregador” impulsionado pela base. Isso reflete, de certa forma, mais uma vez, a “fragmentação das ordens de discurso locais” de que apresenta Fairclough (2001), no qual há uma maior abertura para a discussão e a adaptação de discursos fora do âmbito exclusivamente teológico, intensificando a troca e a interação entre as diferentes perspectivas.

A análise crítica do papel do CMI e de seu redirecionamento para o campo social e político, como observado nas ações da Peregrinação de Justiça e Paz, revela uma mudança em sua abordagem, exaustivamente mencionada. A ênfase no apoio a organizações e instituições,

muitas vezes focadas em demandas seculares, indica que o movimento ecumênico tem ampliado seus horizontes, transpondo os limites teológicos tradicionais. Ao se envolver com questões sociais e políticas, o CMI demonstra um esforço por articular soluções para problemas globais, como a justiça e a paz, que transcendam as fronteiras denominacionais e se alinhem mais com as necessidades do mundo secular. Contudo, essa expansão de seu campo de atuação parece ter enfraquecido a voz profética da instituição, cuja missão original de promover a unidade cristã e a transformação espiritual, a partir das análises empreendidas, parece ter sido diluída em meio à busca por atender simultaneamente a diversas demandas. Assim, parte de seu protagonismo pode ser ofuscada pelas exigências de uma agenda mais inclusiva, mas também mais fragmentada. Isso se traduz em uma dinâmica em que, embora o CMI continue a dialogar com os integrantes do clero e a manter um vínculo com uma fundamentação teológica, sua capacidade de influenciar transformações espirituais dentro da igreja de forma universal, parece em risco.

Ribeiro (2014), ao refletir sobre o ecumenismo em sua aspiração à unidade em meio a rupturas, sugere que isso deve continuar a ser guiado sob uma ótica que reconheça as diferenças e as diversidades entre as comunidades, com a proposta de um ecumenismo ético-político mais flexível e contextualizado na qual enfatiza que a identidade comum atual deve ser construída com a aceitação das pluralidades, respeitando as especificidades culturais, religiosas e sociais de cada grupo. Nesse sentido, o ecumenismo não escapa da necessidade de se adaptar ao momento atual, em que as demandas de justiça e igualdade emergem como elementos fundamentais da prática cristã, sem a necessidade de suprimir as diferenças ou homogeneizar as identidades. O que o autor apresenta, ecoa com as tensões enfrentadas pelo CMI, que, ao buscar uma resposta universal e inclusiva, deve, em sua integralidade, ter a consciência de que corre o risco de tornar-se mais uma instituição voltada para o diálogo político e social, com sua missão teológica fragilizada.

Em conclusão, o CMI, ao transitar por transformações discursivas e práticas, enfrenta o desafio de equilibrar suas funções missionárias com suas demandas de justiça e construção da paz. Sua “voz profética”, que parece se preocupar por conciliar essas e diferentes causas seculares, de certa forma amplia sua relevância no cenário global. Esse processo, embora necessário para acompanhar as transformações da sociedade contemporânea, levanta questões sobre a eficácia do movimento em manter sua autenticidade, como visto anteriormente. O CMI assim prossegue encontrando formas de integrar seus compromissos teológicos com as novas demandas sociais, com uma identidade que vive em contínua mudança.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender e analisar a atuação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) como agente promotor de justiça, paz e unidade cristã no cenário global, com ênfase nas transformações institucionais e discursivas decorrentes de sua X Assembleia, realizada em Busan, em 2013. A investigação partiu de uma análise histórica a partir do levantamento bibliográfico e documental que incluiu fontes primárias, como relatórios e declarações do CMI, além de obras de referência sobre a história do ecumenismo. Iniciando pela exploração da palavra "oikoumene" em seu contexto etimológico e semântico, foi realizado um percurso de suas aplicações desde o mundo greco-romano até a tradição cristã. Tal exposição permitiu identificar as bases históricas que moldaram os primeiros concílios ecumênicos, os quais buscaram articular a unidade da fé cristã em um ambiente de crescente fragmentação teológica e cultural.

A partir desse enquadramento histórico, a pesquisa direcionou-se para as transformações que culminaram na criação do movimento ecumênico moderno, culminando no estabelecimento do CMI em 1948 e para a análise de como impulsionaram medidas práticas pela justiça e pela paz, além de seu apoio em elaboração de medidas de proteção à liberdade religiosa junto às Nações Unidas. Essa abordagem revelou que, desde sua fundação, o CMI em sua missão, enquanto enfrenta "fragmentações" na *oikoumene*, anseia pela unidade cristã e pela construção da paz. Acerca da unidade na *oikoumene*, por vezes, se mostrou difícil de alcançar, dada a diversidade de contextos culturais e ideológicos das igrejas-membro e das pressões externas impostas pelo cenário internacional.

A pesquisa apresentou a dinâmica das Assembleias Gerais do Conselho, eventos que definem o direcionamento das ações da organização, e tratou das discussões teóricas relativas à paz e à justiça, além de seus empreendimentos concretos. Para aprofundar esses aspectos, foi empregada uma metodologia que possibilitou mapear as transformações institucionais do CMI no âmbito discursivo e compreender como suas práticas refletem demandas globais nesses temas. Esses focos foram abordados a partir da análise histórica desenvolvida no capítulo inicial e complementados pela aplicação da Análise Crítica do Discurso, conforme proposta por Norman Fairclough, na interpretação dos discursos oficiais do CMI, com ênfase nos contidos no Relatório da X Assembleia.

As análises discursivas permitiram identificar transformações nos discursos e ações do CMI, notadamente no período subsequente à Peregrinação de Justiça e Paz, iniciada na X

Assembleia, em 2013. Essa iniciativa pôde apontar que, o Conselho, além de exercer um papel de mediação entre as discussões das igrejas-membro e suas demandas, ampliou sua atuação em questões como mudanças climáticas, deslocamentos forçados, igualdade de gênero e combate ao racismo, envolvendo-se, por meio da participação de peregrinos, em campos de diplomacia internacional e em debates sobre resolução de conflitos em contextos marcados por tragédias ou injustiças. As análises demonstraram que o CMI adotou estratégias discursivas e práticas institucionais orientadas à promoção da unidade na diversidade, ajustando-se às demandas de um mundo em constante transformação.

A Teologia do Companheirismo, por exemplo, proposta durante a Peregrinação, surge como uma resposta às demandas por um ecumenismo mais inclusivo e comprometido com a transformação social. Uma metodologia que destaca a importância do caminhar conjunto das igrejas em solidariedade com os marginalizados, reafirmando o compromisso cristão com a justiça, demonstrando mais "acolhimento" aos pobres e oprimidos. A partir das análises realizadas com o aporte teórico da ACD de Fairclough (2001), observa-se que, no entanto, essa transição para um ecumenismo mais voltado para as demandas seculares levanta questionamentos sobre a identidade do CMI e a eficácia de suas ações discursivas na promoção da unidade cristã.

Os resultados indicam que o CMI continua a desempenhar um papel relevante na promoção de uma *oikoumene* como instituição comprometida com a justiça e a paz, ainda que enfrente limitações inerentes à sua estrutura e aos contextos diversos em que opera. A análise de críticas dirigidas ao CMI, à luz da ACD, revelaram que a força das declarações críticas constroem uma interpretação que associa o CMI a desafios à liberdade das igrejas, articulando ordens de discurso teológico, político e social. Essas críticas, exemplificadas nas observações de Bradshaw (1954), destacaram contradições internas nos discursos do Conselho, como a ambivalência interpretativa do conceito de "vida comum com Cristo". Tal ambiguidade reflete tanto o esforço do CMI de harmonizar perspectivas divergentes quanto os riscos de exclusão de grupos que não se identificam com suas diretrizes. Essas dinâmicas discursivas revelam o CMI como um espaço de disputas por hegemonia e identidade, onde práticas discursivas moldam e refletem tensões entre tradições locais e ordens globais, promovendo, ao mesmo tempo, valores universais e relações de poder. O Conselho, ao se tornar cada vez mais um centro de diálogo e de articulação de soluções globais, também enfrenta a difícil tarefa de equilibrar sua missão teológica e social com as exigências de um mundo secularizado. O

movimento ecumênico, representado pelo Conselho, também demonstra que, embora seu objetivo universalista seja desafiador, se empenha para agir no campo internacional.

Este trabalho, portanto, contribui para ampliar a compreensão sobre o impacto e as perspectivas do CMI, oferecendo subsídios para futuras reflexões na área de estudos de religião, considerando aspectos teológicos, históricos e sociais no campo do ecumenismo. Contudo, entre as limitações desta pesquisa, destaca-se a delimitação temporal (2013-2022), que pode ser ampliada em estudos futuros para incluir desdobramentos mais recentes das iniciativas do CMI. Além disso, a investigação comparativa entre o CMI e outras organizações internacionais no âmbito eclesial pode oferecer novas perspectivas sobre o papel das instituições religiosas na promoção da paz e da justiça global.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe. **Historia de los Concilios Ecumenicos**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993.

BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BOSCH, Juan. **Para Comprender el Ecumenismo**. Navarra: Editorial Verbo Divino, 1991.

BOSCH, Iosif. Relendo Niceia (325). Uma pincelada teológica sobre os impactos do Primeiro Concílio Ecumênico e da Sinodalidade: 1700 anos de sua convocação. **Teocomunicação**, Porto Alegre. v. 53, n. 1, 2023. DOI: 10.15448/0103-314X.2023.1.45178. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/45178/28380. Acesso em: 28 jun. 2024.

BOUWMAN, Bastiaan. Between Dialogue and Denunciation: the world council of churches, religious freedom, and human rights during the cold war. **Contemporary European History**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 15-30, 7 dez. 2021. DOI: 10.1017/s0960777321000503. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/contemporary-european-history/article/between-dialogue-and-denunciation-the-world-council-of-churches-religious-freedom-and-human-rights-during-the-cold-war/21D129EDA6DF116383A98A3C2377F964. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRADSHAW, MARION J. **Free Churches and Christian Unity**: A Critical View of the Ecumenical Movement and the World Council of Churches. Boston: Beacon Press, 1954.

BRAKEMEIER, Gottfried. Ecumenismo: repensando o significado e a abrangência de um termo. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 33, n. 90, 2001. DOI: 10.20911/21768757v33n90p195/2001. Disponível em: https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/793. Acesso em: 27 set. 2023.

BRAKEMEIER, Gottfried. CONSENSOS E CONFLITOS ECUMÊNICOS EM TORNO DA MISSÃO CRISTÃ: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DA CONFERÊNCIA DE SAN ANTONIO. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 61–81, 2022. Disponível em: http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/1748. Acesso em: 19 mar. 2024.

BURMANN, Claudir. Pluralismo eclesial e ecumenismo: quem é Igreja verdadeira?. **Caminhos de Diálogo**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 169–175, 2019. DOI: 10.7213/cd.a6n9p169-175. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/25297. Acesso em: 19 jan. 2025.

CCIA. **CCIA granted General Consultative Status with ECOSOC**. 2000. Disponível em: https://www.oikoumene.org/resources/documents/ccia-granted-general-consultative-status-with-ecosoc. Acesso em: 10 jan. 2025.

CMI. **10th Assembly Report**: Encountering the God of Life. Genebra: WCC Publications, 2014.

CMI. **70 years in, youth pilgrimage offers room for new visions**. 2018. Disponível em: https://www.oikoumene.org/news/70-years-in-youth-pilgrimage-offers-room-for-new-visions. Acesso em: 28 dez. 2024.

CMI. **Annual Review 2023**, 2023. Disponível em: https://www.oikoumene.org/sites/default/files/2024-05/WCC_AnnualReview2023_ENG_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

CMI. Archbishop **Antje Jackelén in Iraq**: It is faith that makes us live day by day. Youtube. 26 jan. 2017a. 04min. Disponível em: https://youtu.be/0keka4Kj0R8?si=K8HrrfVz_xK_kluZ. Acesso em 18 jan. 2025.

CMI. **Breaking barriers**: Nairobi 1975 - The official Report of the Fifth Assembly of the World Council of Churches, Genebra: WCC Publications, 1975.

CMI. **Called to Transformation**: Ecumenical Diakonia. Genebra: WCC Publications, 2022.

CMI. **Decade to Overcome Violence focuses on the Caribbean**, 2008. Disponível em: https://oikoumene.org/news/decade-to-overcome-violence-focuses-on-the-caribbean. Acesso em: 01. fev. 2025.

CMI. **Fernando Enns**: A Pilgrimage of Justice and Peace. Youtube. 11 mar. 2015a. 03min49s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hlRJzSoFUyw&list=PLI22eVXX9FYkNkyg6y-tXpWY6e0KmwkJD&index=50. Acesso em: 17 jan. 2024.

CMI. **Gathered for life**: Official Report of the VI Assembly World Council of Churches. Genebra: WCC Publications, 1983.

CMI. **God, in your grace**: Official Report of the Ninth Assembly of the World Council of Churches. Genebra: WCC Publications, 2007.

CMI. **It was prophetic for the WCC to focus on climate change already in 1990**, 2020. Disponível em: https://www.oikoumene.org/news/it-was-prophetic-for-the-wcc-to-focus-on-climate-change-already-in-1990. Acesso em: 06 mar. 2024.

CMI. **Korean Peace Convocation and Peace march at the demilitarized zone**. Youtube. 25 jun. 2020a. 07min32s. Disponível em: https://youtu.be/jyrdI4q-CEc?si=rxmyG6Y8aqp0cy7Y. Acesso em: 18 jan. 2025.

CMI. **Logo**, 2023. Disponível em: https://www.oikoumene.org/resources/logo. Acesso em: 22 jun. 2024.

CMI. **Magali Cunha**: Pilgrimage as our vocation. Youtube. 25 mar. de 2015b. 03min34s. https://www.youtube.com/watch?v=rtrvmaD7v1g&list=PLI22eVXX9FYkNkyg6y-tXpWY6e0KmwkJD&index=48. Acesso em: 17 jan. 2024.

CMI. **Pilgrims on the Path of Peace**: The Journey of the WCC from Busan to Karlsruhe. Genebra: WCC Publications, 2022

CMI. **Statement on Universal Declaration of Human Rights**, 2008. Disponível em: https://www.oikoumene.org/resources/documents/statement-on-universal-declaration-of-human-rights. Acesso em: 28 set. 2023.

CMI. **Seeking Peace: the World Council of Churches and the Korean Peninsula**. Youtube. 19 nov. 2014b. 10min18s. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Ct12dXvW4q0&list=PLI22eVXX9FYkNkyg6y-tXpWY6e0KmwkJD&index=32. Acesso em: 18 jan. 2024.

CMI. **Signs of the spirit**. Official report of the Seventh Assembly of the World Council of Churches. Genebra: WCC Publications, 1991.

CMI. **The Assembly**, 2023. Disponível em: https://www.oikoumene.org/about-the-wcc/organizational-structure/assembly#past-wcc-assemblies. Acesso em: 20 fev. 2024.

CMI. **The Evanston Report**. The Second Assembly of the World Council of Churches, Genebra: WCC Publications, 1954.

CMI. **The New Delhi Report** - The Third Assembly of the World Council of Churches 1961. Nova Iorque: Association Press, 1962.

CMI. **The Uppsala Report 1968** - Official report of the Fourth Assembly of the World Council of Churches. Genebra: CVB-Druck, 1968.

CMI. **Together on the way**: Official Report of the Eighth Assembly of the World Council of Churches. Genebra: WCC Publications, 1999.

CMI. **Tveit in South Africa**: "We know. We dare. We can". 2016a. Disponível em: https://www.oikoumene.org/news/tveit-in-south-africa-we-know-we-dare-we-can. Acesso em: 05 jan. 2025.

CMI. **US racial justice accompaniment visit**: Bishop Mary Ann Swenson on "America's original sin". Youtube. 27 abr. 2016b. 04min13s. https://youtu.be/_fANbUNBR_w?si=4hEy1uL7Q13c5pls. Acesso em 18 jan. 2025.

CMI. **Vamos Caminando**: aportes latinoamericanos a la Peregrinación de Justicia y Paz. [S.l.], 2020. Disponível em: https://www.oikoumene.org/sites/default/files/Document/Revista%20PJP%20Regional%20Publication%20LAC%2002.3-%20web.pdf. Acesso em: 11 fev. 2023.

CMI. **WCC delegation seeks secure future for religious minorities in Iraq**. 2017b. Disponível em: https://www.oikoumene.org/news/wcc-delegation-seeks-secure-future-for-religious-minorities-in-iraq. Acesso em: 05 jan. 2025.

CMI. **WCC Pilgrimage of Justice and Peace.** Youtube. 8 de jul. de 2014c. 05min27s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EmBH9TAkioc&list=PLI22eVXX9FYkNkyg6y-tXpWY6e0KmwkJD&index=51. Acesso em: Acesso em: 17 jan. 2025.

CMI. **WCC Pilgrimage to Hiroshima and Nagasaki**: Bishop Mary Ann Swenson. Youtube. 10 ago. 2015c. 02min56s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cMqZlPguhWI&list=PLI22eVXX9FYkNkyg6y-tXpWY6e0KmwkJD&index=40. Acesso em: 17 jan. 2025.

CMI. **WCC visitors to US enter conversations on racial matters in the USA**, 2016d. Disponível em: https://www.oikoumene.org/news/wcc-visitors-to-us-enter-conversations-on-racial-matters-in-the-usa. Acesso em: 18 jan. 2025.

CMI. **WCC-SACC Walk of Peace commemorating students killed on 16 June 1976 in Soweto**. Youtube. 14 jun. 2016. 03min10s. Disponível em: https://youtu.be/0keka4Kj0R8?si=1U3R-y_gk0CWWL-d - 2016c. Acesso em: 18 jan. 2025.

CHUNAKARA, Mathews George. Human Rights in the Ecumenical Agenda since the WCC's formation: historical perspectives. In: **Strengthening Christian Perspectives on Human Dignity and Human Rights**. Genebra: WCC Publications & Globethics.net, 2022.

COSTA, ALEXANDRE; CASTRO, LUCIANA. A noção de sujeito na abordagem discursiva de Norman Fairclough. **Signótica**, Goiás, v. 26, n. 2, p. 437-455, 2014.

DIAS, Zwínglio Mota. O Movimento Ecumenico: História e significado. **Numen**, revista de estudos e pesquisa de religião, Juiz de Fora. MG. 1998, v.1. n.1. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21763. Acesso em: 13 maio 2023.

ENNS, Fernando. Toward an Ecumenical Theology of Companionship. **The Ecumenical Review**, [S.L.], v. 74, n. 2, p. 268-283, abr. 2022. DOI: doi.org/10.1111/erev.12702. Disponível em: https://www.nev.it/nev/wp-content/uploads/2023/06/Companionship-Enns-2022-Toward-an-Ecumenical-Theology-of-Companionship.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power.** New York: Longman, 1989.

FITZGERALD, Thomas. **The Ecumenical Movement**. Westport: Greenwood, 2004.

FONTANA J. Refletindo sobre o Ecumenismo. **Ciber Teologia** – Revista de teologia e cultura, Porto Alegre. n. 4, mar. 2006. Disponível em: https://ciberteologia.com.br/images/post/pdf/edicao_20240109105226.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

GISEL, P.; KAENNEL, L. **Enciclopédia do Protestantismo**. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016.

HEBLY, Hans. Liberty or liberation: the dilemma of the WCC. **Religion In Communist Lands**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 131-151, jun. 1985. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/09637498508431185. Disponível em: https://biblicalstudies.org.uk/pdf/rcl/13-2_131.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

VISSER'T HOOFT, W. A. (ed). **The first assembly of the World Council of churches:** Held at Amsterdam, August 22nd to September 4th, 1948. Londres: SCM Press, 1949.

VISSER'T HOOFT, W. A. **The Genesis and formation of the World Council of Churches**. Genebra: CMI, 1982.

VISSER'T HOOFT, W. A. **The Genesis of the World Council of Churches**. *In:* ROUSE, RUTH; NEILL, STEPHEN. A history of the ecumenical movement: 1517 - 1948. Filadélfia: The Westminster Press, 1967.

KRAEMER, H.. The formation of the World Council and its significance for the relations of the churches to one another. **The Ecumenical Review**, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 260-266, abr. 1949. DOI: http://dx.doi.org/10.1111/j.1758-6623.1949.tb03067.x. Disponível em:

https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1758-6623.1949.tb03067.x. Acesso em: 22 jun. 2023.

KUNTHER, Katharina. **A Controversial and Politicized Issue**: The World Council of Churches and Human Rights from the 1950s to 1989. In: P Prove , J Motte , S Dressler & A Parlindungan (eds), **Strengthening Christian Perspectives on Human Dignity and Human Rights: Perspectives from an International Consultative Process**. WCC Publications, Genebra, p. 45-53, 2022.

LIFE AND WORK. **Looking Back: Edinburgh 1937**, 2017. Disponível em: https://www.lifeandwork.org/features/looking-back-edinburgh-conference-1937. Acesso em: 22 jun. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015.

MARQUES, Luiz Carlos Luz; BURIGANA, Riccardo. "APENAS 70 ANOS ... DA FUNDAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, CMI (1948-2018)". PARALELLUS **Revista de Estudios de Religión - UNICAP**, Recife, PE, Brasil, v. 9, n. 21, p. 257–264, 2018. DOI: 10.25247/paralellus.2018.v9n21.p257-264. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/1354. Acesso em: 01 jan. 2025.

NILES, D. Preman. JUSTICE, PEACE AND THE INTEGRITY OF CREATION. **Ecumenical Dictionary**: Article of The Month Series. [S.L.], v. 1, nov. 2003. Disponível em: http://www.wcc-coe.org/wcc/who/dictionary-article11.html. Acesso em: 31 jan. 2025.

NOLDE, O. Frederick. THE WORLD COUNCIL OF CHURCHES AND PEACE: an emerging movement for peace and justice. **The Ecumenical Review**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 191-194, abr. 1967. DOI: Http://dx.doi.org/10.1111/j.1758-6623.1967.tb00978.x. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1758-6623.1967.tb00978.x. Acesso em: 22 jun. 2023.

PADILHA, Anivaldo. Diakonia in Latin America. Our Answers Should Change the Questions. **The Ecumenical Review**, [S.L.], v. 46, n. 3, p. 287-291, jul. 1994. DOI: http://dx.doi.org/10.1111/j.1758-6623.1994.tb03425.x. Disponível em: https://sci-hub.se/10.1111/j.1758-6623.1994.tb03425.x. Acesso em: 22 jun. 2023.

RAISER, Konrad. O Conselho Mundial de Igrejas e os Novos Desafios para o Movimento Ecumênico. **Estudos Teológicos**, v. 34, n. 3, p. 276-281, 1994. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/921/893. Acesso em: 30 mar. 2024.

REIS, Josué Callender dos. Os concílios ecumênicos. **Revista de História**, São Paulo, v. 28, n. 57, p. 29–67, 1964. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1964.122665. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122665. Acesso em: 18 out. 2024.

RIBEIRO, Antonio Carlos. Ecumenismo: perspectiva eclesiológica, das grandes rupturas ao debate ecumênico atual. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 9, n. 20, p. 127-152, 14 abr. 2014. DOI: 10.5752/ P.2175-5841.2011v9n20p127. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n20p127/2541. Acesso em: 03 jan. 2025.

RIBEIRO, Claudio; CUNHA, Magali. **O Rosto Ecumênico de Deus**. Reflexões sobre ecumenismo e paz. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

ROOYEN, Lyn Van. Review of the Pilgrimage for Justice and Peace (PJP) Series. **Journal of Ethics in Higher Education**, v. 1, 2022, 299–307.

SAUCEDO, Daniele. Oikoumene ou um trajeto pela casa comum: origens do ecumenismo. **PqTeo**, 4, 8. Rio de Janeiro, 2021. ISSN 2595-9409. DOI: 10.46859/PUCRio.Acad.PqTeo.2595-9409.2021v4n8p379.

SCHNEIDER, Marcelo. Nem diplomacia, nem cordialidade: um mandato apostólico fundamental. In: Instituto Humanitas Unisinos. O ecumenismo hoje. Uma reflexão teoecológica. **Ihu Online**, São Leopoldo, v. 1, n. 370, p. 1-76, 22 set. 2011. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao370.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

SIEDELISKE, Flaviano. DE NICEIA A CALCEDÔNIA: as Contribuições Cristológicas dos Concílios Ecumênicos. **Teologia e Espiritualidade**, v. 6, n. 11, Curitiba, p. 23-37, 2019. Disponível em: https://faculdadecristadecuritiba.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Artigo-2-Flaviano.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVA, Elizete da. O conselho mundial de igrejas e a trajetória do ecumenismo no Brasil. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/232. Acesso em: 18 mar. 2024.

SILVA, Dom Francisco de Assis. Ser ecumênico é abrir-se à alteridade. In: Instituto Humanitas Unisinos. O ecumenismo hoje. Uma reflexão teoecológica. Ihu Online, São Leopoldo, v. 1, n. 370, p. 1-76, 22 set. 2011. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao370.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

SINNER, Rudolf von. A presença das religiões no espaço público – uma análise crítica. **Revista Confluências Culturais**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 9–23, 2013. DOI: 10.21726/rcc.v2i1.541. Disponível em: https://univille.emnuvens.com.br/RCC/article/view/541. Acesso em: 23 ago. 2023.

SINNER, Rudolf von. **Confiança e convivência**: reflexões éticas e ecumênicas. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 62

SINNER, Rudolf von. Ecumenismo. In: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira; ARAGÃO, Gilbraz; PANSIEWICZ, Roberlei (Orgs.). **Dicionário do pluralismo religioso**, 2020.

SLOTTE, Pamela. “Blessed are the Peacemakers”: Christian Internationalism, Ecumenical Voices and the quest for Human Rights. *In:* SLOTTE, Pamela; MIIA, Halme-Tuomisaari. **Revisiting the Origins of Human Rights.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015, 293–329.

SMITH, Bernard. **The Fraudulent Gospel**: Politics and the World Council of Churches. Surrey, England: Foreign Affairs Publishing, 1977.

SWEET, William. BRADSHAW, MARION J. Free Churches and Christian Unity: a critical view of the ecumenical movement and the world council of churches. pp. xiv, 225. boston. The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science, [S.L.], v. 296, n. 1,

p. 195-196, jan. 1954. DOI: 10.1177/000271625429600165. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000271625429600165?icid=int.sj-abstract.similar-articles.8. Acesso em: 15 dez. 2024.

TAVARD, George. **A Igreja, Comunidade de Salvação**: Uma Eclesiologia Ecumênica. São Paulo: Paulus, 1997.

THE MOSCOW PATRIARCHATE AND THE FIRST ASSEMBLY OF THE WORLD COUNCIL OF CHURCHES. **The Ecumenical Review**, [S. l.], 1(2), 188–197, 1949. doi:10.1111/j.1758-6623.1949.tb00709.x

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY. **Guide to the William Warren Sweet Papers 1927-1946.** University of Chicago, 2006. Disponível em: https://www.lib.uchicago.edu/e/scrc/findingaids/view.php?eadid=ICU.SPCL.SWEET. Acesso em 10 ago. 2024.

VAN DER BENT, Ans. **Commitment to God's world: A concise critical survey of ecumenical social thought.** Genebra: WCC Publications, 1995.

WHITE, T. Diaconia. *In*: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

William W. Sweet, 1954. BRADSHAW, MARION J. Free Churches and Christian Unity: A Critical View of the Ecumenical Movement and the World Council of Churches. Boston: Beacon Press, 1954. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 296, p. 195-196.

WILSON, Ronald. **Human Rights from a religious viewpoint**: with particular reference to religious liberty. (Speech notes). Monash University, 1991.

WOLFF, Elias. A XI Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas: observações na perspectiva de ações concretas pela unidade e reconciliação do mundo. **Caminhos de Diálogo**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 173–186, 2022. DOI: 10.7213/cd.a10n17p173-186. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/29693. Acesso em: 10 jan. 2025.

YARZA, F. I. S. (dir). **Diccionario Griego-Español**. Barcelona: Editorial Ramon Sopena, 1998.

ZEFERINO, Jefferson.; SINNER, Rudolf von. A teoria teológica da religião de David Tracy. **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 17, n. 53, p. 676, 31 ago. 2019. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/20612. Acesso em 23 jan. 2025.